



, café com
Açúcar
?

Adriana Silva

Adilson Reis da Silva Adolfo Lourencini Adriana Ma
Alexander Graham Bell Alexandre Balbo Alexandr
Ambrósio Do Carmo Ana Nascimento André Rocha
Antonio Carlos Morandini Antonio de Pádua Dias An
Antônio Luiz Moretti Antônio Maciel de Pontes Antô
Ometto Antonio Patureaux Antonio Pereira de Camarg
Dedini Atílio Balbo Atílio Balbo Filho Atílio Benedini
Martins Rosa Benedito Calixto Benedito Gir Bernardi
Correa Carlos Profeta Carlota Joaquina Carmem Mon
Franco Junqueira Clésio Balbo Conde dos Arcos Co
Cresência Balbo Crésio Martins Rosa D. João V D. João V
Daniel Yergin Delfino Araújo Dilma Rouseft Dimas Or
Duarte Coelho Duarte Nogueira Durval Ferreira Edg
Andrade Eduardo Diniz Junqueira Eduardo Ometto Ed
Emilio Médici Enio Mainardi Érick Paraense Ermelin
Ribeiro de Souza Rezende Ettore Zanini Eugênia Vie
Eduardo Miranda Felipe Augusto da França Fernand D
Fernando Coelho Filho Fernando Desmoulin Fernan
Francesco Matarazzo Francisco Barreto Francisco de
Francisco Schmidt Frans Post Franz Achard Frederi
Gaudêncio Biagi Geraldo Caramori Getúlio Vargas G
Andrade Gustavo Porto Gyorgy Miklos Bohm Henrique
de Arruda Humberto Titoto Ida Biagi Ida Pizzoli Iole
Martins Rosa Jacob Rader Marcus Jairo Balbo João C

Martins Rosa Agenor Pavan Al Capone Albert Eckhout
re Bolsone Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho
Andreas Marggraf Angela Titoto Antonio Belarmino
Antonio Fernando Titoto Antonio José Rodrigues Filho
nio Malachias Pedroso Antônio Martins Rosa Antonio
o Antonio Vicente Golfeto Aprígio de Araújo Armando
Auguste Rinn Augusto Nunes Baudilho Biagi Belmiro
no de Campos Camilo Pena Cândido Rodrigues Carlos
teiro Fernandes Caterina Ometto Cícero Bastos Cícero
onfúcio Pamploma Constante Ometto Cora Coralina
VI D. Manuel D. Pedro I D. Pedro II Dagmar Martins Rosa
metto Diomédes Cesário da Silva Domingos Jorge Velho
ard Corona Edinho Santa Cruz Edmundo Navarro de
ward Charles Howard Elisabeth Farina Elisabetta Biagi
nda Ottoni de Souza Queiroz Ernesto Geisel Estevão
l Eulalia Martins Rosa Eurico Gaspar Dutra Evaristo
oré Fernandes Vieira Fernando Antonio Verri Flessati
ndo Pessoa Ferreira Gullar Filipe Camarão Filipe II
e Paula Rodrigues Francisco Maximiniano Junqueira
ico Barbarossa Gabriel Gallo Gabriel Murgel Branco
Gilberto Freyre Gisele Martins Rosa Gomes Freire de
e Dias Henry Ford Hermenegilda Balbo Homero Correia
Verri Flessati Irani Martins Rosa Ivan Aidar Izaquel
Carlos Figueiredo Ferraz João Garapeiro João Goulart

Acúcar, café com

3ª edição
2022



Acúcar, café com
?

Adriana Silva

ORGANIZAÇÃO • Marcos G. A. Landell
PESQUISA • Marcello Nakaishi
PREFÁCIO • Luiz Octavio Junqueira Figueiredo
REVISÃO • Eva Barbosa
PROJETO GRÁFICO • Rita Corrêa
FOTOGRAFIA DE CAPA • utah778/shutterstock.com
IMPRESSÃO • São Francisco Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C129

Café com Açúcar / Silva, Adriana - 3ª ed. Ribeirão Preto,
SP: Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto, 2022.

ISBN 978-85-54168-01-8

1. História. 2. Cana-de-açúcar. 3. Café. 4. História da Cana-de-açúcar
5. Cultura da Cana-de-açúcar. I. SILVA, Adriana. II. Título: Café com
Açúcar.

CDD 981

Esta edição conta com o patrocínio da Usina Alta Mogiana e integra o Projeto Plano Anual 2020: Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto, Código 29106, do ProAC ICMS – Programa de Ação Cultural do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

Todos os direitos desta edição estão protegidos pela Lei 9.610/1998 e reservados à

FUNDAÇÃO DO LIVRO E LEITURA DE RIBEIRÃO PRETO
Rua Professor Mariano Siqueira, 81, Jd. América | Ribeirão Preto | SP
(16) 3911.1050
www.fundacaodolivroeleiturarp.com
contato@fundacaodolivroeleitura.com.br

Cronologia do Açúcar

3000 a.C.*

ORIGEM DA CANA-DE-AÇÚCAR
PAPUA - NOVA GUINÉ

A planta crescia nas selvas e também era usada como ornamentação nos jardins e alimento.

1000 a.C.*

A CANA-DE-AÇÚCAR ESPALHA-SE PELO LITORAL DE VÁRIOS PAÍSES DO OCEANO PACÍFICO

Os povos antigos viajavam em suas embarcações levando produtos para escambo com outras regiões do litoral, incluindo a cana-de-açúcar.

600 a.C.*

OS PERSAS CRISTALIZAM O AÇÚCAR | IMPÉRIO PERSA

O Império persa expande-se da Líbia, na África, até a Índia, na Ásia, onde conhece a cana-de-açúcar e é o primeiro a cristalizar o produto.

500 a.C.*

CLARIFICAÇÃO DO AÇÚCAR NO EGITO | EGITO ANTIGO

O povo egípcio, muito desenvolvido na química e em outras habilidades científicas, clarifica o caldo da cana para melhor aproveitamento na gastronomia.

900*

CULTIVO ÁRABE DA CANA-DE-AÇÚCAR PELO MEDITERRÂNEO | EUROPA ANTIGA

Os árabes começam extenso cultivo da cana para comercialização do precioso “ouro branco”.

1000*

AS CRUZADAS TRAZEM O AÇÚCAR PARA O INTERIOR DA EUROPA CRISTÃ | EUROPA ANTIGA

Os movimentos militares cristãos, no sentido da Terra Santa, proporcionam o contato com o “mel pagão” dos árabes.

1300*

O AÇÚCAR UTILIZADO NAS BEBIDAS, AS ESPECIARIAS, E OUTROS ITENS MOVIMENTAM A EUROPA | EUROPA ANTIGA

O comércio impulsiona a Europa, principalmente nas rotas para a Ásia, pela Itália e por Flandres.

1400*

NAVEGAR É PRECISO | EUROPA ANTIGA

Os portugueses, espanhóis e ingleses, localizados a oeste da Europa, ficam presos à fixação de preços dos produtos de Veneza, Gênova e Flandres. Para criar novas rotas para a Ásia, iniciam as grandes navegações.

1480

PORTUGAL PLANTA CANA-DE-AÇÚCAR | ILHAS MADEIRA E AÇORES

Ilhas anexadas por Portugal ao seu novo império recebem as primeiras plantações de cana-de-açúcar.

1532

O AÇÚCAR ATRAVESSA O ATLÂNTICO | TERRA DE VERA CRUZ (BRASIL)

Os portugueses, que já haviam chegado ao Brasil há 32 anos, agora investem no uso do extenso território para plantação da cana. Nesse ano, é estabelecido o primeiro engenho luso-brasileiro pelo fidalgo Martim Afonso de Souza, em São Vicente.

1624

O PROJETO AÇUCAREIRO MUDA DE MÃOS | BRASIL HOLANDÊS

Os holandeses iniciam uma campanha para dominar o Nordeste do Brasil, que durou 30 anos.

1650

INOVAÇÃO: TREM JAMAICANO | JAMAICA

Um novo método de enfileirar os tachos e aproveitar o máximo das fornalhas é desenvolvido na Jamaica.

1654

OS JUDEUS QUE VIVIAM NO BRASIL VÃO PARA AS OUTRAS AMÉRICAS | BARBADOS E NOVA AMSTERDÃ (NOVA YORK)

Expulsos depois do fim das campanhas de conquista holandesa, os judeus seguem para Barbados e Nova Amsterdã onde iniciam o cultivo da cana.

1752

PALÁCIOS DE AÇÚCAR NOS ESTADOS UNIDOS | LOUISIANA

O cultivo da cana-de-açúcar inicia-se nos Estados Unidos (nesse momento em região de domínio francês) e os senhores de engenhos vão formando seus palácios nas marginais do Mississipi.

1760

A CORRIDA DO OURO COLOCA O BRASIL FORA DO PÓDIO DOS MAIORES PRODUTORES DE AÇÚCAR | BRASIL COLONIAL

Enquanto os luso-brasileiros se metem nas matas atrás de minas de minerais preciosos, outros países, como Haiti e Cuba, assumem os títulos de maiores produtores de açúcar do mundo.

1808

PORTUGAL NO MEIO DO
CONFLITO ENTRE INGLESES E
FRANCESES | BRASIL REINO

O príncipe regente de Portugal, dom João, e sua família e corte vêm para o Brasil para fugir do conflito que acontecia na Europa.

1811

NAPOLEÃO E O AÇÚCAR DE
BETERRABA BRANCA | EUROPA

O líder francês, Napoleão, passa por um bloqueio continental feito pela Inglaterra e não tem mais acesso ao açúcar da cana. Promove, então, a tecnologia do açúcar da beterraba.

1812

INOVAÇÃO: EVAPORADOR DE
HOWARD | INGLATERRA

O químico Edward Howard desenvolve um sistema de caldeiras (evaporador) que diminui a quantidade de açúcar perdida no processo de fabricação.

1815

O ENGENHO A VAPOR CHEGA
AO PAÍS | BRASIL

Inaugurado em Itaparica o primeiro engenho a vapor do Brasil. Reflexo das revoluções industriais no mundo, vinha para substituir os banguês.

1822

O BRASIL DEIXA DE SER
COLÔNIA | BRASIL IMPÉRIO

Dom Pedro I assume a gestão do reino e o torna um império brasileiro.

1830

PRIMEIRO ENGENHO CENTRAL
NA AMÉRICA LATINA | BRASIL
IMPÉRIO

Estabelecido em Quissamã, no Rio de Janeiro, e financiado por senhores de engenho e empréstimos de dom Pedro II, o primeiro engenho central é construído no Brasil.

1882

ENGENHO CENTRAL NO
SUDESTE | PIRACICABA

O barão de Rezende, com o apoio de dom Pedro II, realiza um grande investimento no Sudeste do país: um engenho central, em Piracicaba.

1898

SOCIÉTÉ DE LA SUCREIRE
PIRACICABA

Fernand Doré funda a Societé de la Sucreire em Piracicaba e compra o engenho, que passa a ser administrado pelo grupo francês.

1901

EXPOSITION DES APPAREILS
UTILISANT L'ALCOOL DENATURE
FRANÇA

A França realiza um concurso e uma exposição focada na geração de produtos que utilizem o álcool.

FUNDAÇÃO DA ESALQ
PIRACICABA

É inaugurada a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), na época chamada de Escola Prática Luiz de Queiroz.

1902

CONCURSO E EXPOSIÇÃO DE
APARELHOS A ÁLCOOL |
BRASIL

Para impulsionar o setor agrícola do País, com a ajuda da Sociedade Nacional da Agricultura, cria-se, no Brasil, a Exposição Internacional de Aparelhos a Álcool.

1903

O CARRO A ÁLCOOL CHEGA À
EXPOSIÇÃO | BRASIL

Carros movidos a álcool são apresentados na exposição.

1914

A GUERRA MUNDIAL FAVORECE
O AÇÚCAR | MUNDO

Enquanto o café brasileiro e a bolsa de Nova York entram em queda, a produção de açúcar e álcool no Brasil só aumenta.

1922

A VITÓRIA DO CARRO A
ÁLCOOL | SÃO PAULO

Luiz Pereira Barreto, um dos grandes homens de negócios do Brasil, desafia os condes Matarazzo e Crespi quando promete e consegue sair da Paulista e chegar à Mooca, usando o álcool como combustível.

1931

ADIÇÃO DO ÁLCOOL NA
GASOLINA | BRASIL

Getúlio Vargas decreta a obrigatoriedade da aquisição de álcool, pelos importadores de gasolina, para uma adição percentual no combustível do petróleo.

PRIMEIRA PRODUÇÃO NA
FAZENDA SÃO JOAQUIM
SERRANA

Pedro Biagi, um dos grandes investidores da cana, adquire fazenda que, no futuro, será a Usina da Pedra, uma das mais produtivas do País.

1932

O MENINO DO ENGENHO

José Lins do Rego lança seu romance de estreia sobre a situação canavieira no Nordeste do Brasil. Até 1936, ele escreveria ainda mais quatro livros sobre os canaviais

1933

O INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL (IAA) | RIO DE JANEIRO

Criado o instituto, por Getúlio, que consolidava a intervenção federal na agricultura sucroalcooleira nacional.

1935

UM DOS FILHOS DA ESALQ PIRACICABA

Nesse ano, forma-se Antonio José Rodrigues Filho, engenheiro responsável por montar a Usina São Martinho, uma das maiores do mundo.

1948

NOVA FASE DA USINA SÃO MARTINHO

A família Ometto assume a Usina São Martinho, uma das maiores do mundo em capacidade de moagem.

1950

NOVAS INDÚSTRIAS NASCEM DA CANA-DE-AÇÚCAR | CRAVINHOS

A força das usinas aquece o setor industrial no nordeste paulista. Assim surgiu a Zanini S. A. Equipamentos Pesados.

1965

DEDINI AUMENTA CAPACIDADE | MUNDO

A Dedini, empresa ligada ao setor sucroalcooleiro, instalada em Piracicaba por Mario Dedini, expande sua capacidade para 37 países

1973

NASCIMENTO DA ENERGY ACTION GROUP | ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos criam um grupo com o objetivo de resolver o problema de abastecimento energético nacional.

1974

CULTURA NO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA | PIRACICABA

O Engenho Central de Piracicaba encerra suas atividades, passa a ser reconhecido como patrimônio histórico e todo seu espaço se torna lugar de atividades culturais.

1975

NASCIMENTO DO PROÁLCOOL | BRASIL

A produção de álcool brasileira aumenta em 14 vezes, até 1985. A ideia, com o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), era diminuir significativamente a importação de petróleo.

1979

CARRO A ÁLCOOL NO BRASIL | BRASIL

A Fiat lança seu primeiro carro equipado com motor a álcool no Brasil.

1981

SÉCULO XX: CANA OU MILHO | ESTADOS UNIDOS

Brown publica um estudo em que enfatiza a vantagem da cana em produção (3.630 litros de álcool por hectare), em relação ao milho (2.200 litros por hectare). Estudo que foi realizado novamente em 2016.

1985

O ÁLCOOL CONQUISTA AS RUAS | BRASIL

95% dos carros vendidos no Brasil nesse ano eram movidos a álcool.

1990

EXTINÇÃO DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL | BRASIL

O Presidente Fernando Collor extingue o IAA em seu plano de governo.

2003

CARRO FLEX NAS RUAS | BRASIL

Um novo lançamento ganha o público: o carro *flex*, que pode ser abastecido com álcool ou gasolina.

2016

RENOVABIO: REGULAÇÃO DO SETOR E CONTROLE DO CARBONO

No dia 14 de março, em Ribeirão Preto, o Presidente da República assina o decreto que regulamenta o RenovaBio.

*Datas estimadas por arqueólogos, historiadores e outros pesquisadores.

Prefácio

ESTE SEGUNDO VOLUME DA OBRA “CAFÉ COM AÇÚCAR” retrata a mudança do perfil de produção agrícola da região da Alta Mogiana e apresenta breve história da cana, desde sua origem, até a introdução no Brasil.

Inicialmente, trata dos primeiros engenhos no Nordeste brasileiro, em Pernambuco, bem como os que se destacaram no estado de São Paulo, notadamente nas regiões de Piracicaba e Ribeirão Preto.

Com o *crash* de 1929, progressivamente, a cana-de-açúcar substituiu as lavouras de café, mas seu principal crescimento adveio com o Proálcool, programa iniciado em 1975, quando foi incentivada fortemente a produção do etanol (álcool combustível) para substituir a gasolina, combustível fóssil

e importado, principalmente após a crise do petróleo, desencadeada em outubro de 1973 (conflito árabe-israelense), que resultou em um aumento de 400% nos preços, em poucos meses.

Lado outro, o compêndio não olvida de destacar o legado de responsabilidade social levado a efeito pelas usinas, destacando a enorme geração de empregos aliada à distribuição de renda.

Nessa senda, as cidades do norte e oeste paulistas experimentaram promissor crescimento em todas as áreas, da economia ao desenvolvimento cultural. Neste volume, demais disso, detalha-se como se deu essa transição, ao mesmo tempo em que são destacadas as profundas mudanças ocorridas e que foram envolvidas nessa importante transformação agrícola.

Luiz Octavio Junqueira Figueiredo

Sumário

| | |
|---|----|
| <i>INTRODUÇÃO</i> | 19 |
| <i>MEL PAGÃO, OURO BRANCO OU AREIA DOCE: DA CANA AO AÇÚCAR</i> <i>as viagens do Pacífico para o Mediterrâneo</i> | 23 |
| <i>O AÇÚCAR ATRAVESSOU O ATLÂNTICO E CHEGOU AO BRASIL</i> <i>terra de Vera Cruz</i> | 31 |
| <i>O PROJETO AÇUCAREIRO NO BRASIL MUDA DE MÃOS</i> <i>entre holandeses e portugueses</i> | 37 |
| <i>A CORRIDA DO OURO NO BRASIL MUDA OS RUMOS DO AÇÚCAR</i> <i>NO MUNDO</i> <i>de vedete a coadjuvante</i> | 43 |

| | |
|--|-----|
| <i>O DOCE PRESENTE DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA NO BRASIL</i> <i>a modernização do açúcar</i> _____ | 49 |
| <i>UM ENCONTRO DE SOTAQUES</i> <i>da França para Piracicaba: a história do Engenho Central</i> _____ | 59 |
| <i>DA GUERRA AOS CANAVIAIS</i> <i>brava gente</i> _____ | 73 |
| <i>A HISTÓRIA DO PROÁLCOOL</i> <i>três páginas antes, uma depois</i> _____ | 99 |
| <i>A CALIFÓRNIA É AQUI?</i> <i>uma região com poder de Estado</i> _____ | 131 |
| <i>UMA REGIÃO QUE NASCEU METROPOLITANA: IDENTIDADES</i> <i>CULTURAIS</i> <i>café com açúcar até hoje</i> _____ | 139 |
| <i>E SE NÃO FOSSE A CANA</i> <i>as contribuições econômica e social da cana-de-açúcar</i> _____ | 177 |
| <i>RESPONSABILIDADE SOCIAL</i> <i>dos canaviais para as cidades</i> _____ | 197 |
| <i>PALAVRAS FINAIS</i> _____ | 201 |
| <i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i> _____ | 204 |
| <i>REFERÊNCIAS FOTOGRÁFICAS</i> _____ | 209 |

Introdução

COMO PODE UMA PLANTA MUDAR O MUNDO? A pergunta não é vaga, porque a verdade se repete. Uma foi o café, como já mostrado no volume 1. Outra foi a cana. Talvez outras também, ao longo deste tempo, que é longo, tenham mudado o mundo, mas que, sobre elas, se escreva outro livro. Este é sobre a cana-de-açúcar. Se uma vem de um lugar e a outra de lugar diferente vem, as duas no Brasil cresceram: cana e café. Primeiro uma, depois outra, então, as duas juntas, fazendo, do Brasil, uma nação Café com Açúcar. Ora mais cana-de-açúcar. Ora mais café. Então, novamente, mais cana-de-açúcar. Mas sempre café com açúcar.

E as polaridades não são curtas. Uma, quando preparada, é naturalmente amarga e, a outra, símbolo doce. Juntas, uma na outra, explodem em uma combinação que reforça a dualidade: dá-me um café com açúcar.

Se o café é sempre só café, da cana deriva energia. Em nada uma se parece com a outra. Uma desfila nas longas distâncias de terras, suas frutas redondas e vermelhas. A outra dança ao vento, comprida, fina, só verde.

E por que escrever um livro, dois na verdade, sobre elas? É certo, outras obras já transitam de mão em mão descrevendo suas rotas, suas histórias, o poder de cada uma. Antes mesmo de escolher as palavras que seguem espalhadas por estas folhas, tanto se leu sobre o que antes se escreveu. Mas, neste livro tem história, tem Brasil, tem mercado, tem economia, tem passado, tem presente, e, se houver interação, tem perspectiva, tem futuro. Mas, o que mais tem, é gente. As histórias que a cana protagoniza, o homem e a mulher não são coadjuvantes.

Narrar o tempo na sua cronologia com as luzes voltadas para a cana-de-açúcar não foi o maior desafio, considerando produções anteriores. O salto mesmo foi elevar essas narrativas localizando seus personagens. Aquele que plantou. Aquele que colheu. Aquele que comprou. Aquele que vendeu. E não é só. Porque tem também aquele que ganhou ao lado daquele que perdeu. Assim é a história.

Ninguém pode advertir, a história é feita de números, de fatos, de realidade que se confirma, e não tem como saber sempre, muitas vezes, de verdade, que não se constata. Mas como não considerar. A história é movida pelos sentimentos. Alguém descobriu o café. Alguém da cana fez a pinga. Alguém plantou café e colheu dinheiro. Alguém espalhou a cana e reuniu o melão, que virou álcool, que moveu o carro.

Este livro reúne páginas que carregam palavras que descrevem pessoas. Pessoas que viveram do café, que colheram cana, que deram emprego, que trabalharam. Pessoas que, ao fazerem suas histórias, as histórias dos outros também fizeram. Porque ninguém pode negar. Há uma trama, um arranjo. Alguém que chega primeiro, que abre caminho. Alguém que vem depois, que confirma, que recomeça.

Este é um livro de combinações. Oriundas das verdades, cabem tantas imaginações. Pessoas que não vimos, que nunca soubemos o nome, mas sempre estiveram ali. Algumas guiando, coordenando o tráfego. Outras seguindo pelos caminhos anteriormente abertos.

Nenhum dos temas se esgota, mas todos eles transbordam. E, ao derramarem-se de suas bases, se entrelaçam naquilo que chamamos

secularmente de sociedade. Uma sociedade tão dual quanto essas duas plantas. Amarga e doce. Verde e madura. Toda alinhada nos sentimentos. Vontade de vencer, que o digam os imigrantes. Desejo de tomar o mundo; sem modéstia, ser chamado de rei e rainha. Motivados a fazerem um carro ser movido a combustível renovável, como sempre quis Lamartine Navarro Jr.

Vem aí, nas páginas que se folheiam, uma história de um país, recortada em sua versão paulista, rodeado de interior. Vem aí a história de muita gente, interligada ou apartada. Vem aí um pouquinho de todos nós.

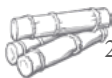


Mel pagão, ouro branco ou areia doce: da cana ao açúcar

as viagens do Pacífico para o Mediterrâneo

QUANDO O PORTUGUÊS FERNANDO PESSOA PROFERIU, em palavras poéticas, que *navegar é preciso*, referindo-se a navegadores antigos que empenhavam na navegação força maior do que a própria vida, talvez não o tivesse feito olhando para os mares, como sugere o próprio poema, ao enfatizar que *viver não é necessário; o que é necessário é criar*. Entretanto, a história da navegação no mundo é, por si só, um ato contínuo de criação. Descobrir e comercializar, levando uma coisa de um lugar ao outro. Ganhar oceanos, terras, entrando para a história. Fazendo do mundo algo inicialmente seu. Assim foi com o café. Assim foi com a cana em formato de açúcar.

Ainda que a história permita recortes, ao ser contada, não admite, nunca, falta de uma origem. Tudo, sempre, tem um começo. Às vezes tão longínquo, que esquecido. Tão distante, que enevoado. Soprар, nesse caso, também é preciso. Só assim os caminhos se abrem para mostrar o que o tempo encobertou com suas camadas de histórias.



Existem algumas versões para a origem da cana-de-açúcar (*Sacharum spp*), mas uma das mais difundidas é de ilha de Papua-Nova Guiné, por volta de cinco mil anos atrás, onde a planta crescia nas selvas e também era usada como ornamentação de jardins e alimento.¹ O povo que cultivava a cana nessa ilha na Oceania é considerado um dos que possuem maior diversidade cultural, 850 línguas diferentes, várias comunidades tradicionais, até hoje, entre os seus sete milhões de habitantes, inclusive os Korowai, que vivem em suas cabanas nas árvores, suspensas a mais de 35 metros do solo e são uma das últimas etnias que ainda praticam a antropofagia.

O consumo dessa planta deve-se, como a maioria dos produtos de origem natural, à observação, pelos humanos, de outros seres vivos. Os animais que descascavam esses caules fibrosos e extraíam dele uma deliciosa dose de sacarose. Até hoje são utilizadas em dietas especiais nos zoológicos, principalmente para animais de origem asiática.

Várias outras histórias e livros antigos citam a cana e seus derivados em outras regiões da Península Malaio-polinesia, Indochina e Baía de Bengala, em uma expansão do vegetal pelo Oceano Pacífico. Todos esses povos antigos já eram viajantes entre os arquipélagos e atravessavam os mares, com suas embarcações de madeira, levando produtos para trocas e difundindo a cana-de-açúcar entre as antigas civilizações. E consumiam, ainda, além do açúcar, o caldo de cana e os licores alcoólicos a partir da garapa.

A história das relações entre os povos antigos vai além dos conflitos. Como muitas vezes se ensina nas escolas, elas se estabelecem pelas vias comerciais e culturais criadas entre essas civilizações. Os persas, no século VI a.C., conheceram a cana-de-açúcar na Índia e foram os pioneiros no desenvolvimento das técnicas do açúcar cristalizado. O povo persa foi um dos primeiros que expandiu seu território e seus meios de viver ao redor do planalto. O império persa ia da Índia, na Ásia, até a Líbia, na África, e nesse vasto território foram construídas várias rotas para facilitar a comunicação entre os povos e também a circulação do comércio. O conhecimento do açúcar disseminou-se entre os povos que tinham contato com os persas: egípcios, gregos, árabes, mongóis e turcomanos.

¹As apresentações sobre a origem da cana-de-açúcar são inspiradas nas obras de MIRANDA, José Roberto; JOHNSTON, Glenn C. *História da cana-de-açúcar*. Komedi, 2008. BRANDÃO, Adelino. *Cana-de-açúcar: Álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil*. Horizonte Editora, 1985. EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Os egípcios tinham uma alimentação muito rica, graças ao rio Nilo, que fornecia a água para toda a agricultura. Comiam muitos tipos de peixes, patos, animais caçados, frutas e muitos assados de massa de trigo, como pães, bolos e tortas. Adoçar esses alimentos com um novo ingrediente trazido da Pérsia tornava muito mais ampla as possibilidades culinárias do povo das pirâmides. E foram ainda além, pois tão desenvolvidos estavam na química e outras habilidades científicas, que clarificaram o caldo da cana-de-açúcar com o uso de cinzas e outros compostos de origem animal e vegetal para melhorar o aproveitamento na gastronomia.

Os árabes não ficaram atrás. Observaram o sucesso do açúcar em todo o território persa e por todo lugar que ele chegava. E, dedicados como eram ao comércio, iniciaram um grande plantio mais próximo aos seus clientes, evitando problemas e despesas de grandes jornadas de transporte. Com grande sucesso, esse cultivo árabe da cana expandiu-se por toda a extensão do Mediterrâneo até Andaluzia, sul da atual Espanha. Essa região tinha permitido a fixação própria do cultivo, já que existia menos variação climática do que em outras localidades da Europa com clima mais instável e temperaturas muito baixas durante todo o ano.

Caravanas e mais caravanas circularam pelo Oriente e pela Ásia, com o precioso produto, pelas novas rotas do açúcar no lombo dos cavalos, camelos ou dromedários, levando também outros artigos de luxo, como tecidos finos, especiarias, perfumes, pergaminhos, corante, vinho, cerveja, e muitos outros. Logo o açúcar tornou-se um item no comércio na Europa cristã, feito por mercadores de duas regiões europeias: uma italiana e outra em Flandres, que o consideravam uma especiaria extremamente rara e valiosa: o *ouro branco*.² Um quilo desse precioso produto chegou a custar o que hoje seria o equivalente a cem dólares. Então, não era, claramente, um item muito acessível a todos no continente.³

Veneza e Gênova formavam o grande centro de recepção e distribuição italiano do comércio de todos os produtos orientais, árabes e africanos no sul, provenientes das rotas fluviais e terrestres que terminavam no Mediterrâneo. E Flandres, que hoje corresponde à Holanda e Bélgica, era

²Termo utilizado por Mário da Veiga Cabral em sua obra: *História do Brasil*.

³Valor estimado por D'ALÉSSIO, Vítor. *Cana: Doces memórias: Sweet memories*. Dialeto American Documentary, 2011.

o ponto comercial do norte. Muitas negociações logo fariam, na Bélgica, a primeira bolsa de ações e, a Holanda, uma das primeiras nações a desenvolver os mercados acionários como conhecemos nos dias de hoje.

Mas foi no decorrer do século X, durante as Cruzadas, que o açúcar ganhou destaque ainda maior, na Europa cristã. Esses movimentos militares cristãos a caminho da Terra Santa, a atual Jerusalém, tinham como objetivo afastar todos os que não fossem cristãos, incluindo o povo islamita, seguidores do profeta Maomé e os seguidores da outra grande religião monoteísta: os judeus.



O confronto colocou reis e sultões em oposição durante centenas de anos. Envolveram-se os líderes **Ricardo Coração de Leão**, da Inglaterra; **Frederico Barbarossa**, do Sacro Império Romano Germânico; **Felipe Augusto**, da França; o **papa Gregório VIII**, de Roma; e **Saladino**, do Egito e Síria. Saladino foi um dos grandes sultões do tempo em que a cana-de-

açúcar ainda não havia sido dominada pelos europeus cristãos e ele já contava com um grande suprimento do produto, que também era usado nas negociações para proteger Jerusalém da invasão cristã, proporcionando aos islamitas o domínio da região; o que acontece até hoje.

Mas, nesses conflitos, não se envolviam apenas aqueles grandes líderes; muitas pessoas estavam nos campos de batalha para dizimar seus inimigos; curar seus feridos; desenvolver tecnologia militar para os combates; motivar e apoiar os cavaleiros; alimentar esse povo, e outras muitas funções. E nesse convívio, em sua maioria nada pacífico, o contato com o açúcar se estabeleceu com muitos cristãos europeus. O produto tornou-se um troféu de vitória. Presente para as amadas dos guerreiros e para suas famílias. O *mel pagão*, como era chamado pela população cristã, tornou-se um grande símbolo de conquista e logo todas as classes se interessaram pelo açúcar.

A dificuldade de obter a cana, fonte desse desejado açúcar, era muito parecida com a do grão de café, que também foi apresentado aos europeus cristãos pelos árabes. Cientes de seu monopólio sobre a *coffea arabica*, um dos melhores cafés, os árabes só autorizavam a saída da semente/grão após a certeza da retirada de uma película que permitia que o grão se transformasse em planta. Um controle semelhante também era feito sobre a cana. Mantiveram sua exclusividade por um longo tempo, permitindo que somente a espécie pronta para o consumo se espalhasse.

A mistura desses novos produtos, que chegavam à Europa a partir dos diversos contatos que se estabeleciam, mudaria a história dessa população para sempre. O açúcar servia para adoçar uma infinidade de outros itens vindos de todos os cantos: rotas do sul, na Itália; do norte, em Flandres; pelo Oceano Atlântico, através de Portugal e Espanha. O café, conhecido como licor turco, espalhava-se no universo dos estudantes; o chocolate, fruto do cacau maia, trazido das Américas, difundia-se no velho mundo, com as novas especiarias para chás vindas das negociações comerciais do povo europeu ocidental. Todas essas bebidas ficavam muito melhor com o açúcar da cana. Existiam ainda receitas em que o açúcar servia de condimento para carnes e peixes, e em outros momentos era considerado, inclusive, remédio, seguindo as tradições árabes.

As bebidas, com certeza, ajudaram a impulsionar o capitalismo e as mudanças de ideias na Europa Ocidental. Os investimentos genoveses nas

navegações, atrás de novas rotas para a Índia, tornaram possível a chegada dos navegadores na América. Estava sendo desenhado um novo mapa-múndi. O fervilhar da Europa deu origem ao que ficou conhecido como Renascimento. A burguesia trazia, àquela população, otimismo e o desejo de novidade. Partiam, então, as naus portuguesas e espanholas em busca de novas aventuras e possibilidades, por que navegar, como já enunciado, é e sempre foi preciso.

Mas a cana ainda era um mistério. A dificuldade em comprar o açúcar elevava o seu preço e só os grandes senhores e senhoras podiam ter esse privilégio. Foi quando os portugueses e espanhóis desenvolveram a possibilidade de tornar mais economicamente viável esse produto por meio do cultivo próprio da cana-de-açúcar, que eles conseguiram graças às suas navegações.

Existem muitos tipos de cana no mundo: caiana, crioula, javanesa, roxa, mole, rajada, e tantas outras. Cada uma se destaca por suas características únicas e, com o tempo, se descobriam outras combinações ainda melhores para a produção do açúcar. Os portugueses logo começaram a plantar as canas que conseguiram em suas viagens a vários lugares.

Inicialmente o plantio era em arquipélagos de ilhas no Atlântico, próximas ao seu país: Madeira e Açores, ilhas recém-descobertas de origem vulcânica e clima tropical excelente para cultivo da cana. As regiões que possuem solo vulcânico têm muitas propriedades que permitem uma produção agrícola muito melhor do que outras. Foi um sucesso reproduzido em várias outras colônias portuguesas, nos continentes americano, africano e asiático.

O império português foi o primeiro que se expandiu para um nível global, permanecendo por quase seis séculos, desde a conquista de Ceuta, em 1415, até a devolução da soberania de Macau à China, em 1999. Seu comércio, com o uso das caravelas, gerou muita riqueza ao continente europeu. O país desenvolveu tecnologias de construção naval para suas aventuras marítimas e uma escola de navegação em Sagres, que, além de ensinar o uso do astrolábio e outras inovações dos homens do mar, também desmitificou o pensamento cristão sobre os grandes monstros dos oceanos. As ideias da Europa ocidental mudavam e novos costumes podiam ser observados na mesa das casas.

A maior facilidade de acesso, causada pela grande produção trazida pelos pioneiros e corajosos portugueses a essa nova fonte de doçura, mudou ainda mais a Europa. O açúcar deixou de ser um produto tão caro e presente só no imaginário da grande população, para se tornar um item essencial nas cozinhas. Todas as receitas que eram adoçadas à base de mel, ou frutas, agora podiam ser feitas com o açúcar cristalizado branquinho, ou, como alguns diziam: a *areia doce*.⁴

Então, surgiram as compotas de frutas, os ovos nevados, o arroz-doce, a baba de moça, a cocada e muitos outros doces que se tornaram símbolos nacionais, como o bolo-rei e o bolo-rainha portugueses. O bolo-rainha contém frutas secas e, para o bolo-rei, acrescentam-se frutas cristalizadas em sua receita. Ainda hoje as casas de Portugal brindam suas celebrações com esses bolos, e em seu imaginário, permanecem várias histórias, como a vagem premiada no bolo-rei. Servido em um banquete dos nobres, ou entre amigos nas casas mais abastadas, dentro do bolo-rei, era colocada uma vagem seca e aquele que a encontrasse em seu pedaço recebia um prêmio, em alguns casos uma joia e, em outros, brindes menos valiosos. A tradição não é mais realizada, mas está muito viva na memória do povo luso.

Toda a riqueza culinária que tiveram os povos antigos e que permanece na contemporaneidade, se deve também à fartura da cana. Ainda que, ao acrescentar uma colher ou uma xícara de açúcar em um preparado doce, bolo, ou pão, a história do produto não salte aos olhos, exibindo-se para aqueles que o consome, o derivado branco do caldo verde e melado liga uma pessoa à outra. Leva em sua embalagem a história de quem o plantou, de quem o colheu. Leva consigo a história de quem o industrializou e, depois, de quem o comercializou. Promove encontros não realizados entre alguém do sul e alguém do norte. De um continente a outro, ou mesmo bem pertinho.

⁴A palavra açúcar tem esse significado em sua origem sânscrita, na Índia.



O açúcar atravessou o Atlântico e chegou ao Brasil

terra de Vera Cruz

O MUNDO, LONGE DE SER GLOBALIZADO, aprendeu muito rapidamente o caminho do Brasil, depois de descoberto pelos portugueses. Nas malas dos primeiros navegantes, não se trazia a poesia de **Camões**. **Dom Manuel** ordenava *que fossem dados machados, enxadas e mais ferramentas a pessoas que fossem povoar o Brasil e que se procurasse um homem prático e capaz de aqui dar princípio a um engenho de açúcar e a ele se entregasse tudo que fosse necessário a tal fim.*⁵ Para as terras descobertas brasileiras, o olhar era de exploração. Daqui saía o pau-brasil e para cá chegava a cana. Revolucionário e docinho, o açúcar também veio mudar a Terra de Vera Cruz. Antes da chegada dos portugueses, as principais fontes de açúcar dos povos indígenas, que habitavam a região, eram o mel e as frutas.

⁵Citação de: FERLINI, Vera L. A. *A civilização do açúcar* (séculos XVI a XVIII). São Paulo: Brasiliense, 1984, referindo-se a um alvará português datado de 1516.



No Brasil antigo, uma variedade étnica muito ampla se espalhava pela Floresta Amazônica, pelo Cerrado, pela Mata Atlântica e os outros biomas. Catalogados hoje pela linguagem de seu povo, podiam ser subdivididos em quatro grandes grupos: *tupi*; *gê*, *carib* e *arauaque*. Denominar todos como *índios* foi um erro dos portugueses, que acreditavam ter chegado às Índias, destino original da viagem, e até hoje cometido por todos aqueles que tão pouco sabem da diversidade multicultural e da história do território verde, amarelo, azul e branco.

Os *tupis-guaranis* acabaram sendo os mais conhecidos, por viverem no litoral brasileiro, e foi a partir deles que os portugueses construíram uma imagem popular que se tem dos primeiros ocupantes do Brasil. O contato entre os portugueses e os tupis-guaranis trouxe ao povo luso muitos novos conhecimentos, como, por exemplo, o preparo da mandioca e do palmito; novas formas de pigmentação das vestimentas; instrumentos de caça e pesca para usar nas florestas; significado das pinturas corporais e dos costumes étnicos, como, por exemplo, dormir nas redes ou banhar-se no rio habitualmente.⁶

⁶Darcy Ribeiro no livro: **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**, traça as relações culturais entre os povos que formam a matriz do Brasil.

Os portugueses que se depararam com esse novo mundo, espantaram-se, ao encontrar o continente, e muito mais com seus habitantes. Acontecia um processo de assimilação cultural mútuo, às vezes agressivo e em outras vezes mais pacífico. Um bom exemplo era o costume tupi-guarani de oferecer mulheres indígenas aos novos convidados. Elas se tornariam parceiras dos portugueses com a finalidade de incorporá-los ao grupo. O costume, que seria visto como pecado por qualquer um no território luso, ali não era proibido. O ditado que se tornaria mais famoso no continente europeu era que *não existia pecado abaixo da linha do equador*.⁷

Embora essas novas terras descobertas não oferecessem imediatamente tantas riquezas, como as Índias, não foram desprezadas pela coroa portuguesa. Visitas regulares aconteciam com o objetivo de traçar todo o litoral brasileiro e conhecer não somente sua extensão, mas também as possibilidades de exploração. Nessa fase, o pau-brasil, ou pau cor de brasa, era um dos interesses dos colonizadores, que o utilizavam para obter a pigmentação vermelha. Mas não foram somente os portugueses que se interessaram pelas terras *brasilis*; espanhóis e franceses também extraíram daqui um pouco do pau-brasil. Essa ameaça fez com que fossem enviadas cada vez mais tropas portuguesas para cá e uma povoação iniciava-se lentamente.

Cada navio estrangeiro deixava por aqui europeus que resolviam viver entre os tupis-guaranis. Na maioria, homens, que se desvinculavam da fé católica e de seus preceitos, permitindo-se deixar de ser monogâmicos. Vivendo nus, conheciam as novas práticas ritualísticas e colaboravam com as relações comerciais entre europeus e indígenas. Facilitadores da comunicação e organizadores da extração das árvores tão procuradas, esses europeus, além de serem essenciais nas negociações, também geravam os primeiros filhos do Brasil colonial. Frutos da primeira união entre os povos, herdeiros dos conhecimentos dos antigos europeus e da cultura materna indígena, seriam a base do início da colonização de povoamento.

Portugal não tinha gente suficiente para proteger e colonizar todo o seu novo território na América. Foram adotadas algumas estratégias, para ampliar a população portuguesa no Brasil: uma delas, curiosa, foi a mudança de uma cidade lusa inteira, que existia no Marrocos, para o

⁷O ditado encontrado em *Raízes do Brasil*, obra do historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, virou frevo na composição de Ruy Guerra e Chico Buarque, em 1973.

Amapá: Mazagão marroquina agora era a Nova Mazagão.⁸ Trezentas e quarenta famílias chegaram em naus para se instalar no novo continente com o objetivo de reproduzir sua cultura na úmida região brasileira. Com muitas dificuldades, as famílias estabeleceram-se. Mas essa não foi a primeira e principal estratégia usada.

A mais comum delas foram os casamentos realizados com as tupis-guaranis. Formaram-se, no extenso País, a comando da coroa portuguesa, várias capitanias, que eram divisões muito grandes do espaço brasileiro. Era da vontade real que essa nova colônia fosse rapidamente povoada e aproveitada em todos os recursos que dispusesse, assim gerando lucro para a coroa e posicionando famílias portuguesas poderosas que defenderiam suas novas conquistas de invasores de outras nações. Alguns donos das capitanias, chamados donatários, chegavam ao continente e encontravam portugueses que agora viviam entre os tupis-guaranis. Entre os acordos fechados, os portugueses recebiam sua madeira; esposas tupis-guaranis para os solteiros; escravizados de outras etnias podiam explorar territórios que não fossem de uso dos tupis-guaranis, desde que permitissem que continuassem com seu modelo de vida, sem molestá-los.

As esposas tupis-guaranis abandonavam suas etnias para viver nas colônias portuguesas, adotando gradativamente novos costumes. Esse novo encontro das matrizes étnicas do povo brasileiro proporcionou capacidade populacional suficiente para o surgimento das primeiras produções agrícolas para exportação, além daquelas de subsistência usual dos tupis-guaranis, ou dos portugueses que viviam ali. E foi da cana-de-açúcar que nasceu toda a estrutura agrária dessa nova colônia. Foi o primeiro produto agroindustrial do País,⁹ já que, para a exportação do açúcar, deveriam existir ambos os processos: a agricultura e a industrialização. Muito impressionante como esses grandes mares verdes, os canaviais, moldaram toda a sociedade que veio para existir no Brasil.

Em 1532, com o primeiro engenho montado pelo fidalgo português **Martim Afonso de Souza**, o Engenho do Senhor Governador em São

⁸VIDAL, Laurent; RUAS, Manuel. *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: De Marrocos para a Amazônia, 1769-1783*. Martins Editora Livraria Ltda., 2008.

⁹Vários historiadores já não usam mais a divisão temporal da história do Brasil em ciclos. Como é apresentada no livro *A civilização do açúcar, séculos XVI a XVIII*, de Vera Lúcia Ferlini, a cana não foi um ciclo brasileiro, pois sua produção não se encerrou em determinado momento; sempre foi contínua, na cultura brasileira.

Vicente, que as estruturas familiares na colônia se adequaram a essa inovação agroindustrial. O fidalgo era donatário da capitania de São Vicente e, ao chegar, encontrou o português **João Ramalho**, que já vivia entre os tupis-guaranis. Nu e disposto a perpetuar seu novo estilo de vida, ele ofereceu um acordo de paz aos recém-chegados. Garantindo, assim, ao homem, mulheres tupis-guaranis solteiras, escravizados inimigos dos tupis-guaranis para trabalhar nas lavouras de cana, e informações sobre o novo continente.

O donatário da capitania de Pernambuco, **Duarte Coelho**, não conseguiu ter a mesma facilidade que Martim, ao lidar com os povos indígenas de sua região, e os franceses que viviam no lugar, colocando forte oposição à colonização portuguesa. Enquanto Martim construía engenhos no sul, Coelho morava em uma fortificação, sob constante ataque indígena, até que estabeleceu uma parceria com eles. O filho e o cunhado de Coelho se casaram com indígenas *tabajaras* e fortaleceram a união entre os dois povos. Colocaram, então, em prática, uma nova estratégia: fapoiar e lutar com o tabajaras para vencer os inimigos e escravizá-los nos canaviais.

A próxima estratégia da colonização portuguesa foi a instalação do governo geral: além das armas lusitanas, agora os indígenas iam conhecer a fé católica trazida por grupos de jesuítas. Foi instalada na baía de Todos os Santos, por **Tomé de Souza**, o primeiro governador-geral, a sede do governo geral. Onde hoje seria Salvador, foi erguido um forte, construídas casas, capela, cadeia e plantadas mandioca e cana-de-açúcar para consumo da população local.

As tarefas do governador eram difíceis: combater as etnias indígenas que se indisputassem ao novo sistema e dar sequência ao projeto açucareiro. O que se mostrou um desafio, já que eram os escravizados os responsáveis pelo cultivo e pela colheita da cana e dos processos do engenho em sua transformação em açúcar. Em outras colônias, usava-se a mão de obra escravizada africana. Mas, no Brasil, não existiam indígenas escravizados suficientes para a missão. Eram chamados de *negros da terra*¹⁰ e não entendiam ou aceitavam o trabalho nos canaviais, o que era natural dessas etnias, que só dispunham de energia para atividades com finalidades de sobrevivência individual e de seus coletivos. Eles nunca tinham trabalhado

¹⁰Essa nomeação dos indígenas era feita principalmente para os povos tapuias, segundo Kaka Werá Jecupé, em seu livro *A terra dos mil povos: História indígena brasileira contada por um índio*.

com o propósito de acumular produção para venda. Aquilo não fazia qualquer sentido para os indígenas, por isso, resistiram o quanto puderam à escravização, de diversas formas, incluindo, em muitos casos, com o próprio suicídio.

A instalação dos jesuítas no Brasil também mudou muito a relação dos indígenas com os portugueses. Ensinados na catequese, os novos cristãos não podiam ser escravizados, no entanto, deviam obedecer à moral cristã da monogamia e as hierarquias europeias. Mesmo que contrários à introdução dessa moral sexual no novo continente, vários portugueses, como **João Ramalho**, que havia se casado com várias tupis-guaranis, tentaram, sem sucesso, impedir as imposições religiosas nas terras brasileiras.

Desprovidos de escravizados indígenas, os colonizadores portugueses recorreram ao tráfico e introduziram a mão de obra escravizada africana, firmando-se um grande projeto açucareiro. Os africanos já estavam acostumados com o trabalho em lavouras e, por isso, apesar de serem mais caros aos portugueses, traziam melhor resultado. Florescia, então, no Nordeste do País, a civilização do açúcar.

Com o passar do tempo, um novo esquema social, repleto de milhares de personagens, passou a existir: os senhores dos engenhos, as moças da casa grande; os escravizados nas lavouras e senzalas; os assalariados nas moendas e casas de purgar; os religiosos nas capelas; os comerciantes navegantes; os vendedores de escravizados; os oleiros, carpinteiros, sapateiros, ourives, ferreiros, alfaiates, pedreiros, pescadores; e mais uma infinidade de pessoas que tinham suas vidas estruturadas em torno da cana.

O País tornou-se o maior produtor de cana do mundo, e responsável por mais da metade do açúcar distribuído no globo, naquela época. O império português fez do Brasil um grande porto comercial, onde desembarcaram pessoas de muitas regiões do mundo. Mais de cinco milhões de africanos foram trazidos nesse período para trabalhar nos canaviais. Holandeses e franceses vinham para negociar, algumas vezes com a permissão de Portugal, e outras vezes não. Judeus vieram da Europa para viver no Nordeste, em diversos momentos, desde a origem do País. Um território tão grande, agora, era um ponto de encontro de várias nações, que vinham e iam embora, ou permaneciam e penetravam no sistema colonial português.

O projeto açucareiro no Brasil muda de mãos entre holandeses e portugueses

EM 1624, UMA MUDANÇA INUSITADA ACONTECEU NO PAÍS. Os holandeses deixaram de negociar com Portugal devido à sucessão real no território luso. Uma nova dinastia assumiu o trono português, conhecida como dinastia Filipina, liderada por reis de origem espanhola, o que foi um forte causador de conflitos nas relações comerciais com os holandeses. Por isso, eles invadiram o Nordeste brasileiro e dominaram a região.

O povo holandês, daquela bem-sucedida economia comercial de Flandres, tentou tomar para si um território luso em terras brasileiras e criou a Companhia das Índias Ocidentais, uma empresa comercial e de guerra com a finalidade de adquirir territórios pelo mundo como fizeram

os portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e outros povos. Sem sucesso nessa primeira tentativa, na Bahia, somente em 1630, seis anos depois, eles dominaram Pernambuco com uma esquadra de 64 navios e 3.800 soldados.¹¹

Um episódio que se tornou referência da bravura nordestina foi o conflito em São Lourenço do Tejucoapapo. Contado em diversas versões, a partir da documentação brasileira, ou holandesa, foi um marco na história do Brasil. Os portugueses da vila tinham partido para confrontar os holandeses em outras regiões, ficando para trás somente as mulheres e crianças. Quando a Vila foi atacada, lideradas por **Maria Camarão**, uma portuguesa indígena católica, as mulheres contra-atacaram. Munidas de armas de paus, lanças para caçar crustáceos e água quente com pimenta, elas colocaram os holandeses para correr. Seu grito de guerra declarava um fim aos hereges seguidores de **Martinho Lutero**. Em suas mãos, os crucifixos católicos e, em sua pontaria, os olhos dos holandeses. A coragem dessas senhoras foi registrada como um dos primeiros coletivos femininos em um conflito armado no Brasil.

Esses levantes mostraram que os portugueses não cediam tão facilmente às novas imposições. Uma estratégia diferente foi adotada pelos holandeses. Eles enviaram o príncipe **Maurício de Nassau** para a gestão dessa nova colônia holandesa. Com uma visão mais ampla, o príncipe trouxe, aos trópicos, arquitetos, escritores, pintores, artistas e intelectuais. Estabelecia negociações entre os senhores de engenho portugueses, para que, de maneira pacífica, um novo acordo comercial surgisse entre eles. Nassau criou, em Pernambuco, um palácio para si e um jardim botânico e começou a planejar a urbanização local. Construiu também a cidade Maurícia, planejada e com áreas para comércios, edifícios para uso da administração holandesa, residências, ruas e praças bem delineadas. Hoje, essa cidade tornou-se um bairro do Recife chamado Santo Antônio.

O Brasil exótico e rico, retratado pelos contratados **Frans Post** e **Albert Eckhout**, agora chamava a atenção da Europa toda por sua opulência. Nassau oferecia aos senhores de engenho uma boa quantidade de escravizados e capital para grandes investimentos, o que facilitava

¹¹Dados retirados da pesquisa de Jorge Caldeira, em apresentação didática, no livro *Viagem pela História do Brasil*.

as parcerias e a dominação holandesa, mas preocupava os donos de negócios em Amsterdã, que só viam seu caixa diminuindo no país e se redirecionando para a colônia. Preocupados com essa nova condição, convocaram Nassau de volta à Holanda, cortaram os créditos dos senhores de engenho e passaram a cobrar as dívidas. Uma ampla rebelião desses senhores de engenho começou a expulsar os holandeses do território brasileiro, em 1645.

Uma das batalhas marcantes entre as tropas luso-brasileiras e as holando-brasileiras foi a que ocorreu na cidade de Guararapes.¹² **Francisco Barreto** comandava a primeira e **Sigemundt von Schoppe** a segunda tropa. Por muitos meses, eles se enfrentaram, e os holandeses perderam muitas dessas batalhas. Primeiro por que, com os líderes militares europeus **Francisco Barreto** e **Fernandes Vieira**, havia o líder dos indígenas, **Filipe Camarão**, e o líder dos africanos, **Henrique Dias**, que tramavam rebeliões e libertavam o máximo de escravizados que conseguiam. E, segundo, por que a Holanda, que enfrentava no continente europeu os espanhóis e os portugueses, criara um novo inimigo: os ingleses. Os bons tempos holandeses estavam terminando. Apoiados pelos ingleses, os luso-brasileiros conseguiram se livrar da dominação política holandesa em 1654.

Uma das consequências desses conflitos era a constante fuga de escravizados. Aqueles que fugiam para as matas, formavam os quilombos ou mucambos. Estruturas muitas vezes escondidas na floresta, onde podiam viver livres dos feitores europeus. Um dos mais famosos é o quilombo dos Palmares, que ficava ao sul, na capitania de Pernambuco. Defendido por uma posição geográfica privilegiada, resistiu às invasões dos holandeses e portugueses por muitos anos. O quilombo chegou a ter uma população de mais de vinte mil habitantes. Em 1694, enfrentaram o bandeirante **Domingos Jorge Velho** e um exército que foi enviado para matar o líder do quilombo, **Zumbi**, e escravizar toda aquela população novamente.

Outra consequência do final desse período de dominação holandesa foi a partida deles para a América do norte. Esse povo, que viveu no Nordeste brasileiro durante esses trinta anos, não podia mais ser facilmente

¹²Essa batalha foi a inspiração para um quadro do artista Victor Meirelles, em 1879. A pintura circula em grande parte dos livros didáticos das escolas com o objetivo de retratar um momento da história militar do País.

reconhecido como antes. Seguiam os preceitos judaicos, mas não eram portugueses ou holandeses e muito menos se consideravam brasileiros.



Quando foram expulsos do Brasil, partiram para o norte, na outra América recém-descoberta pelos ingleses.

Setecentas famílias chegaram a Barbados, no Caribe. Essa pequena ilha já havia sido colonizada pelos ingleses, mas o cultivo de tabaco feito por inúmeros pequenos produtores não trazia o desejado lucro à Inglaterra. Quando os holandeses desembarcaram, ensinaram a esse povo as técnicas de cultivo da cana-de-açúcar. Com a criação de grandes latifúndios e a diminuição da quantidade de produtores, a ilha passou a ser tão lucrativa que foi considerada a *mais preciosa pérola da coroa britânica*.¹³

Outras famílias foram mais ao norte ainda e chegaram numa região que chamaram de Nova Amsterdã, território que foi da Holanda até 1660, e

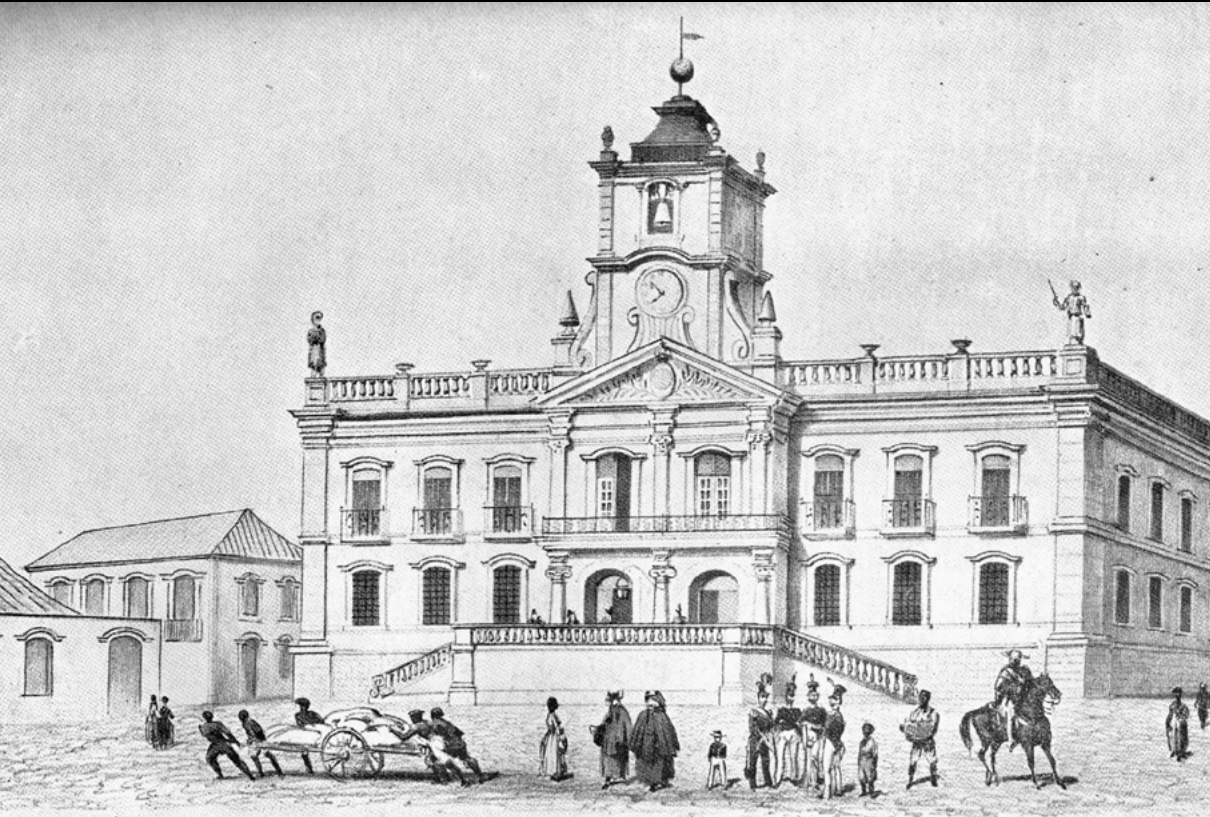
¹³CALDEIRA, Jorge. *Viagem pela história do Brasil*. 1997.

depois passou para a coroa inglesa. No futuro, viria a ser Nova York. Muitos estudiosos conferem aos judeus vindos da cultura da cana-de-açúcar brasileira o início de uma das cidades mais famosas do mundo. Entretanto, também deixam claro que não foi um momento fluido para eles. A perseguição europeia nos países fortemente católicos, que não acontecia na Holanda ou no Brasil-Holandês, se reproduzia na colônia britânica. Uma pesquisa revelou diversos processos judiciais do que o historiador **Jacob Rader Marcus**, líder do Center of American Jewish Archives, batizou de *judeofobia*.¹⁴ Atualmente, esses judeus, que saíram do Brasil e chegaram à América do Norte, são considerados os pais da comunidade judaica e anualmente é realizada uma cerimônia em homenagem¹⁵ a eles.

Com a partida dos holando-brasileiros, uma nova sociedade se formava no Nordeste, com uma identidade que cada vez mais desejava se distanciar da origem lusa e se reforçar por meio do novo território.

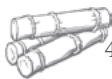
¹⁴MARCUS, J. R. **The colonial american jew, 1492-1776**. Detroit: Wayne State University Press, 1970.

¹⁵LEVY, Daniela Tonello. **Judeus e marranos no Brasil holandês: Pioneiros na colonização de Nova York (século XVII)**. 2008. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo (USP), 2008.



A corrida do ouro no Brasil muda os rumos do açúcar no mundo de vedete a coadjuvante

NÃO SE SABE AO CERTO QUANDO FORAM ENCONTRADAS AS PRIMEIRAS ESMERALDAS E PEPITAS DE OURO, mas logo que a notícia se espalhou pela colônia brasileira, os luso-brasileiros e também os portugueses da metrópole apontaram sua atenção para as minas. O que mais se via, naqueles tempos, eram os luso-paulistas e luso-baianos competindo nessa aventura mata adentro, no interior do País. Os bandeirantes de São Paulo tinham vantagem sobre os outros, por que já conheciam os territórios, por onde antes se embrenhavam para caçar e escravizar indígenas. Muitos outros morriam de fome ou de ataques de animais, por não conhecerem as matas.



Novos tempos chegaram para o Brasil com a descoberta de ouro e pedras preciosas no interior. Como a coroa portuguesa dedicava mais atenção para a mineração, já que metade do ouro do mundo era retirado do Brasil, nessa fase, o cultivo de cana ficou em segundo plano. A França passou a liderar a economia canavieira com a produção, em sua colônia no Haiti, disputando com a Inglaterra e as treze colônias americanas. Todas as colônias também utilizavam o mesmo método produtivo da cana que o Brasil: grandes latifúndios de canaviais trabalhados pelos escravizados, considerados os pés e as mãos dos engenhos.

O uso de mão de obra compulsória africana também foi aplicado nas minerações no Brasil. O interior encheu-se de solteiros portugueses que vinham buscar riquezas e, na ausência de mulheres portuguesas, acabavam casando-se com as indígenas e africanas. Os casamentos inter-raciais, nesse período histórico, não tinham o mesmo propósito que nas gerações anteriores, de aumentar a demografia em nome da defesa da colônia. O que levava os portugueses a se casarem com as mulheres do Brasil era que eles desistiam de voltar para sua terra natal e resolviam permanecer na colônia, constituindo família.

Os nobres portugueses, que antes nunca imaginariam vir ao Brasil, foram atraídos pelas tentadoras minas de ouro. Eles chegavam ao País com a meta de realizarem as atividades mais lucrativas do mundo: instaurar a ordem e cobrar os impostos. Logo assumiram lideranças. Eles enriqueciam rapidamente, afinal, eram muitos os tributos. Entre eles, o *quinto*,¹⁶ a remessa de 20% do que era encontrado para a Coroa Portuguesa; os impostos sobre a passagem dos escravizados; sobre as mercadorias; e outras taxas alfandegárias.

E todo aquele esquema social em torno dos engenhos de cana assumia uma nova versão; não bastavam as simples construções dos senhores de engenho e as pequenas vilas. Assim como o príncipe Maurício de Nassau, os nobres portugueses precisavam de cidades, grandes construções e novas estruturas urbanas. A mudança começou na cidade de Ouro Preto, quando o governador **Carlos Freire de Andrade** mandou construir, para

¹⁶O quinto do ouro, segundo Romeiro e Botelho, no *Dicionário Histórico das Minas Gerais - Período Colonial*, é um imposto de 20% aplicado pela coroa portuguesa sobre todo o ouro encontrado no Brasil.

sua moradia, um palácio de pedra na cidade. O contraste com as outras casas comuns de taipa foi o gatilho para a mudança arquitetônica. Com essas mudanças, vieram novos personagens: carpinteiros especializados em construções urbanas; forjadores para lidar com os metais; ourives; tecelões; vendedores; administradores; militares; contrabandistas; piratas; mendigos; e muitos mais.

Cada um queria uma mansão mais vistosa que a do vizinho e frequentar a igreja mais rica e mais recheada de arte barroca mineira. Uma nova aristocracia tomou o Brasil dos senhores de engenho. E parecia existir ouro para desenvolver tanto a colônia como a metrópole portuguesa. O rei **dom João V** vibrava com seus cofres cheios do ouro brasileiro. Começou então a distribuir monumentos por toda a extensão de seu território e a investir em obras grandiosas, que seriam o seu legado, incluindo a maior de todas: o luxuoso convento de Mafra, que consumiu cerca de vinte anos de impostos brasileiros destinados a Portugal.

Enquanto o ouro era produto de destaque no Brasil e em Portugal, o mercado da cana-de-açúcar foi assumido por outros países europeus, gerando riqueza para a França e Inglaterra, que usavam suas colônias para a exploração do açúcar em padrões muito parecidos com os que foram empregados no Brasil. Toda essa riqueza concentrada na Europa, nesse momento, gerou um frenesi nos monarcas, como o que aconteceu com o rei dom João V. Na França, por exemplo, toda a riqueza gerada era tão mal administrada pelo monarca **Luís XVI** que, com sua esposa **Maria Antonieta**, não conseguira distribuir de maneira satisfatória os lucros, causando revolta popular. O fantasma da fome assombrava os franceses pobres que, e por diversas outras razões, se uniram e mataram seus governantes na chamada Revolução Francesa, acontecimento que desencadeou muitas mudanças em todo o mundo.

Tanto a Revolução Francesa como a Independência dos Estados Unidos da América, antigas colônias da Inglaterra, formaram uma onda de movimentos de liberdade monárquica que proporcionou forças para grandes ações no restante do continente, incluindo os maiores produtores de açúcar: o Haiti e o Brasil. Os africanos e haitianos escravizados no Haiti destruíram o sistema agroindustrial mantido no país. Mataram ou expulsaram todos os senhores de engenhos franceses e queimaram toda a cana. Eles tiveram de enfrentar diversas invasões de países europeus e

americanos que pretendiam restabelecer a economia açucareira haitiana. Só em 1804, o Haiti firmou-se como um país independente. A primeira nação de homens libertos e a única em que a revolta dos escravizados foi bem-sucedida.

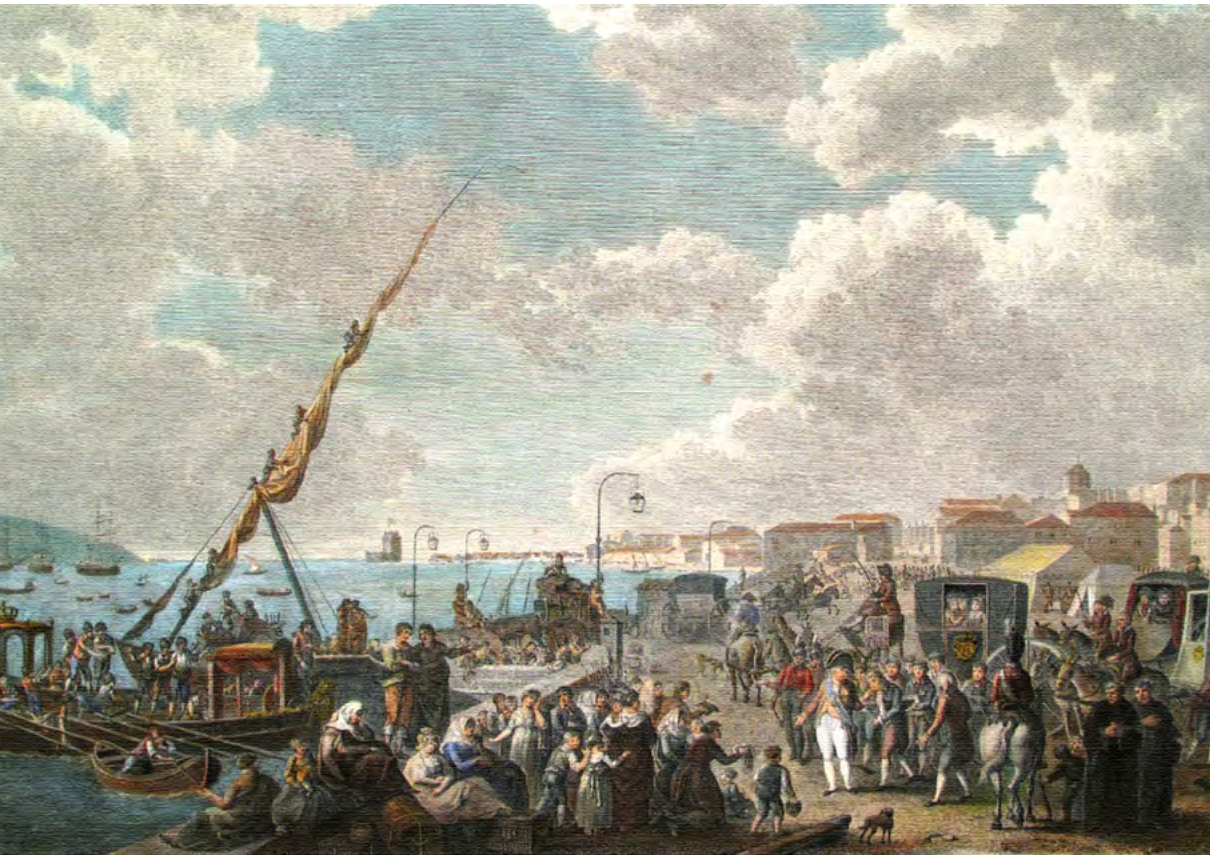
Outra colônia atingida pelos ideais de liberdade monárquica foi o Brasil, que, depois da fase da abundância do ouro, se encontrava reduzido do rico minério. Pressionado por Portugal, que precisava gerar riqueza de todas as formas, com o objetivo de erguer o país, que havia passado por forte terremoto, os luso-brasileiros foram extremamente tributados. O movimento de independência surgiu na elite, com o nome de Inconfidência Mineira, mas logo o mártir da revolução, **Joaquim José da Silva Xavier**, conhecido como Tiradentes,¹⁷ e os outros envolvidos, foram detidos pelos portugueses. A onda revolucionária foi contida até a chegada ao poder de um homem chamado **Napoleão Bonaparte**.

Como novo governador da França, Bonaparte mostrou-se um grande conquistador. Proclamou-se imperador e iniciou várias campanhas de dominação na Europa e Ásia. Seu objetivo era garantir à França uma posição dominante na política e na economia. Napoleão encontrou na Inglaterra forte resistência, cujo mais marcante ato foi o bloqueio continental aos franceses. Era estratégia inglesa impedir que todos os seus países aliados comercializassem com a França. Assim, mudaram os rumos da história do mundo e da cana-de-açúcar, que agora não entraria mais na França, saindo do território brasileiro, já que Portugal era aliado dos britânicos.

Napoleão investiu muito em novos métodos de produção de açúcar e aprimorou uma delas a partir da beterraba. A técnica desenvolvida pelo químico prussiano **Andreas Marggraf**, pioneiro da química analítica em Berlim, permitia retirar o açúcar da beterraba branca, mas foi seu aluno, **Franz Achard**, que tornou o método possível em escala industrial. A solução, que se tornou uma alternativa para o bloqueio sofrido por Napoleão, acabou se tornando, também, uma possibilidade para a extração independente de açúcar, para os países europeus em que a cana-de-açúcar não conseguiu ser cultivada, devido às baixas temperaturas.

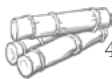
¹⁷Vários historiadores brasileiros da atualidade, como, por exemplo, Lilia Schwarcz, em *Brasil: Uma biografia*, analisam Tiradentes como um personagem muito importante para a formação da nova identidade do brasileiro, em oposição ao português, ou luso-brasileiro.

Mais dois outros acontecimentos foram adicionados a esse cenário. Primeiro, a Revolução Industrial Inglesa, que promoveu novos ideais e incentivou tecnologias que mudaram o mundo. O segundo, a chegada da família real portuguesa no Brasil. Logo o país tornou-se independente e depois república; aboliria a escravidão e teria que trabalhar novas possibilidades, em especial, a introdução da mão de obra imigrante italiana, com destaque, mas também vindas de vários lugares do continente europeu. Teriam que diversificar com a plantação de novos cultivos e intensificar parcerias comerciais. As usinas que substituíam os engenhos centrais também marcaram uma nova fase para o Brasil. Com elas, iniciou-se o patriarcado da civilização do açúcar para a fase burguesa da organização empresarial. Novos tempos estavam chegando para a cana-de-açúcar e para os brasileiros.



O doce presente da família real portuguesa no Brasil a modernização do açúcar

DOM JOÃO VI, CONHECIDO APENAS COMO DOM JOÃO, NO BRASIL, finalmente decidiu quem apoiaria no duelo entre franceses e ingleses. Com os exércitos franceses de Napoleão quase chegando a Lisboa, de um lado, e a armada inglesa, sob o comando de **Sidney Smith**, bloqueando o rio Tejo, principal canal distribuidor do comércio português, do outro, não foi fácil concluir. Ambos tentaram influenciar a decisão do líder português. Depois de reunir todos os seus ministros, o príncipe regente resolveu deixar o país com sua corte. Quinze mil pessoas entraram nas embarcações e partiram para o Brasil, a maior colônia portuguesa, acompanhados de tropas inglesas.



A família real chegou a Salvador, que na época não era mais a capital do Brasil, e imediatamente concretizou duas primeiras mudanças. Liberou os portos para as nações amigas, acabando com três séculos de exclusividade comercial portuguesa e beneficiou a Inglaterra, sua nova parceira. A segunda mudança, por decisão real, autorizou a construção da primeira escola de Cirurgia da Bahia, que está aberta até hoje (2018) com o nome de Faculdade de Medicina da Bahia, pertencente à estrutura da Universidade Federal da Bahia.

As mudanças sociais propostas por dom João para o Brasil fragilizavam os pilares anteriormente fincados pela coroa portuguesa. O País era um reino e não mais uma colônia. Escolas começavam a surgir no território nacional. Os livros e as tipografias permitiam aos nobres brasileiros acessar os costumes das elites francesa, inglesa e italiana, inspiradoras do pensamento e da etiqueta europeias naquele momento. A corte portuguesa passou a frequentar os mesmos círculos sociais que a aristocracia açucareira e a mineradora.

Essa nova mentalidade no reino brasileiro expandiu-se em diversas áreas no País. A criação do Banco do Brasil mudou muito a relação dos luso-brasileiros com o dinheiro. Jornais agora substituíam os anúncios e avisos que eram feitos em painéis nas laterais das igrejas. Os teatros passaram a ser ocupados por companhias que se apresentavam como nova opção de lazer aos aristocratas. As bibliotecas ganharam público. Os jardins mostravam-se atrativos. Esse novo estilo de vida era um desejo de toda a corte luso-brasileira.

Algumas edições desses jornais estão preservadas, incluindo a edição do jornal *Idade d'Ouro do Brazil*, publicado no dia 28 de março de 1815 com a notícia da instalação do primeiro engenho a vapor do Brasil.¹⁸ Não só as mentalidades estavam mudando, mas também as técnicas e tecnologias. O maquinário a vapor, encomendado a uma fábrica inglesa, foi instalado na Ilha de Itaparica pelo senhor do engenho Pedro Antônio Cardoso, com o apoio do governador da Bahia, **conde dos Arcos** e do grupo de homens de negócios do recôncavo baiano. A proposta desse engenho era reduzir o tempo de produção; aumentar a quantidade de caldo extraída; e acabar de vez com as possibilidades de falhas humanas que aconteciam muito

¹⁸A imagem digital desse jornal pode ser conferida na Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

no processo dos engenhos d'água e trapiches (engenhos movidos à tração animal) trabalhados pela mão de obra escravizada.

Foi um acontecimento o dia em que o maquinário começou a funcionar. Havia uma plateia formada por convidados ilustres para apreciar o início das atividades do engenho. O equipamento mostrou-se muito mais produtivo do que o esperado, devido aos seus cilindros de moenda, que eram diferentes dos anteriores e podem ser observados nas pinturas de **Rugendas e Benedito Calixto**. Os cilindros anteriores ficavam na vertical, mas os cilindros do engenho a vapor eram horizontais. Era a chegada oficial da Revolução Industrial Inglesa no País, com seus ideais abolicionistas e industriais.

A sociedade, agora brasileira, tinha uma imensidão de cerimônias e, com isso, novos gastos: casamentos, batizados de príncipes, aclamações, coroações, cortejos, tecnologias inglesas, vestimentas italianas, livros franceses, especiarias asiáticas e outros tantos mais. Isso exigia um estilo de vida mais suntuoso, por parte de todos os cortesões que desejavam esse contato com os nobres portugueses.

Enquanto a economia ia muito bem, ao sul do País, graças à pecuária e, no Sudeste, às relações comerciais nacionais e internacionais; o Nordeste estava em crise. O algodão produzido nessa localidade, que foi vendido para a Inglaterra a altos preços, durante o bloqueio de Napoleão, agora, com o final do conflito entre os europeus, caía catastroficamente de valor. Várias revoltas iniciaram-se em Pernambuco. Aqueles que se consideravam luso-brasileiros, antes da chegada dos portugueses, se chamavam apenas brasileiros, e tinham forte animosidade com a corte, pelo fato de estar direcionando tanto investimento para o Sudeste e para o Sul do País.

A cana-de-açúcar não mais garantia a força do Nordeste brasileiro, com as concorrências que se destacavam em outros lugares do mundo, como a região litorânea do golfo do México e do mar das Caraíbas. Também o açúcar de beterraba branca preenchia boa parte da Europa. Do golfo do México, destacava-se a cultura da cana-de-açúcar na Louisiana e no sul dos Estados Unidos. Lá estabeleceu-se ampla civilização do açúcar, como nos engenhos na América do Sul, com o mesmo esquema de divisão de terras em latifúndios canavieiros e utilização de mão de obra escravizada africana.

A riqueza produzida nos engenhos dessa região pode ser vislumbrada até hoje, em Nova Orleans, como a cidade dos palácios do açúcar, na

capital da Louisiana. É lá que estão localizadas, próximas ao rio Mississippi, a Fazenda Houmas, a maior produtora de açúcar do país; a Fazenda Laura Gore, com sua arquitetura crioulo-francesa e cores vibrantes; a Fazenda San Francisco, com seus 14 quartos decorados com móveis originais e tetos pintados a mão; a Fazenda Evergreen, que produz cana até os dias de hoje (2018), e muitas outras, que se formaram a partir da riqueza que a cana levou para a região.

A Jamaica, ilha ao sul de Louisiana, sofreu muitas mudanças, desde a chegada dos espanhóis, até se tornar a grande produtora do mar das Caraíbas. Os nativos que viviam lá eram expulsos ou mortos pelos espanhóis, durante a busca por minerais preciosos. Logo a ilha foi dominada por colonizadores ingleses com outras intenções, em especial, o cultivo da cana-de-açúcar. Na Jamaica, desenvolvia-se uma solução eficaz para o melhor aproveitamento da lenha nas fornalhas. Eles dispunham os tachos num sentido linear, com uma única chaminé e podiam aquecer muitos deles. Esse modelo de forno foi muito revolucionário. No Brasil, modelo igual podia ser observado no engenho da Fazenda Vassoural, entre os municípios de Sertãozinho e Pontal, atualmente sede do Museu da Cana. Foram essas novas civilizações que assumiam o mundo da produção açucareira, enquanto o Brasil estava ficando para trás.

A atual situação de Pernambuco diante da competição mundial no ramo do açúcar e a queda total dos valores de venda do algodão levaram os brasileiros a uma insurreição contra a coroa portuguesa. Inspirados pelo espírito de liberdade monárquica, como os modelos estadunidense, haitiano, e de outras nações descolonizadas, os pernambucanos pediram a República do Brasil. Dom João não media esforços para deter os revolucionários, prendendo líderes, fuzilando-os ou enforcando-os em praças públicas. Para financiar essa retaliação, dom João requisitou todo o restante do dinheiro público que existia em Portugal.

Até 1820, o povo luso na Europa foi comandado pelo marechal inglês **Beresford**, que expulsou Napoleão do país e se tornou o novo dirigente, enquanto dom João estava no Brasil. O povo rapidamente elegeu deputados para editar uma Constituição, que viria a ser a voz da população. A aderência de revoltosos influentes no país obrigou dom João a concordar com ela. O monarca absolutista, que em toda vida tivera pouco contato com o povo, teve que fazer esse juramento em praça pública, diante de todos

que lá estavam e esperar que essa medida fosse suficiente para acalmar a população. O que não aconteceu. O povo exigia que o regente retornasse a Portugal com sua esposa **Carlota Joaquina** e parte da corte, deixando no Brasil seu filho dom **Pedro I** como destinatário do Reino.

A Constituição elaborada para ser assinada por dom João, foi escrita por deputados portugueses e brasileiros. No entanto, os brasileiros tiveram pouca participação ativa no processo. Eles eram muito negligenciados e, no final, o documento apresentava um viés muito mais favorável aos lusitanos, incluindo novos rumos para a relação entre os países. O Brasil voltaria a ser uma colônia de Portugal e dom Pedro I deveria retornar imediatamente à sua pátria de origem. Os brasileiros, na América, revoltosos com a decisão e apoiados por dom Pedro I, iniciaram uma das maiores mudanças no País. O reino/colônia iria se libertar de Portugal e se tornar um novo império. Dom Pedro enfrentou diversos problemas na liderança do País: conflitos com Portugal; a crise econômica no Nordeste; necessidade de reconhecimento diplomático dos outros países e a divisão que existia entre os portugueses, luso-brasileiros e brasileiros que viviam na América do Sul.

Várias mudanças ocorreram no período de liderança dos imperadores dom Pedro I e de seu filho, **dom Pedro II**, na tentativa de reverter os novos problemas nacionais. Os ingleses foram os principais envolvidos nas mudanças, pois eram eles que ofereciam empréstimos aos imperadores em troca de acordos comerciais favoráveis. Essa influência mostrou-se em vários aspectos, além do econômico e político. Era de interesse dos ingleses que todo o sistema agroindustrial brasileiro perdesse um de seus pilares: a mão de obra escravizada, por diversas razões, incluindo ideais abolicionistas humanizados e até a diminuição dos contatos com a África. A relação entre o Brasil e alguns países da África era tão forte que os angolanos pediram a dom Pedro I que os países se unissem em um só reino, o que não aconteceu por influência dos ingleses, que queriam diminuir essas relações entre os países para inserir seus produtos industrializados em várias nações como principal recurso econômico.

A Inglaterra tinha avançado nas ideias capitalistas.¹⁹ As lideranças do país concluíram que o trabalho de mão de obra escravizada não era lucrativo

¹⁹Maurice Herbert Dobb analisa, em sua obra *A evolução do capitalismo*, as fases desse processo socioeconômico.

para o governo. O tráfico escravagista movimentava um mercado que eles não tinham mais interesse. A escravidão foi repensada pelos ingleses, principalmente no viés econômico. Um dos pontos que mais ponderavam era o fato de os operários não precisarem ser sustentados, ou mesmo vigiados, diante da possibilidade de fugas e poderiam ser dispensados em épocas de baixa produtividade.

Enquanto a Inglaterra defendia o fim da escravidão africana por meio de influências política e social, também desenvolvia ou inspirava novas soluções tecnológicas, que reduziam as possibilidades de trabalho escravizado, já que os maquinários diminuía a quantidade de pessoas necessárias na produção e também exigiam um pessoal mais qualificado para manejá-los. Não foi diferente no desenvolvimento das tecnologias para a produção do açúcar a partir da cana. Inventores estadunidenses, ingleses, franceses, alemães e belgas dedicaram-se arduamente para melhorar os processos agroindustriais do produto essencial para a humanidade.

As pesquisas eram tão incentivadas, na Inglaterra, que os temas poderiam ser os mais diversos. Explosivos, estrelas cadentes e açúcar foram as inspirações do químico e inventor **Edward Charles Howard**. Reconhecido pesquisador do mercúrio e de meteoros, ele batizou um tipo de meteorito com seu sobrenome: Howardite. Mas a principal contribuição²⁰ para o universo da cana foi seu método de refinar o açúcar com o caldo colocado em um vaso de pressão fechado, aquecido por vapor, e mantido em vácuo parcial, diferente dos tachos abertos geralmente usados nesse processo. Assim, diminuía a quantidade de açúcar perdido por caramelização, quando o açúcar passava de seu ponto de fusão e se tornava amargo e desagradável ao paladar. Essa caldeira de vácuo ficou conhecida como evaporadora de sacarina de Howard. A máquina revolucionou a produção do açúcar e é usada até hoje.

O maquinário a vapor e as evaporadoras de Howard foram rapidamente introduzidas nos engenhos da América, que queriam se modernizar, incluindo os palácios do açúcar em Nova Orleans. As grandes fazendas próximas ao rio Mississipi, o maior da América do Norte, investiam em todos

²⁰Todas as invenções e inovações técnicas apresentadas são resultados de pesquisas divulgadas no Centro de Estudos de História no Atlântico, principalmente por Alberto Vieira, pesquisador de Portugal premiado pelos serviços prestados à nação em prol da cultura.

os processos que poderiam contribuir para aumentar seus lucros. Nesse cenário, surgiu o inventor **Norbert Rillius**. O estadunidense desenvolveu um evaporador de múltiplo efeito, capaz de retirar 85% da água que existia no suco da cana, gerando considerável aproveitamento no processo.

Todos esses novos inventos foram lentamente entrando no Brasil, mas bem mais aplicados depois das regências dos portugueses, quando o Brasil se tornou independente e o liberalismo econômico deixou, na mão dos produtores, as possibilidades de investimento em seus engenhos e também a fixação dos preços, que antes era feita pelo governo.

Mas até dom Pedro II, no final de sua regência, enxergou a necessidade de investir na industrialização do País e chegou a oferecer empréstimos e concessões aos empreendedores. Alguns senhores de engenho tinham visão do futuro e, unidos, começaram a construir, em 1875, o primeiro engenho central da América Latina.

O complexo industrial moderno recebia a cana-de-açúcar de diversos produtores e operava como uma cooperativa subsidiada pelo governo. Já existia o modelo em Martinica, colônia francesa no Caribe, e foram inspirados nele que os barões e viscondes fundaram em Quissamã, no Rio de Janeiro, esse primeiro engenho central.

A inauguração do engenho central de Quissamã aconteceu em 1877. A festa, com cerimonial político, igualou-se ao evento de instalação do engenho a vapor na Bahia. O imperador dom Pedro II e sua esposa, a imperatriz **Teresa Cristina**, acompanharam a primeira moagem. Essa fase final do império ficou muito marcada pelas expedições de dom Pedro II pelo Brasil e pelo mundo. O imperador fez inúmeras viagens. Visitou parentes em Portugal, a rainha em Londres, conheceu museus italianos, esteve com o papa, fez turismo no Egito, orou em Jerusalém e sempre quando voltava para o Palácio Guanabara, residência de sua filha regente **princesa Isabel**, logo arrumava as malas e viajava novamente.

Um Brasil capitalista estava em formação. A gestão abandonada por dom Pedro II e guiada pela princesa Isabel, pressionada pelos liberais, tomou rumos inéditos para o País. O império tornou-se uma república; a escravidão foi abolida; e a mão de obra imigrante italiana, espanhola, japonesa e de outras nações começou a ser trazida para o Brasil. A plantação de novos

cultivos e novas parcerias comerciais começaram a ser realizadas por todos os estados. E o universo da cana se adiantava, nessas mudanças. As usinas que substituem os engenhos também marcaram uma nova fase para o Brasil, que foi do patriarcado da civilização do açúcar para a fase burguesa da organização empresarial. Novos tempos transformaram os extensos canaviais e seus engenhos centrais em possibilidades para homens de negócios de todo o Brasil. As usinas mudaram a paisagem cultural do País.

No caso do Brasil, o imperador D. Pedro II criou a Imperial Estação Agronômica de Campinas, por decreto-lei, no dia 27 de junho de 1887, ano em que **Rodrigo Augusto da Silva**, ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, empenhou-se, para que o governo imperial organizasse tal instituição em São Paulo, a qual se incumbiria de estudar os problemas da agricultura nacional, especialmente a do café, e também da cana-de-açúcar, que se tornava importante atividade econômica no Estado, principalmente com o aprimoramento dos processos de mecanização na produção do açúcar.²¹

A região de Campinas apresentava, nas últimas décadas do século XIX, importante produção agrícola, beneficiada pelo solo fértil e pela ausência de pragas nas plantações. Desde 1886, essa região vinha contribuindo com um total de 15% de todo o café produzido no Estado de São Paulo. Naquela época, a lavoura cafeeira representava 60% das exportações brasileiras. A carência de mão de obra motivara a adoção de medidas de estímulo à imigração, como a criação da Sociedade Promotora da Imigração, por **Antônio da Silva Prado**, então ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas da Agricultura. Assim, importantes transformações no modo de produção incluíam também a implantação de ferrovias, a utilização de máquinas no beneficiamento do café e a criação de bancos na região.

Em 1898, o Decreto 523, de 3 de fevereiro, propôs um novo regulamento para a instituição e oficializou sua denominação como Instituto Agronômico do Estado de São Paulo, assim chamado até os dias de hoje, e carinhosamente identificado como IAC (Instituto Agronômico

²¹Dados retirados do Relatório apresentado à Assembleia Geral, na 2ª sessão da 20ª legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Rodrigo Augusto da Silva. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1887.

de Campinas) pelos produtores de todo o Brasil. As pesquisas do IAC foram essenciais para que essas duas culturas mantivesse a excelência que tem na atualidade. Estudos na área de fitotecnia, envolvendo melhoramento genético; nutrição mineral; manejo fitotécnico, em geral, como espaçamento, época de colheita, etc., foram definidos principalmente pelas pesquisas realizadas há mais de um século por esse importante centro.

O aumento da produtividade de ambas as culturas, fruto de centenas de pesquisas levadas a cabo pelo IAC, sustentou a modernização, tornando a atividade mais verticalizada e mecanizada; permitindo a ampliação de um mercado de trabalho mais especializado, que hoje emprega alguns milhões de brasileiros direta e indiretamente, bem distinto das origens das mesmas culturas que tanto dependeram da mão de obra escravizada ou de imigrantes, no seu início.

Entre as muitas viagens do imperador, uma, em especial, aconteceu à cidade de Piracicaba, no interior do estado de São Paulo. Naquele lugar, a história de um engenho central moldou toda a localidade.



Um encontro de sotaques

da França para Piracicaba: A história do Engenho Central

MARGAUX JOURDAIN CHEGOU A PIRACICABA EM JULHO DE 2016. Vinda de Paris, não sabia nada sobre a cidade brasileira. Na bagagem, muita curiosidade, mas, apesar da fluência da língua, a falta de tempo atrapalhou um pouco suas descobertas. As amigas que fez, na república estudantil Descomplika, ajudaram na ambientação. A moça de pele rosada escondia-se do sol toda vez que aparecia forte demais; falava baixo e cumpria todos os seus compromissos acadêmicos. Pela manhã, deixava o lar provisório, habitado por outras nove estudantes, e seguia, rotineiramente, para o prédio da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, unidade da Universidade de São Paulo, a USP. A estudante da Université Lilie Nord de France voltou para seu país sem saber que, no

passado, os franceses tinham participado, de maneira atuante, da vida econômica daquela cidade que, por alguns meses, havia sido um pouco sua também.

Assim como a agrônoma, intercambiária da França, muitos outros estudantes, vindos de todos os lugares do Brasil, deixam a faculdade, depois de quatro, cinco ou seis anos, sem saber que, no final do século XIX, empresários franceses interferiram na trajetória histórica de Piracicaba de maneira significativa, fazendo do lugar um centro de produção de açúcar. Tanto açúcar que, por anos, a cidade foi titulada Capital do Açúcar.

A história do município²² começa bem lá atrás, em 1767, com a criação do primeiro povoado, sob a evocação de Nossa Senhora dos Prazeres. Distante 167 quilômetros de São Paulo, as terras de Piracicaba estão na região noroeste do estado. Vinculada inicialmente à Vila de Itu, depois seguiu seu traçado, ao constituir-se freguesia, em 21 de junho de 1774, com 230 habitantes. As terras férteis do local, favorecidas pelas águas do rio Piracicaba, atraíram fazendeiros e, o que era bem pequeno, começou a ganhar proporção.

Assim que consolidada como povoado, a freguesia foi elevada a vila e para homenagear a Constituição Portuguesa, recém-promulgada em 1821, passou a ser chamada de Vila Nova da Constituição. Um produtor de terras se instalava aqui, outro ali, e pelo que consta nos registros, em 1836, não havia terra disponível. Nas pequenas propriedades, produziam-se arroz, feijão, milho, algodão e fumo e ainda tinha espaço de pastagem para a criação de gado.

Trinta e cinco anos depois, a vila virou cidade, e, em 1878, por determinação legal, voltou a ter o nome de Piracicaba. Reconhecida como

²²A narrativa sobre a história de Piracicaba segue orientada nos textos a seguir: GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em quadrinhos*. Piracicaba, 1970. v. I e II. Acervo da Biblioteca da Esalq. ALDROVANDI, Alcides. *A via e seus vilões – a história de um bairro*, 1991. Disponível em: https://issuu.com/ihgpdocs/a_vila_e_seus_viloes_-_2009. Acesso em: 18 mar. 2018. ALDROVANDI, Alcides. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. *Breve história de Piracicaba*. Disponível em: <http://ipplap.com.br/site/a-cidade/breve-historico-de-piracicaba/>. Acesso em: 18 mar. 2018. ALDROVANDI, Alcides. Secretaria Municipal de Ação Cultural. *O engenho central na história do Brasil e de Piracicaba*. Disponível em: <http://semac.piracicaba.sp.gov.br/engenho/wp-content/uploads/2012/01/O-Engenho-Central-HISTORIA.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018. USINAS Açucareiras de Piracicaba, Villa Rafard, Porto Feliz, Lorena e Cupim, Missão de Inspeção do senhor J. Picard, engenheiro, de 1º de março a 15 de julho de 1903. São Paulo: Hucitec; Unicamp. 1996.

um centro de abastecimento, o município acompanhava a política do País e, pela concentração de homens importantes, influenciava. Entre eles, estava o doutor **Estêvão Ribeiro de Souza Rezende**, uma liderança local que cultivava relações amigáveis com D. Pedro II, de quem era afilhado de batismo. Formado em Direito, em 1863, sua autoridade refletia-se na postura, sempre de olhar longínquo.

Era um prestígio ter na cidade um ex-aluno da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. No caso, não se tratava simplesmente de dinheiro. Sua reputação vinha do poder político e de suas ações benevolentes. Membro do Partido Conservador de Piracicaba, Rezende foi deputado provincial durante várias legislaturas, alternando-se no período de 1870 até 1879. Foi vereador na cidade e provedor da Santa Casa de Misericórdia, sem nunca deixar de ser empresário. Entre suas habilidades, estavam as letras. Foi escritor e sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Consta que, em 22 de setembro de 1878, a família real visitou a cidade, chegando de trem pela Companhia Ituana e hospedou-se na residência do advogado e empresário. No ano seguinte, ele foi condecorado barão, pelo imperador.

A proposta de instalação de um engenho para produzir açúcar e álcool em Piracicaba, ganhou relevância nos anos próximos a 1881. Havia forte discussão sobre o fim da escravidão e a necessidade da troca dos braços fortes. O tema foi debatido na Câmara Municipal. Os eleitos queriam saber mais sobre a possibilidade da industrialização chegar ao lugar.

É também nesse ano que a França, país de origem da estudante Magaux, entra para a história de Piracicaba. O barão de Rezende fundou o Engenho Central, com outros homens do lugar, às margens do rio, e com um investimento anunciado de 400 mil réis, comprou maquinário de origem francesa. Aproveitando-se de sua amizade com o imperador, muito rapidamente o empresário recebeu autorização para o funcionamento do engenho, oficializado pelo Decreto Imperial 8.089, de 8 de maio de 1881. No mesmo ano, a Câmara Municipal da cidade também aprovou o estatuto do Engenho Central.

Para instalar os maquinários comprados da Empresa Brissonneau Frères, de Nantes, cidade portuária, localizada a 50 quilômetros do Oceano Atlântico, foram chamados os engenheiros **Antonio Patureaux** e **Fernando**

Desmoulin. Depois de muito trabalho, as moendas começaram a funcionar em outubro de 1882. Era tudo muito grande. Naquela primeira fase do investimento, o complexo era formado por oito cilindros com entradas automáticas. De um lado, a cana entrava, e do outro, pelas fornalhas, saía o bagaço. Para aquela operação, foram instalados três geradores, com força de cem cavalos. A chaminé era de tijolos com 35 metros de altura. A garapa que saía da cana ficava estocada, para saturar, em três tanques de cobre.

O jornal *Gazeta de Piracicaba* noticiava todos os feitos do barão de Rezende, até mesmo a instalação do para-raios no alto da chaminé. Quatro anos depois do início da operação do Engenho Central, a família real voltou a Piracicaba, para mais uma visita ao amigo.

Somente o entusiasmo do barão de Rezende não foi suficiente para fazer o negócio da produção de açúcar dar certo, em Piracicaba. As finanças não iam bem e o coletivo que conduzia as operações resolveu optar pelo pedido de concordata. Dessas negociações, resultou um novo modelo de sociedade e os doutores Estêvão Ribeiro de Souza Rezende e **João Tobias de Aguiar e Castro** assumiram a responsabilidade da propriedade. Um ano depois, novas tratativas. O Engenho Central foi colocado à venda pelo valor de 410 mil réis e o barão de Rezende tornou-se o único proprietário.

A falta de matéria-prima e a dificuldade de mão de obra especializada para a manutenção dos equipamentos franceses dificultava a operação diária do Engenho. O barão conseguiu um novo sócio, **Cícero Bastos**, e expandiu, incorporando-se à Companhia Niágara Paulista, mas os resultados não garantiam continuidade dos negócios advindos da cana-de-açúcar.

Já em um Brasil republicano, em 1898, precisamente no dia 31 de março, **Fernand Doré** fundou a Societé de la Sucreire de Piracicaba. As escrituras revelam as bases do negócio. O capital foi dividido em 22 mil ações de cem francos cada. A convocação da assembleia geral para os acionistas foi publicada no jornal *Les Affiches Parisiennes*, de Paris. A reunião foi chamada para acontecer no dia 5 de abril, às duas horas da tarde.

Apesar de todas as dificuldades, o Engenho seguia produzindo e, conforme narrado no jornal *Gazeta de Piracicaba*, no mesmo ano de sua venda para os franceses, a produção de açúcar atingiu 40 mil sacas. Com os novos investimentos, o grupo incorporou aos negócios seis usinas e a Fazenda Santa

Rosa. A propriedade foi revigorada e pouco tempo depois atingia a produção de 100 mil sacas de açúcar e 3 milhões de litros de álcool por ano.

O governo brasileiro, presidido por **Francisco de Paula Rodrigues**, queria impulsionar o setor agrícola do País e, em 1902, com a ajuda da Sociedade Nacional de Agricultura, criou um concurso e a exposição de aparelhos destinados às aplicações industriais do álcool. Entusiasmado com o resultado, no ano seguinte, o governo destinou ainda mais dinheiro para a Exposição Internacional de Aparelhos a Álcool. Alguns homens importantes já desfilavam com seus carros movidos a álcool, entre eles, **Santos Dumont**, que tinha um Peugeot modelo Vis-à-Vis, e os patriarcas das famílias Prado e Álvares Penteado.

Os franceses seguiam investindo no Engenho Central de Piracicaba. Em 1903, seis novas fazendas foram incorporadas ao grupo como fornecedoras de cana-de-açúcar e outras cinco fazendas passaram a arrendar suas terras para o Engenho Central de Piracicaba. O trem foi muito importante para transportar a matéria-prima e escoar o produto final. *A usina dispunha (em 1903) de uma estrada de ferro de 19km de comprimento, com a bitola de 1m, de quatro locomotivas (sendo que uma delas de 10t está emprestada à Villa Raffard, e as demais, de 15, 18 e 20t) e de 75 vagões. Estes últimos são de diversos modelos, podendo carregar de 3 a 10 toneladas.*²³

Os dias seguiam-se, somando anos à história. Em 1907, há registro da criação de uma nova sociedade, denominada Societé de Sucrerie Brésilienne (SSB). Até o ano de 1932, a companhia foi dirigida pelo francês **Maurice Allain**, depois por **Pierre Allain**, a qual tinha a propriedade do Engenho Central de Piracicaba; da Villa Raffard de Porto Feliz; Engenho Central de Lorena; e duas unidades, Usina Cupim e Usina Paraíso, na cidade de Campos, no estado do Rio de Janeiro.

Piracicaba entrava para a história como grande produtora de açúcar. A partir de 1911, além do Engenho Central, estavam em atividade o Engenho Monte Alegre e a Usina Capuava.

²³USINAS Açucareiras de Piracicaba, Villa Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim, Missão de Inspeção do senhor J. Picard, engenheiro, de 1º de março a 15 de julho de 1903. São Paulo: Hucitec; Unicamp, 1996, p. 61.

A guerra mundial de 1914, que prejudicou a produção do café brasileiro e provocou a queda da Bolsa de Nova York, em 1929, favoreceu a produção do açúcar e álcool.

Luiz Pereira Barreto não era só um homem entendido de café, mas um visionário que acreditava no álcool como combustível já em 1922. Quase como uma daquelas histórias que se repetia nas cafeterias sofisticadas, frequentadas pela alta sociedade paulistana, contam que um dia Barreto desafiou os condes **Matarazzo e Crespi**.

— *Aposto com vocês que consigo atravessar a cidade saindo da avenida Paulista até a Mooca usando álcool como combustível.*

A bem-sucedida travessia de Pereira Barreto chamou a atenção de outros homens empreendedores para o álcool. Não foi rápido. Dois anos depois, os carros que participaram do raide Rio-São Paulo usaram o álcool como combustível. E, outra vez, o tema ocupava a pauta dos grandes empresários.

A cana que fazia, principalmente, o açúcar, começava a estrelar um novo filme. Um decreto assinado por **Getúlio Vargas**, em 1931, determinou a obrigatoriedade de aquisição do álcool pelos importadores de gasolina. A proposta era promover a adição de uma porcentagem de álcool no combustível advindo do petróleo. Em seu teor, o Decreto 19.717, de 20 de fevereiro, concedeu isenção do imposto de consumo do álcool a ser adicionado na gasolina; reduziu em 20% os direitos de importação de automóveis com motores de alta compressão; aumentou os impostos sobre os veículos com motores a explosão de baixa compressão e uso de gasolina; entre outros benefícios. Técnicos dos Ministérios da Agricultura, da Indústria e Comércio e da Fazenda organizaram-se em uma comissão para estudar as possibilidades do álcool-motor.

O Engenho Central de Piracicaba aumentou sua operação. Ao longo da década de 1930, era produzido, no município, 20% do açúcar do estado de São Paulo. O mercado internacional absorvia o produto e fortalecia a posição da empresa. A força do Engenho emprestava poderio econômico ao município de Piracicaba, por isso, a história de um segue imbricada à história do outro.

Os produtores de açúcar e álcool, até então de maneira isolada, passaram a ser guiados pelo IAA criado em 1933. A proposta do presidente Getúlio Vargas, levado ao poder após a Revolução de 1930, era de promover uma política de controle de preços e limite de produção para o setor. Naquele momento, surgiram novas usinas no Brasil. Muitas delas localizadas no interior do estado de São Paulo.

Um projeto de desenvolvimento na área de produção do açúcar e álcool no Brasil passava, necessariamente, pelo fornecimento do setor canavieiro. Nem todos os engenhos, as destilarias e usinas, se bastavam, com plantio próprio de cana. Para estabelecer as regras, em 21 de novembro de 1941, o governo publicou o Decreto-Lei 3.855, criando o Estatuto da Lavoura Canavieira. A partir desse documento, a relação da indústria do açúcar e do álcool com as fazendas fornecedoras de cana passou a ser regulamentada.



Virando o século – ainda sobre o Engenho Central

A parede que, no passado, significou a estrutura dos poderes industrial, econômico e político, no presente, ressignificada, é marca do tempo.

Guarda história. Guarda lembranças. E, mais importante, guarda um pouco de todos os brasileiros, piracicabanos ou não.

Basta trocar o interlocutor e o que ressalta aos olhos se modifica como mágica. Com a leitura dos textos do arquiteto **Marcelo Cacchionni** sobre o patrimônio cultural de Piracicaba e o engenho da cana, se faz, imediatamente, um prédio de história.

Nas narrativas guardadas na internet, muitas vezes trabalhos para o registro público, fonte para outras e novas pesquisas, o destaque é para a arquitetura. Na década de 1920, o complexo industrial do Engenho Central, em plena produção, ganhou investimento para adequação de suas estruturas. A primeira formação começou a ser substituída por alvenaria aparente. O prédio da moenda passou a ter nova fachada, com linhas clássicas e simétricas. O frontão parecia mostrar um relógio. A Destilaria recebeu a atenção do engenheiro francês **Auguste Rinn**. Ampliada, foi fortalecida com novas vigas e pilares. *O destaque do edifício é para a ornamentação construída caprichosamente com tijolos, que além de decorativos são estruturais, utilizados nas pilastras, balaústres e vergas. Outras edificações foram acrescentadas, como as dos armazéns que seguiram projeto semelhante e eram modulados de acordo com o tamanho necessário.*²⁴

Ao longo da década de 1930, com o surgimento de muitas e novas usinas, o Engenho Central deixou de protagonizar no cenário sucroalcooleiro. Nas décadas seguintes, 1940, 1950, o setor sentiu significativamente o início da produção do açúcar pelos países latino-americanos. Ainda resistindo, o Engenho foi ampliado para produzir açúcar, mas o espaço ao seu redor era limitador.

Persistindo por mais de quarenta anos, sofrendo todas as dificuldades do mercado econômico brasileiro e do exterior, o Engenho Central encerrou suas atividades em 1974, passando a ser reconhecido como patrimônio histórico. O imóvel, com 12 mil metros quadrados de área construída, e 80 mil metros quadrados de área verde, foi desapropriado pela prefeitura de Piracicaba e é ocupado, desde então, para atividades culturais.

²⁴Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. **Breve história de Piracicaba**. Arquiteto Marcelo Cacchionni. Disponível em: <http://ipplap.com.br/site/a-cidade/breve-historico-de-piracicaba/>. Acesso em: 18 mar. 2018.

Cantada em versos, do rio à cidade, Piracicaba da Escola de Agricultura

Enquanto o Engenho Central travava suas batalhas de maneira quase quixotesca, do outro lado, mas bem perto dali, começava a ser escrita a história de uma das mais renomadas Escolas de Agricultura do Brasil, a Esalq. Por onde passariam muitos profissionais do setor sucroalcooleiro.

Uma história a ser contada e recontada.

Luiz Vicente de Souza Queiroz, o responsável pela existência da escola, nasceu em 1849, em São Paulo. Filho de família rica, foi estudar, a partir dos oito anos de idade, na Europa. Coursou as Escolas de Agricultura de Grignon, na França, e a de Zurique, na Suíça. Quando seu pai, o **barão de Limeira**, faleceu, em 1872, o jovem recebeu como herança, entre outros bens, a Fazenda Engenho d'Água, localizada, ainda naquela época, em Nova Constituição. Preparado para os negócios, com apenas 24 anos, ele instalou uma fábrica de tecidos na cidade e aproveitou as águas do rio Piracicaba como recurso hidráulico. O homem, que já era rico, concentrou ainda mais riqueza ao produzir algodão em sua fazenda e fabricar tecidos em sua indústria.

Entre suas iniciativas de benevolência a favor de Piracicaba, Luiz de Queiroz resolveu, muito estimulado por sua experiência na Europa, criar uma Escola Agrícola. Em 1889, arrematou, em hasta pública, a Fazenda São João da Montanha. Uma área de 319 hectares, distante três quilômetros do centro da cidade. De volta à Europa, encomendou um projeto arquitetônico para edificação da escola e uma fazenda modelo. Depois, em visita aos Estados Unidos, acordou a vinda de um professor de Agricultura para conduzir o processo de instalação da unidade educacional. Ele foi rápido. Em 1892, *já funcionavam no local duas olarias e uma serraria a vapor, a primeira do gênero na cidade.*²⁵

O homem de negócios, primeiro estruturou, nas terras, as condições de produção dos materiais para a construção e, depois, começou a edificar. *Todos os serviços eram fiscalizados pelo próprio Luiz de Queiroz que,*

²⁵Centenário da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Esalq - USP. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo: Cecor/Cati, 2001.

*entusiasmado com a concretização de seu sonho, deixou o lindo palacete da cidade, onde residia confortavelmente e, junto com a esposa, passou a alojar-se na modesta e velha casa da fazenda.*²⁶

Por duas vezes, Luiz de Queiroz pediu ajuda ao governo para a implantação da escola de agricultura e, por duas vezes, não foi atendido. Entretanto, em 1892, a Câmara dos Deputados promulgou a Lei 26, em 11 de maio, autorizando o Poder Executivo a fundar uma Escola Superior Agrícola e uma de Engenharia. Respalhado por essa legislação, Luiz de Queiroz doou sua fazenda ao governo, com as benfeitorias existentes e fixou uma condição: que em dez anos a escola iniciasse suas atividades. Era presidente do Estado, **Bernardino de Campos**, que aceitou a doação e por decreto comprometeu-se a cumprir o que exigia o doador.

Depois de muitas controvérsias, em 1901, quase expirando o tempo designado, iniciou-se o período de matrículas para a Escola Prática Luiz de Queiroz. *Finalmente, no dia 3 de junho de 1901 a cidade amanheceu em festa. O caminho que liga a cidade à Escola estava ladeado de bambus com as extremidades entrelaçadas e cheias de bandeirolas de papel multicolor. A solenidade de inauguração foi presidida por Cândido Rodrigues, ladeado pelos ex-Presidentes da República Prudente José de Moraes Barros, Luiz Pereira Barreto, pelo Diretor Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho e Antonio de Pádua Dias, que serviu como secretário. Dentre os presentes, destacava-se a figura da nobre senhora Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz, viúva do patrono da Escola.*²⁷

Entre os alunos, tantos que atuaram na agricultura brasileira. Para citar um, personagem assíduo da história da cana-de-açúcar no País, estava lá **Antonio José Rodrigues Filho**, formado em 1935, engenheiro responsável pela montagem da Usina São Martinho, em Pradópolis, indústria sucroalcooleira que viria a ser uma das maiores do mundo, conforme será contado. Depois de plantador de cana, tornou-se secretário de Agricultura do Estado de São Paulo e vice-governador. O patriarca, filho de imigrante italiano, conduziu o filho, **Roberto Rodrigues**, a seguir o mesmo caminho e este cursou Agronomia no período de 1961 a 1965.

²⁶Centenário da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Esalq - USP. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo: Cecor/Cati, 2001.

²⁷Idem.

Sua devoção à escola pode ser conferida na publicação: *Um Tempo de Ouro: A saga dos engenheiros graduados pela Esalq, em 1965*. Em 352 páginas, ele narra a trajetória; relembra histórias; e registra os feitos dos 113 estudantes de sua turma. O livro comemorou os 50 anos de formatura, em 2015. No capítulo dedicado a analisar a agricultura brasileira no mesmo período, relacionando a atuação dos amigos formados, descreve o setor destacando as áreas.

Sobre a cana-de-açúcar, contextualiza que o *País assistiu a avanços inimagináveis*. Cita, entre eles, *o nascimento do Proálcool, em 1975; o pagamento de cana pelo teor de sacarose, em 1978; e o carro flex, em 2003*. E não deixa de mencionar as crises *como a do excesso de produção de 1964 a 1969, as diversas crises do Proálcool, entre as quais a dos anos de 1980; a própria extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA, no Plano Collor; e o abandono do etanol pelo governo Dilma Rousseff em seu primeiro mandato*.

Entre crises e vitórias do setor sucroalcooleiro, Roberto Rodrigues narra que a área plantada com cana, em 1966, era de 1,6 milhão de hectares e em 2015 superava 9 milhões. *A produtividade por hectare dobrou, e a produção saltou de 76 milhões de toneladas para 650 milhões, um pulo de 770%*.

Ao relacionar os amigos de classe ao setor da cana, menciona as contribuições de *José Marcos Lorenzetti e Luiz Octavio Junqueira Figueiredo, que trabalharam em unidades industriais produzindo açúcar, etanol e a própria biorrefinaria. Produtores agrícolas independentes, como Ivan Aidar, tiveram grande desempenho nesta época, e Antonio Pereira de Camargo dedicou toda sua vida a trabalhar na Estação Experimental José Vizioli, em Piracicaba*.

Ainda sobre a trajetória da cana-de-açúcar nos 50 anos (1965-2015), segue narrando que, nesse período, *foram lançadas mais de 34 cultivares, só pelo Instituto Agrícola de Campinas, e um exemplo de tecnologia adotado pelo setor sucroenergético é o sistema de Mudanças Pré-brotadas (MPB), tecnologia de multiplicação que contribui para a produção rápida de mudas e traz um grande salto na qualidade fitossanitária, no vigor e na uniformidade do plantio. Por meio deste sistema, o IAC mudou a maneira do plantio de cana praticado há 500 anos, uma revolução tecnológica sem precedentes*.²⁸

²⁸Narrativa de Roberto Rodrigues em *Um Tempo de Ouro: A saga dos engenheiros-agrônomo graduados pela Esalq em 1965*. 2015.

De Piracicaba para todos os lugares - a história de Mário Dedini

Todos o conheciam. Quem não conviveu, ouviu suas histórias com tanta frequência, contadas pelos mais velhos, que, ao final, parecia alguém da família. Entre os doze empresários do setor sucroalcooleiro entrevistados para um projeto de memória sobre a imigração italiana, em 2017, em Ribeirão Preto, todos, em algum momento, citaram, em suas falas, o senhor **Mário Dedini**. E sempre sobrava carinho nas frases escolhidas para descrevê-lo.

— *Meu pai conta que um dia chegou um equipamento para a usina, enorme, que ele não tinha o recurso para pagar. Mas o senhor Mário Dedini tinha mandado entregar, porque nós precisaríamos para ampliar as atividades. Meu pai queria devolver, com receio de não conseguir pagar, mas, no final, ficou com o maquinário e o pagamento não foi tão difícil, porque, de fato, a produção aumentou.*

As palavras de **Clésio**, filho de **Menezes Balbo**, família proprietária da Usina Santo Antônio, em Sertãozinho, atribuiu ao senhor Mário Dedini a sensibilidade que os demais homens de negócios referenciam em outros momentos.

Maurílio Biagi Filho e **Luiz Lacerda Biagi**, filhos de **Maurílio Biagi**, não podiam contar a história da família sem levar para a conversa o senhor Mário Dedini junto. Em alguns momentos, pareciam sobrinhos falando do tio.

— *Meu pai falava com o senhor Mário Dedini quase todos os dias. Os projetos de expansão do meu pai precisavam da oficina do senhor Dedini para seguir.*

De descendência italiana, a trajetória de Mário Cesare Dedini poderia vir narrada no capítulo a seguir, sobre a força da imigração. Mas, como ele escolheu Piracicaba para instalar sua oficina, com o irmão **Armando**, em 1920, sua história segue vinculada ao município sobre o qual ele sempre se referiu com muito carinho. No livro que comemora os 85 anos da companhia, uma frase do escritor romano **Quinto Cúrcio**, do Século I, reflete o homem que se fez brasileiro. *Pátria é todo lugar que o homem forte escolhe para moradia.*

Nascido em Lendinara, norte da Itália, em 1893, Mário Cesare Dedini mostrou interesse para o trabalho mecânico desde cedo. Diferente dos

irmãos, que seguiam o pai, ele montou uma pequena oficina no fundo do quintal. O curso em desenho mecânico ajudava com os desafios em consertar coisas que lhe chegavam quebradas, sem funcionamento.

Os dias não eram ruins, mas não eram tão bons quanto ele queria. Por isso, resolveu deixar a Itália e atravessar o oceano para conquistar os seus sonhos. Antes de definir para onde iria, a mãe jogou uma moeda e a sorte o mandou para o Brasil.²⁹ Ele chegou e foi direto para Santa Rosa do Viterbo, no interior de São Paulo, em 1914, trabalhar na Usina Amália, de propriedade da família Matarazzo. Depois, conseguiu um emprego na Usina Santa Bárbara, na localidade onde surgiria a cidade Santa Bárbara d'Oeste, oportunidade em que teve de aprender como lidar com os maquinários, todos eles importados da França.

Mário encontrou no novo emprego um conhecido da Itália, **Adolfo Lourencini**. Primeiro, hospedou-se na casa do contrerrâneo, depois foi morar em uma pensão. Suas habilidades em consertar as máquinas o colocava em destaque. Logo aprendia tudo o que precisava saber para assumir funções mais importantes. A guerra fez com que o técnico francês tivesse que voltar para seu país e Mário foi encarregado de manter as máquinas funcionando.

Tudo corria muito bem. Tanto que ele recebeu uma nova proposta de trabalho, no Espírito Santo, mas educadamente se esquivou dizendo que não poderia ir. Agradeceu explicando que preferia ficar ali porque ali fazia fortuna.

Depois de seis anos à frente do negócio próprio, ao lado do irmão, Mário Dedini sofreu um grande impacto. Armando e a esposa foram vítimas de tifo, durante a epidemia de 1926. Foi preciso muita força para seguir. O imigrante italiano trouxe a mãe para ajudar a cuidar dos filhos e dedicou toda sua energia aos negócios.

Em 1929, apesar da crise com a queda da Bolsa de Valores de Nova York, o setor industrial, ligado às usinas, expandiu, na contramão do café que começava a ser substituído pela cana-de-açúcar. Isso fez com que a oficina de Mário Dedini tivesse muitas demandas. Naquele ano ainda, construiu o primeiro conjunto completo para moagem de cana. Vinte anos depois,

²⁹As informações deste trecho constam no livro *Dedini: A força de um ideal sobre os 85 da Dedini*. Disponível pelo sistema Issu. Regina Machado Leão, Piracicaba, 2005.



a Dedini conseguiu, em tempo recorde de sessenta dias, fabricar todo o maquinário para a montagem da sua primeira usina. Foram embarcadas, no Porto de Santos, a caminho de Maceió, em Alagoas, 1.500 toneladas de máquinas diversas e destilaria para a ampliação da indústria sucroalcooleira do Nordeste. Depois daquela, tantas outras usinas. Na década de 1950, a Dedini já era a líder na produção de equipamentos.

Em agosto de 1965, a empresa ganhou uma concorrência internacional e montou uma usina na cidade de San Martin, na Argentina, capaz de moer 1.500 toneladas por dia de cana e produzir 2,5 milhões de litros de álcool por safra. A empresa brasileira venceu outras quinze companhias instaladas na França, Inglaterra, Polônia, Holanda e Japão.

De 1965 até os dias de hoje (2018), a Dedini, instalada em Piracicaba, empresa que acompanhou toda a história da produção de açúcar e álcool no País, iniciativa do imigrante italiano Mário Dedini, expandiu para 37 países. Em 1979, a companhia chegou a movimentar, conforme seu balanço, valor correspondente a 30% da arrecadação da capital de São Paulo.

Quando disse, no passado, que não deixaria a região de Piracicaba porque ali faria fortuna, Mário Dedini não sabia o que estava por acontecer com sua pequena oficina, mas, com certeza, sabia a força que tinha.

Da guerra aos canaviais

brava gente

É COMO DISSE O FILÓSOFO AUSTRÍACO LUDWIG VAN WITTENGENSTEIN: “A GENTE VÊ ATÉ ONDE VÃO NOSSAS PALAVRAS”. Somente as palavras conseguem formatar e emprestar significados externos a uma experiência humana. Depois de ter vivido, resta contar, só assim um ato único se propaga para além do tempo exato em que se deu. E como a palavra nunca será autônoma, sua manifestação segue vinculada a um interlocutor. Para cada narrativa, pelo menos um personagem. São as palavras ditas que nos contam a história de dona **Maria Joaquina Rosa de Oliveira**. Em 1998, quando deu entrevista³⁰, ela completara 93 anos de idade. Imigrante portuguesa, veio do outro lado do continente para trabalhar na Fazenda Iracema.

³⁰Documentário Ribeirão Preto 142 anos. Realização da jornalista Adriana Silva. Exibição pela TV Record, 1998.

— *O finado Schmidt que pagou a viagem. Ficamos seis dias em um navio, sem ver terra.*

A professora **Judite Costa**³¹ nasceu na Fazenda Dumont. Seu pai veio de Portugal com 13 anos de idade, estudou em Taubaté e depois trabalhou como fiscal na fazenda de Henrique Dumont.

— *Eu queria dar aulas na escola da fazenda, mas era muito nova. Como não tinha outra professora, eles deram um jeito, e eu comecei a lecionar para os pequeninos.*

Benedito Gir³² trabalhou 60 anos consecutivos no grupo Diederichsen. Foi soldador e participou da construção do primeiro edifício alto do interior paulista. Na carteira de trabalho, que guardava com muito orgulho, o registro do salário de 300 réis por hora.

— *Só tive esse registro na minha carteira.*

Carlos Profeta³³ também usou as palavras para contar sua trajetória nas empresas de **Francisco Schmidt**. O homem começou a trabalhar em 1931, na Fazenda Vassoural, propriedade adquirida pelo imigrante alemão em 1896. A partir de 1944, assumiu um cargo de chefia e acompanhou, de muito perto, todas as transações financeiras pós-crise de 1929.

— *A Fazenda Vassoural foi penhorada pelo Banco de São Paulo, em 1927, quando era chefe o **Gastão Vidigal**. O banco queria vender. Eles queriam dinheiro, não queriam terra. Essa negociação durou até 1937.*

Não faltaram palavras a **Hermenegilda Balbo Oranges**³⁴ para contar a sua versão da história da Fazenda Vassoural. Ela é uma das quatro filhas mulheres do casal **Atilio e Crescência Balbo**, filhos de imigrantes italianos e pais de outros oito filhos homens. Dona Gilda, como é conhecida, nasceu no Engenho Central, no dia 10 de abril de 1925. Com dois anos de idade, não entendia muito bem o que estava acontecendo, quando o banco interveio na administração da propriedade, mas com o tempo ela se tornou personagem daquela história.

³¹Documentário Ribeirão Preto 142 anos. Realização da jornalista Adriana Silva. Exibição pela TV Record, 1998.

³²Idem.

³³Idem.

³⁴Entrevista concedida à documentarista Adriana Silva, em 2017, para o projeto Memória Italiana. Disponível em: www.casadamemoriaitaliana.com.br.

— *Meu pai Atílio, com 17 anos, perdeu o pai dele. E ele passou a ser o chefe da casa. Tomou conta da minha avó e de outros cinco irmãos.*

Atílio nasceu na Fazenda das Flores, em Cravinhos, depois foi para Sertãozinho, onde seu pai, **Alexandre**, imigrante vindo de Vicenza, comprou 50 alqueires de terra para plantar cana-de-açúcar. O lugar era conhecido como Pocinho e ficava bem próximo da vila que viria a ser o município de Pontal. Entusiasmado com a produção, a família montou um pequeno alambique. Mas o tempo reverteu a esperança. Nas palavras de **Clésio Balbo**,³⁵ o negócio não deu certo e foi comprado por **Francisco Schmidt**. Essa foi a origem do Engenho Central, que teve a primeira safra em 1906.

— *Meu avô, com 10 anos, foi trabalhar como foguista, na caldeira*

Quando a propriedade foi hipotecada e o banco interveio, Atílio, depois de passar por todas as funções, era o gerente industrial, mas, por indicação de **Otacílio Junqueira de Almeida**, representante do banco, foi nomeado gerente-geral, assumindo, também, a parte agrícola. Os oito filhos de Atílio já trabalhavam no engenho, cada qual em uma função diferente. Um era torneiro mecânico, outro operava a moenda. O mais velho, Alexandre, cuidava do escritório. A família concentrava o conhecimento de todas as fases da produção, desde o plantio da cana até o ensacamento do açúcar.

Antes da gerência geral de Atílio, o Engenho Central produzia, na narrativa de Clésio, 30 mil sacas de açúcar por ano. No final da intervenção do banco, estava produzindo 110 mil sacas.

Em 1937, quando a família Schmidt retomou os negócios, sem a interferência do banco, Atílio Balbo entendeu que merecia mais do que o salário de gerente-geral e fez a proposta de participar dos lucros. Ao olhar para trás, a palavra que Clésio encontrou, para descrever o que aconteceu naquele momento, foi “sorte”.

— *Sorte do meu avô, que a família Schmidt não concordou, senão eles teriam ficado a vida deles toda ali.*

Clésio conta a história que contaram para ele. Gilda Balbo estava lá.

³⁵Entrevista concedida à documentarista Adriana Silva, em 2017, para o projeto Memória Italiana. Disponível em: www.casadamemoriaitaliana.com.br.

— *Meu pai procurou o senhor Artur, o senhor Ernesto e disse que ia buscar uma vida melhor para ele e para os filhos dele.*

E os Balbo deixaram o Engenho Central para começar uma nova história. Eles compraram, ainda no alicerce, o que viria a ser a Usina Santo Antonio. Clésio não ocultou a dificuldade que foi aquele começo.

— *O Diederichsen emprestou um pouco, o senhor Mário Dedini também emprestou e, com a ajuda dos amigos, ele montou a usina.*

Eles não tinham nenhum palmo de terra, só a indústria. Alexandre, o mais velho, conforme conta **Marlei Balbo**,³⁶ visitou os proprietários das terras ao redor da usina e começou a incentivá-los a plantar cana-de-açúcar. E assim surgiram os primeiros fornecedores. Em 1947, a primeira safra da Santo Antonio foi de 23.046 sacas de açúcar de 60 quilos.³⁷

Ali do lado, dois anos antes da primeira produção dos Balbo, outras famílias, Scatena e Franco do Amaral, começavam a história da Usina São Francisco. O município de Sertãozinho destacava-se com a implantação de muitas usinas em suas áreas. Enquanto na zona rural os campos eram ocupados pela cana, que seguia para a moagem nas indústrias, na área urbana, começavam a surgir os impulsos do que viria a ser um grande parque industrial metalúrgico. Em 1956, ano em que a São Francisco produziu 54.731 sacas de açúcar, a propriedade foi incorporada ao patrimônio dos Balbo.

As dimensões sempre pedem números para além das palavras. No caso da Usina Santo Antônio, na década de 1990, sua capacidade de armazenamento de álcool passou a ser, depois de muitas iniciativas de modernização, de 52 milhões de litros, e, a produção de açúcar, de 750 mil sacas. E, da Usina São Francisco, 32 milhões de litros e 690 mil sacas.

Comparar, às vezes, ajuda a compreender. Menezes Balbo, um dos oito filhos de Atílio, com certeza o mais apaixonado por futebol, em entrevista ao jornalista **Moacyr Castro**,³⁸ contou que, quando trabalhava no Engenho Central, tinha uns trinta operários. Em 2006, a Usina Santo Antônio empregava 448 operários e, a São Francisco, 324.

³⁶Entrevista concedida à documentarista Adriana Silva, em 2017, para o projeto Memória Italiana. Disponível em: www.casadamemoriaitaliana.com.br.

³⁷Conforme descrito no livro *Atílio Balbo*, organizado e publicado pela família.

³⁸Conforme consta no livro *Menezes Balbo*, publicado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos de Ribeirão Preto (Iperp), em 2006.

Os doze filhos, que nasceram na mesma casa, seguiram juntos. Todos trabalharam na propriedade de Francisco Schmidt. Após os casamentos das filhas, os genros também se somaram à família, no campo do trabalho. Os três mais novos conseguiram ir para a universidade. **Waldemar** formou-se engenheiro-agrônomo na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba; **Atilio Filho** e **Leontino** formaram-se em Odontologia, o primeiro em Uberaba e o segundo em Ribeirão Preto.

Menezes Balbo, que assumiu a presidência do grupo em um momento da história da família, sempre dizia que seu pai era muito bravo.³⁹

— *Quando um de nós fazia alguma traquinagem, ele nos obrigava a tomar sal-amargo e óleo de rícino.*

Clésio entendeu, muito tempo depois, o que talvez o pai nunca entendera.

— *Como não ser rígido, ele me disse, “com doze filhos para educar?”.*

Do lado da família Biagi, o imigrante da Itália para o Brasil foi o senhor Natale e sua esposa **Elizabetta**, com quatro filhos. Eles chegaram no País vindos de Campagnola, província de Pádova, na região do Vêneto, e trabalharam em algumas fazendas de café, perto de Itatiba e depois se instalaram em Sertãozinho. O filho Pedro Biagi casou-se com **Eugênia Viel** e os dois se mudaram para o sítio Vargem Rica, com 12 alqueires, comprado em 1906, conforme narrativa de seu bisneto, **Luís Lacerda Biagi**.⁴⁰ A primeira atividade naquele lugar foi a montagem de uma olaria. Bernardo Biagi⁴¹ guarda um exemplar do tijolo que tem as iniciais de seu avô Pedro Biagi. Dos tijolos, passaram para a fabricação de telhas e, depois, iniciaram-se no ramo da produção de aguardente.

Maurílio Biagi Filho⁴² lembra de todos contarem sobre uma forte tempestade que caiu em Sertãozinho, destelhando muitas casas da cidade. Nos dias seguintes, a produção de telhas na olaria do avô aumentou. Ele passava nas casas com uma carroça oferecendo, naquele momento, o que todos estavam precisando. Foi um impulso nos negócios vindos do barro.

³⁹Conforme consta no livro *Menezes Balbo*, publicado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos de Ribeirão Preto (Iperp), em 2006.

⁴⁰Idem.

⁴¹Idem.

⁴²Idem.

A família Biagi está na sexta geração. Numericamente, trata-se de uma grande família de descendentes de italianos. Pedro teve 12 filhos, exatamente como Atílio Balbo. Uma das filhas, nascida em 1919, **Ida Biagi Scatena**,⁴³ lembra, aos 99 anos, como era o dia a dia em casa.

— *Em 18 anos, minha mãe teve 12 filhos. A gente aprendia a respeitar os mais velhos porque tinha uma diferença muito grande de idade entre nós.*

Depois da olaria, Pedro Biagi arrendou, em 1915, a fazenda Barbacena. Ficou nessa condição por dois anos, até que, em 1917, comprou a propriedade em sociedade com **Mário Bighetti**. Em um intervalo de cinco anos, ele e o sócio transformaram a fazenda em uma usina e a primeira safra foi colhida em 1922. Naquele ano, eles produziram 6.400 sacas de açúcar. As duas famílias tocavam a propriedade juntas, mas, em 1928, o sócio de Biagi ficou doente e ele não quis seguir. Sem o amigo como parceiro, vendeu a propriedade em 1928. Se, para muitos, a queda da Bolsa de Valores de Nova York foi o fim da história, para os Biagi foi um recomeço, como narra o 42º neto, Bernardo.

— *Meu avô foi um dos que teve sorte com a valorização do dinheiro e a baixa dos preços das propriedades.*

Com o dinheiro adquirido na venda da Usina Barbacena e a desvalorização dos preços das terras, Pedro Biagi conseguiu se capitalizar comprando patrimônio imobiliário e a Fazenda São Joaquim da Pedra, localizada no município de Serrana, em 1931. Em uma área de 280 alqueires, ele mantinha plantações de cana-de-açúcar, café e um engenho. A família queria iniciar a produção de açúcar e foi o que eles fizeram. Os filhos de Pedro Biagi, Maurílio, **Baudilho** e **Gaudêncio**, assumiram a gestão da usina.

De 4 mil sacas de açúcar produzidas em 1932, a usina passou para 110 mil sacas, em 1940. No ano seguinte, iniciou a produção de álcool. A destilaria começou com 2.500 litros por dia.

Cinco anos depois, Pedro Biagi, animado com os resultados da Usina da Pedra, comprou 700 alqueires de terra, antigas áreas de plantio do café, para iniciar o que viria a ser a Usina Santa Elisa. Luís Lacerda Biagi lembra que o dinheiro que eles tinham não era suficiente para fazer o negócio.

⁴³Conforme consta no livro *Menezis Balbo*, publicado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos de Ribeirão Preto (Iperp), em 2006.

— *A propriedade era do senhor João Marchesi. Eu me lembro que meu avô estava em um almoço com o tio Marchesi, que perguntou, descomprometido, se ele queria vender a usina. E ele disse que venderia. Quem ajudou com dinheiro para meu avô comprar foi o senhor João Pagano, que depois ficou com uma participação acionária.*

Com as duas propriedades, Pedro resolveu dividir os filhos e Maurílio Biagi assumiu a Usina Santa Elisa. Ele estava desafiado a transformar a usina em uma das mais produtivas do País. A primeira safra foi em 1937, com a produção de 18 mil sacas. Dois anos depois, produziu 106 mil litros de álcool. Para melhorar esses números, ele criou a Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, a Coopereste, e montou uma estação experimental na antiga Fazenda Dumont. A proposta era plantar a cana que gerasse os melhores resultados de produtividade. Depois, como conta no livro comemorativo dos 70 anos da usina, criou uma estação para fazer pesquisa de desenvolvimento agrícola na própria usina, contrariando o IAA, que só autorizava experiências na Estação de Piracicaba.

Onze anos depois, a produção chegava a 100 mil sacas de 50 quilos. Parecia muito, mas, em 2005, depois de 69 anos da fundação da Santa Elisa, a usina produziu 7.245.689 sacas.

Luiz Biagi escolheu as melhores palavras para contar que, das ações do grupo Biagi, surgiram muitas outras empresas.

— *A Fundação Getúlio Vargas fez uma pesquisa para reconhecer iniciativas de negócios oriundos de uma outra ação empresarial. Nós vimos que mais de 200 empresas nasceram a partir das demandas do grupo Santa Elisa. Muitas estão fora do País.*

A primeira foi a Zanini. Uma associação entre seu pai e o senhor **Ettore Zanini**. Maurílio Biagi Filho narra que a Santa Elisa tinha muita demanda por maquinário e que o fornecedor mais próximo, com qualidade, era o senhor Mário Dedini, amigo da família, com sede em Piracicaba. Como ele não atendeu ao pedido de seu pai para montar uma filial mais perto de Ribeirão Preto, Maurílio não teve nenhuma dúvida e criou a Zanini S.A. Equipamentos Pesados, na década de 1950. Assim surgiram a Sermatec, a RenkZanini, a MB Açúcar e Álcool, a Usina Vertente, a Cristal Serv e tantos outros negócios.

João Marchesi nasceu na pequena cidade de Albano San Alessandro, na província de Bérgamo, na Itália. Seus pais, Santo e Olívia, resolveram deixar a pátria depois de ouvir uma propaganda motivando os italianos a viajarem para o Brasil a trabalho. Era a promessa de dias melhores nas lavouras de café.

Assim que chegaram na Estação Barracão, no bairro de mesmo nome, em Ribeirão Preto, em 1892, eles foram direto para a Fazenda Dumont. Sete anos depois, com a família crescendo, **Santo Marchesi** comprou o Sítio São João, com 2 alqueires e meio de terras, em Sertãozinho. Os dias eram duros e João não queria continuar daquele jeito. Seu bisneto, **Wagner Marchesi**,⁴⁴ narra exatamente o momento em que o imigrante, com 14 anos, se rebelou.

— *Meu avô jogou a enxada longe e disse para a mãe dele que não ia mais trabalhar naquele sol. Ele deixou a família e foi para Taquaritinga atrás de outra oportunidade. Mas lá também não deu certo e ele retornou.*

De volta à região de Sertãozinho, João conseguiu um trabalho na olaria do senhor Natale Biagi, de quem se tornou genro, um tempo depois. João Marchesi casou-se com **Maria Biagi** e os dois seguiram trabalhando no mesmo lugar. Ele puxava barro e a mulher cortava os tijolos. Com um salário de 45 mil réis por mês, João Marchesi ainda estava insatisfeito. O jovem não queria ser empregado do sogro. Ele fez o que pôde para economizar 145 mil réis e comprar seu primeiro cavalo. Mas antes mesmo de conseguir pagar todo o valor, o animal caiu em uma cisterna e morreu. Então, o senhor Natale lhe vendeu, em condições favoráveis, uma carroça com quatro animais para ele trabalhar no transporte de tijolos.

Em 1909, o jovem conseguiu economizar, com o trabalho dele e da mulher, 1.500 contos de réis e comprou os seus primeiros dois alqueires de terra de um imigrante italiano que estava voltando para a Itália. Os que vinham fugidos da guerra tinham dois objetivos, voltar depois de um tempo ou ascender socialmente. João queria vencer em terras brasileiras. Naquele pedaço de chão, ele montou sua própria olaria e as coisas começavam a ir muito bem. A produção era de 2.500 tijolos por dia. A venda do produto aumentava, reflexo do crescimento das cidades do interior do estado de São Paulo, em especial, Ribeirão Preto. O imigrante guardava todas as sobras para comprar terras. Isso era o que ele sempre quis.

⁴⁴Conforme consta no livro *Menezis Balbo*, publicado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos de Ribeirão Preto (Iperp), em 2006.

Os primeiros 50 alqueires que comprou foi em terras na região do município de Pitangueiras. Ele, o irmão Luiz, e outro amigo, plantaram, inicialmente, café. Mais interessado nas terras do que os dois sócios, logo João comprou as duas partes e tornou-se o único dono daquela propriedade. Cada filho que nascia ele comprava novas terras. E assim adquiriu o Sítio São Vicente, que viria a ser uma usina de açúcar e álcool. No início, os 140 alqueires da propriedade eram ocupados por 40 mil pés de café e um engenho de pinga. Apesar de uma geada colocar fim na produção de um ano, João Marchesi não desanimou. Em 1924, comprou a Fazenda Lagoa Formosa.

Quando a crise de 1929 arremeteu ao chão muitos produtores de café, João Marchesi tinha 400 mil tijolos enfileirados em sua olaria, na Fazenda São Vicente e ficou muito endividado. No desespero, ele resolveu montar a primeira usina de cana-de-açúcar e assim surgiu a Usina São Vicente. A safra de 1931 foi de 8 mil sacas de açúcar. No ano seguinte, aumentou para 17 mil sacas. Depois, ele iniciou a Usina Santa Elisa, logo vendida ao amigo Pedro Biagi. Três anos depois da primeira, João Marchesi comprou a terceira usina, essa em Jaboticabal.

João não era homem de um negócio só. Ele tinha gado, criou um banco, construiu prédios, montou uma nova olaria em Ribeirão Preto, a São Luiz. Expandiu com fazendas para outros lugares, fora da região. Em 1952, comprou a Usina Barbacena, que já tinha sido de propriedade de Pedro Biagi e Mário Bighetti.

Quando sua mulher Maria morreu, ele resolveu dividir todas as suas propriedades entre os filhos. Ao casar-se novamente com **Ida Pizzoli**, começou tudo outra vez. E, outra vez, concentrou terras e produziu canaviais.

Naqueles anos finais do século XIX, enquanto os Balbo, Biagi e Marchesi seguiam próximos a Ribeirão Preto trabalhando a terra, outras famílias atravessavam o oceano, vindas principalmente do norte da Itália. A Província de São Paulo incentivava a imigração italiana como uma política em resposta ao fim da escravatura. No ano de 1887, da chegada de **Antonio e Caterina Ometto**, imigraram, para essa parte do País, 32 mil italianos.⁴⁵

⁴⁵Conforme consta no livro *João Ometo: Uma trajetória de vida*, de 2001.

O casal e os dois filhos desembarcaram na ilha das Flores, no Rio de Janeiro e depois seguiram para a Hospedaria dos Imigrantes, no Brás, em São Paulo. Eles começaram nas lavouras de café, primeiro na Fazenda Salto Grande, em Amparo, depois no município de Piracicaba. Logo, não eram mais os quatro. Entre 1893 e 1899, o casal teve outros cinco filhos. A família deixou a Itália em busca de futuro, e quando Caterina olhava para a terra produtiva, tinha certeza de que o Brasil era o lugar certo para cuidar dos seus filhos.

O que ela não esperava era que muito cedo faria isso sozinha. Seu marido, **Antonio**, faleceu em 1901. Naquele ano, a família produzia pinga em uma pequena propriedade, mas, com a queda do preço da aguardente, eles precisaram voltar à vida de colonos. Todo mês, por cinco anos seguidos, Caterina pedia para seu empregador guardar suas economias. Em 1906, ela comprou os primeiros seis alqueires de terra, parte da Fazenda Água Santa, ainda em Piracicaba. Sem dinheiro para pagar a vista, eles deram a primeira parcela e hipotecaram o restante. **Marcelo Ometto**,⁴⁶ bisneto de Caterina, lembra das três palavras que anunciavam a força da sua família.

— *O lema era confiança, economia e trabalho. Essa foi a base da sustentação da família.*

Eduardo,⁴⁷ filho de Orlando, neto de **Costante Ometto**, lembra ainda da casa de colonos onde sua família morava e a sua narrativa detalha o que ele entende como o perfil do imigrante italiano.

— *E aí foi aquela coisa de italiano, trabalharam muito. Fizeram pequenos negócios e juntaram dinheiro para comprar uma nova propriedade.*

Marcelo, filho de **Dimas**, neto de **Luiz**, completa.

— *Eu me lembro muito bem como era essa relação casa trabalho para os italianos. É muito diferente de hoje em dia. O pessoal acordava e ia dormir trabalhando de segunda a segunda. Foi então que eles compraram a Fazenda Boa Vista e montaram a primeira usininha.*

⁴⁶Entrevista concedida à documentarista Adriana Silva, em 2017, para o projeto Memória Italiana. Disponível em: www.casadamemoriaitaliana.com.br.

⁴⁷Idem.

Só o tempo permite entender a escolha da palavra “usininha” para se referir ao primeiro negócio da família. Eles viriam a ser, no futuro, proprietários de uma das maiores usinas do mundo em capacidade de moagem: a Usina São Martinho.

Mas, naqueles primeiros tempos,⁴⁸ *Constante e João puxavam a cana na carroça. Pedro era foguista. Luiz cevava o engenho e o alambiqueiro Jerônimo fazia a pinga... O negócio rendia e, em 1916, compraram um motor de 12 HP, montaram a caldeira e levantaram a primeira chaminé.*

Num ritmo quase que musical, como em uma sinfonia em que o maestro alterna de maneira constante o protagonismo do instrumento, muitas vezes silenciando um, ou outro, a história contada em palavras também revela altos e baixos. Em 1918, a gripe espanhola fragilizou homens e mulheres, levando muitos à morte. Uma forte geada, no mesmo ano, esbranquiçou os cafezais. Quem não tinha dinheiro, precisou vender. Quem guardava suas economias conseguiu comprar. Ainda em Limeira, a família Ometto comprou a Fazenda Aparecida, com café, cana e alambique. Logo eles arrancaram o café e cobriram a área com a cana-de-açúcar para a produção da pinga.

Em suas narrativas, Marcelo dá um salto na história.

— *Eles escolhiam terras boas e iam montando usinas em vários locais. Montaram a Usina Iracema, em 1937, a Usina da Barra em Barra Bonita. Depois a Santa Cruz, a São João, a Santa Lúcia e compraram a São Martinho, em 1947. Cada irmão, ou em dois, eles iam assumindo a administração de uma usina.*

A gestão da São Martinho, no município de Pradópolis, ficou por conta dos irmãos Constante, Luiz e João. **Odila Ometto**,⁴⁹ filha de Orlando, fala olhando para trás. E ao escolher palavras para narrar suas lembranças, não o faz sem emoção.

— *Para o meu pai, era primeiro a usina, segundo a usina e terceiro a usina. Do quarto dele, ele ouvia a moenda e quando ela parava, mesmo à noite, ele pegava o carro e ia lá ver porque a moenda tinha parado.*

⁴⁸Conforme consta no livro *João Ometto: Uma trajetória de vida*. 2001

⁴⁹Entrevista concedida à documentarista Adriana Silva, em 2017, para o projeto Memória Italiana. Disponível em: www.casadamemoriaitaliana.com.br.

Os números podem substituir as palavras, quando é preciso demonstrar tamanho. Eduardo Correia da Silva Ometto quantifica.

— *Na primeira safra, em que meu pai estava, na Usina São Martinho, eles moeram 100 mil toneladas de cana e hoje (2017) a usina mói 10 milhões de toneladas.*

A história da Usina São Martinho, entretanto, começou antes dos Ometto e quem selecionou palavras para narrar esse período anterior, foi o neto de imigrantes italianos, **Roberto Rodrigues**.⁵⁰ Seu avô materno, nascido em Turin, era agrônomo. Durante um curso, ainda na Itália, ele conheceu o brasileiro, também engenheiro-agrônomo, **Edmundo Navarro de Andrade**, que o convenceu a atravessar o oceano para trabalhar em uma fazenda de café, em Santa Cruz das Palmeiras.

Do outro lado da família, seu avô paterno também imigrou da Itália, fugindo da miséria, para se tornar um plantador de café. Logo após a compra de uma nova propriedade, na região de Tietê, aconteceu a queda da Bolsa de Nova York e as dívidas assumidas fizeram com que ele sacrificasse todo o patrimônio da família.

— *Envergonhado, sem recursos para honrar suas dívidas, meu avô paterno resolveu ir embora de Tietê. Aquilo foi a destruição da vida dele. Ele morreu como um lenhador, depois de ter sido proprietário de terras de café.*

Diferente desse fim, o pai de sua mãe, senhor **Thomazo Rossete**, recebeu uma indenização dos proprietários da fazenda onde trabalhava, e, com esse dinheiro, comprou um sítio perto de Iracemápolis, na região de Limeira. Entre seus amigos, estava **João Ometto** e a história dessas famílias se cruzaria ao longo da vida.

Antonio José Rodrigues Filho, pai de Roberto, logo que se formou em Agronomia, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, em Piracicaba, foi trabalhar na Estação de Cana-de-açúcar do IAC, também em Piracicaba, e, depois, na Estação Experimental de Laranja, também do IAC, em Limeira, onde depois surgiu a cidade de Cordeirópolis.

⁵⁰Em entrevista cedida às jornalistas Adriana Silva e Dulce Neves, em seu escritório, na Fundação Getúlio Vargas, especialmente para este livro, no dia 20 de março de 2018.

A família Prado Chaves era a proprietária da Fazenda São Martinho que, no início, cultivava café e laranja. A propriedade estava dando prejuízo.

— *A família ficava muito em São Paulo e deixava a fazenda nas mãos dos trabalhadores. Meu pai contava que tinham roubos e até terreiros de café escondidos no meio do mato.*

Em 1945, o pai de Roberto Rodrigues foi contratado pela família Prado Chaves para reverter a história produtiva da Companhia Agrícola São Martinho.

— *Ele fez algumas condições e foram aceitas. Só deixaria seu trabalho em Limeira para mudar-se para Vila Nova, como chamava o lugar antes de receber o nome de Pradópolis, se a família Prado Chaves pagasse mais do que ele recebia e se aceitasse a incorporar no salário benefícios a partir dos resultados. Como a propriedade dava prejuízo há muito tempo, eles concordaram.*

Das narrativas que gosta de reproduzir, anteriormente feitas, muitas vezes, por seu pai, está a descrição dos fatos ocorridos ao longo daquela viagem de mudança.

— *Adorava ouvir meu pai contar aquele episódio. Eles colocaram tudo que podiam em um carro e foram de um lugar ao outro por estradas de terra. O porta-malas abriu, a mamadeira da minha irmã caiu; foi uma epopeia.*

A situação da fazenda era mesmo calamitosa. Como se não bastassem todos os problemas de gestão, os laranjais tinham sido tomados por uma praga chamada tristeza do citrus. Rodrigues lembra-se dos números.

— *Naquela época, dos 9 milhões de pés de laranja plantados no estado de São Paulo, 7,5 milhões tinham sido atingidos pela tristeza.*

Muito rapidamente, Antonio José concluiu que a plantação de laranja estava condenada; a de café era decadente; e era preciso apresentar alternativas para aquela propriedade.

Em 1946, o presidente **Eurico Gaspar Dutra** autorizou a montagem de usina de cana-de-açúcar para quem tivesse um maquinário chamado vácuo de produção de rapadura. O pai de Roberto enxergou, naquela liberação do governo, a possibilidade de montar uma usina na Fazenda São Martinho. Ele sabia da existência de uma máquina a vácuo desativada em

Rincão e, em reunião, em São Paulo, apresentou sua proposta ao presidente da Companhia, **Luiz da Silva Prado**.

— *Todos foram contrários. Mas, ao final, prevaleceu a palavra do presidente, que autorizou meu pai a seguir com a ideia de montar a usina.*

Quem ajudou muito com informações e orientações naquela fase, não se esquece Roberto, foi Maurílio Biagi, dono da Usina Santa Elisa.

— *Ele era um líder, na região.*

Com a autorização do presidente da companhia, orientado por um usineiro experiente, Antonio José Rodrigues Filho comprou a vácuo e começou a montagem da Usina São Martinho. Mas não foi muito fácil. A liberação do governo tinha incentivado outras fazendas a fazerem o mesmo. Muitas usinas surgiram naquela época e faltava mão de obra especializada. Só na região de Ribeirão Preto estavam sendo instaladas outras quatro unidades: Bonfim, Santa Adélia, São Carlos e Inhaumas. Sua melhor chance era trazer profissionais de Alagoas.

— *O Zé Batata tinha uma oficina na fazenda. Ele era um sujeito desabrido, valente, corajoso e aceitou o desafio de ir buscar um grupo de técnicos.*

Antonio José tinha um irmão caçula trabalhando com usina em Pernambuco e ele foi um intermediário.

— *Eu me lembro com detalhes daquela viagem. O Zé Batata foi com um caminhão GMC para trazer os técnicos.*

O pai tinha experiência com a área agrícola, mas nenhuma com o setor industrial. Para resolver essa questão, ele pediu ajuda ao tio, **Sérgio Rossete**, que tinha tocado um engenho de pinga em Iracemápolis. Descontente com as hostilidades aos imigrantes italianos, no período da Segunda Guerra, resolveu vender a propriedade para os Ometto e foi trabalhar em um negócio da família da mulher, longe dali, em Caxambu. A infelicidade do tio fez com que ele aceitasse a proposta de voltar para o estado de São Paulo e retomar as atividades no setor rural.

A primeira safra da Usina São Martinho, em 1948, foi de 50 mil sacas. As outras quatro usinas, juntas, tinham produzido menos.



— Quando meu pai trabalhava na Estação de Cana-de-açúcar, em Piracicaba, ele tinha feito uma cartilha para orientar os plantadores. Lembro dele dizendo, depois da primeira safra da São Martinho, que era só teoria. A prática dos canaviais era muito diferente.

No ano seguinte, depois de vencidos todos os desafios, Antonio José propôs à companhia Prado Chaves dobrar a usina. E dobraram. No outro ano, fizeram 100 mil sacas. E o engenheiro-agrônomo queria uma usina ainda maior, mas a companhia recuou. Nessa época, ele foi procurado por **Homero Correia de Arruda**, que já tinha sido seu chefe na Estação Experimental do IAC em Piracicaba, com o anúncio de que a família Ometto queria comprar a Usina São Martinho. Antes de fechar o negócio, fizeram uma condição que foi aceita. Antonio José Rodrigues Neto, o engenheiro que tinha montado a usina, deveria ficar na empresa, pelo menos, por mais dois anos.

— Meu pai ficou os dois anos. Nesse período, meu avô faleceu e, com a herança destinada à família, compramos 50% da Santa Isabel, em 1948. Com as ações da Usina São Martinho, ficamos com a propriedade toda, plantando, inicialmente, algodão e banana.

Quase dez anos depois, Roberto Rodrigues foi procurado por **João Ometto** e, em 1957, a Fazenda Santa Isabel passou a fornecer cana-de-açúcar para a Usina São Martinho. Aquela decisão mudou o trajeto de Roberto Rodrigues. O plantador de cana tornou-se um defensor do setor, uma liderança. Ele conglomerou os demais plantadores em ações cooperadas e promoveu muitas mudanças para a categoria. Ao destacar-se, o filho do secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, no período do Governo de **Adhemar de Barros**, e depois vice-governador de **Laudo Natel**, de 1971 a 1975, tornou-se, décadas depois, ministro da Agricultura, no período de 2003 a 2006.

No setor canavieiro, na condição de plantador, Roberto Rodrigues, à frente de cooperativas, brigou por condições iguais às dos usineiros. Durante o governo **Médice**, nas palavras dele, conseguiu que os plantadores pudessem queimar a cana para colher e, em um outro momento histórico, em 1978, fez implantar o sistema de pagamento pela cana-de-açúcar por sacarose e não mais por pesagem simples.

— *As usinas descontavam tudo, terra, palha, que eventualmente iam junto no caminhão, mas com critérios aleatórios. Do total da carga, sempre descontavam entre 7% a 10%. Eu sabia, porque controlava na ponta do lápis, todos os dias. Mas sempre achei aquele sistema errado e injusto. Eu defendia que eles tinham que pagar por sacarose.*

Quando **Confúcio Pamplona** assumiu a presidência do IAA, Roberto Rodrigues teve a melhor chance de promover a mudança. Ele foi na posse de Pamplona no IAA e, logo depois da cerimônia, ficou, a convite do novo presidente, para uma rodada de conversa. Ele queria conversar com plantadores e usineiros. Com três minutos, cada um, para falar, Rodrigues passou sua mensagem sobre como era o sistema de pagamento da cana e como ele achava que deveria ser. Ao final, foi chamado a ficar mais um dia no Rio de Janeiro, para explicar melhor como imaginava que aquela mudança deveria ser implantada. Ele explicou com mais detalhes no dia seguinte.

— *O correto é medir a sacarose. Na balança, com um furador, retirar por amostragem das espécies uma mostra do açúcar. Assim calcular a carga do caminhão.*

Pamplona entendeu que aquele sistema era, sim, mais correto e investiu na ideia de Rodrigues. Cada estado passou a ter um laboratório para fazer a contraprova e foi adotado o sistema de pagamento a partir da sacarose, no País. Exatamente como é realizado na atualidade (2018). As associações de plantadores começaram a promover o controle de sacarose e aquilo foi uma mudança muito positiva para o setor.

Ometto, Balbo, Biagi, Marchesi, Rodrigues são algumas das famílias italianas que protagonizaram a história da cana-de-açúcar no interior do Estado de São Paulo. Tantas outras palavras poderiam ser escritas sobre milhares de famílias. Aqui, essas relatadas, emprestam sentido para narrativas que se assemelham.

Também os alemães e portugueses desbravaram terras e plantaram cana, como Francisco Schmidt, já descrito, e **Francisco Maximiliano Junqueira**, o coronel Quito Junqueira. Embora muito mais ligados ao café, ambos produziram açúcar. Schmidt no Engenho Central de Sertãozinho; Quito Junqueira, como era conhecido, no Engenho Central União, em Igarapava, adquirido em 1910 e depois transformado na Nova

Usina Junqueira, em atividade ainda nos dias de hoje (2018). A indústria do açúcar e de álcool exigia terras plantadas de cana e o coronel Quito Junqueira foi acoplando, ao seu patrimônio inicial, novas propriedades. *A primeira safra, em 1912, produziu 7.820 sacas de açúcar, um pouco de álcool e também aguardente.*⁵¹

A escolha do local para instalação da nova usina dos Junqueira não foi aleatória. Era um desafio manter-se em São Paulo, com proximidade do estado de Minas Gerais para escoar a produção para o outro lado. A Fazenda União possuía 700 alqueires e está localizada nas margens do rio Grande, dentro do município de Igarapava, na divisa dos estados.

A produção foi crescendo ano a ano. Em 1915, já eram 60 mil sacas e uma capacidade de produzir 2.500 pipas de aguardente. O coronel Quito tinha muitas propriedades, mas para concluir as instalações dos novos maquinários importados, a maioria da Alemanha, para modernizar o velho engenho, precisou fazer empréstimos. *O Banco de Créditos Hypothecário e Agrícola do Estado de São Paulo lhe emprestou a quantia de trezentos contos de réis, tomando como hipoteca o Engenho Central Junqueira. Com o Cel. Antônio Alves Ferreira, de Batatais, efetuou um empréstimo de oitenta contos de réis. Com a firma Lara Campos Toledo, comissária de café em Santos, assumiu uma dívida de duzentos e cinquenta contos de réis.*⁵²

Quem passar por aquele local, indo ou vindo de um estado ao outro, poderá ouvir o barulho da moenda. A história da cana-de-açúcar tem lugar naquelas paradas.

Em pouco tempo, depois da compra do engenho, o coronel Quito Junqueira passou a ser um plantador de cana.⁵³ *Ao longo de dezenas de anos ele conseguiu habilidosamente adquirir, arrematar, quinhões de terras vizinhas e com elas formar sete novas fazendas produtivas de cana-de-açúcar.* Todas elas, anteriormente, plantadas de café. O homem que, para o lado da região de Ribeirão Preto investira no café, para o lado de Igarapava, mais perto de Minas, fazia-se um colecionador de terras destinadas aos canaviais.

⁵¹Conforme consta no livro *A flor do café e o caldo da cana: Os caminhos de sinhá e Quito Junqueira*, escrito por Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta, 1997.

⁵²Idem.

⁵³Idem.

A paisagem do interior paulista começava a sofrer mudanças visíveis a todos que cruzavam as estradas, que ora levavam ora traziam pessoas de todos os lugares. Pequenos sítios deixavam de existir para compor extensas propriedades canavieiras. A historiadora **Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta** pesquisou nas escrituras para entender o acúmulo de terras do coronel Quito. Em uma de suas narrativas, aparece a peculiaridade descritiva das divisas de propriedade. *Nesta região, tocos, covas, árvores, córregos foram também os elementos divisórios: “começa em um toco de alma-cega que se marcou na roça de Joaquim Pedro, daí saindo em rumo a um toco de canella...”*

Embora a cana tenha ocupado terras brasileiras antes do café, na região de Ribeirão Preto, a cultura começou a ganhar destaque depois da quebradeira dos cafeicultores, em 1929. Entretanto, o poderio do novo setor sempre foi mais econômico do que político. Diferente do momento cafeeiro, que aglutinava todos os poderes.

Em uma publicação do jornal *A Cidade*, no dia 26 de agosto de 1934, conforme destaque na obra que comemorou o centenário do periódico,⁵⁴ segue relatado, em palavras da época: *Domingo, dia de movimento intenso, à noite, no centro da cidade. O vae vem da Praça 15 faz lembrar aqueles tempos ricos que Ribeirão Preto desfrutava, notando-se, não só na praça acima, o enorme movimento de pessoas e automóveis em rodas nas ruas principaes da cidade. Os tempos mudaram. Hoje, o passeio é apenas de senhoritas e jovens que se aglomeram no trecho principal do centro. Onde estão as casas de diversões repletas, como se via em outros tempos? Não existem. O Carlos Gomes, o Poytheama, o Cinema Santa Helena, o Avenida, o Cassino e outras casas de diversões... Os fazendeiros invadiam a cidade de toda a zona aportavam aqui, que era também ponto dos viajantes. No rio Pardo, havia excursões nocturnas, com diversões e jogos nas margens daquele rio, que fora transformado a sua redondeza em verdadeiro jardim. Tudo desapareceu. Por muito progresso que se venha introduzindo na cidade o seu movimento não alcançou ainda os anos de 1926, 27, 28 e 29. Foi quando começou a crise e se iniciaram as falências e as casas iam à praça pública. Em 30 veio a revolução e acabou de vez com a riqueza cafeeira. Dahi o mal de nossa cidade.*

⁵⁴A cidade 100 anos. Publicação Comemorativa. Nicola Tornatore, 2005.

Os homens da cana nem em tudo se pareciam com os homens do café. Os tempos eram outros, as relações não eram as mesmas. As muitas narrativas descrevem que as casas nas cidades ficavam fechadas durante a semana e somente aos sábados e domingos se movimentavam com a presença de seus proprietários. Ainda assim, nem todos. A maioria morava na própria Usina. Como visto nas palavras emprestadas pelos bisnetos de imigrantes Odila, Eduardo e Marcelo Ometto, quando descrevem a rotina do trabalho nas fazendas de cana-de-açúcar e nas atividades industriais de moenda e destilaria. **Weimar Marchesi de Amorim** e **Tânia Marchesi**, netas de **João Marchesi**, ilustram ao contar que o avô achava que o domingo era para os desocupados.

— *Ele chegava no domingo falando: “Vamos, vamos, acorda, quem não levanta não pesca peixe”.*

Se, de fato, *a gente vê até onde vão nossas palavras*, ou como propagou **José Saramago**, que *quem de palavras tem experiência sabe que delas se deve esperar tudo*, a frase repetida pelo imigrante João Marchesi permite reflexões de um tempo. Da capina do café, debaixo do sol quente, à gestão de suas próprias usinas, fechados em seus sonhos de vitória, fortalecidos pelo medo da guerra, os homens da cana, do período logo posterior à pujança do café, não estavam, naquele momento inicial, preocupados em espalhar suas conquistas para além da proximidade de suas propriedades. Eles, a exemplo das narrativas das quatro famílias de imigrantes, estavam centrados na sobrevivência de suas proles. Os primeiros negócios colocaram em campo todos os homens da família.

José de Souza Martins⁵⁵ analisou, de maneira comparativa, o comportamento econômico do período áureo do café e a herança dos produtores de cana da Região Nordeste do País (Pernambuco e Bahia, principalmente), a partir da ocupação de 1500, até o fim dos cativeiros indígenas, em 1757. *A elite cafeeira foi uma elite atípica em relação a outros polos de economia exportadora. No Nordeste açucareiro, de economia que vinha praticamente desde a época do descobrimento, surgiu uma elite de senhores de engenho secularmente caracterizada e fechada, os ganhos do açúcar limitados ao consumo de luxo, sem significativos desdobramentos na formação de um mercado interno e sem revolucionar a mentalidade, o modo de vida e a própria concepção da economia, a não ser de uns poucos.*

⁵⁵São Paulo no século XX, primeira metade. Imprensa Oficial, 2011, p. 53.

A literatura refletiu esse comportamento do nordestino açucareiro. Em *O menino do engenho*, obra de **José Lins do Rego**, publicada em 1932, com cenário na Paraíba, em um Brasil Colônia de regime escravocrata, a narrativa é romântica e ficcional, mas tem como base as memórias do escritor, como ele mesmo colocou em entrevistas posteriores ao lançamento do livro. Carlinhos, neto do coronel José Paulino, é o personagem principal. As descrições de seu avô são características daquela época.

As relações sociais vividas no engenho e na cidade vizinha são o ponto alto do livro. A figura do coronel é comum a muitos outros coronéis. Para o neto, ele era um herói, um homem que concentrava o poder econômico da fazenda de engenho, com o poder político de prefeito da cidade. A senzala da Fazenda Santa Rosa, onde está localizado o engenho, não desapareceu mesmo depois da abolição. Ainda que alforriados, os escravos da ficção continuaram trabalhando na propriedade.

Como as palavras já deram conta de narrar no livro sobre o café, nessa coleção, ainda de acordo com José de Souza Martins, *no estado de São Paulo, operou-se um fenômeno singular e peculiar que diferenciou de outras regiões dominadas pela economia de exportação. Aqui, o café gerou uma elite que não ficou circunscrita à produção agrícola, nem se concentrou estritamente no comércio exportador.*

Essa comparação de comportamento foi inevitável, no caso da região de Ribeirão Preto, porque os cafeicultores estiveram muito presentes no cotidiano político da localidade. Já os usineiros dos primeiros tempos (1910-1960), ficaram mais restritos às suas propriedades. Eles passaram a ocupar uma pauta política mais acirrada com a criação do Proálcool.

Os imigrantes traziam para o Brasil seus modos de vida. Da gastronomia, ao jeito de fazer um negócio. **Gabriel Gallo**, por exemplo, médico e fazendeiro, vivia no Brasil como se estivesse na Itália. Seus filhos **Júlio Gallo** e **Maria Gabriela Serra Gallo**⁵⁶ narram que ele comia massa todos os dias e costumava cantar ópera com frequência.

Em um intervalo de meio século, entre 1888 a 1939, conforme pesquisa de **Oswaldo Truzzi**, publicada no livro *Italianidade no interior paulista*, cerca de quatro milhões de imigrantes vieram para o Brasil. Dentre eles,

⁵⁶Entrevista concedida à documentarista Adriana Silva, em 2017, para o projeto Memória Italiana. Disponível em: www.casadamemoriaitaliana.com.br.

34% eram italianos. Desse total, 70% se instalaram em terras paulistas. O historiador norte-americano **Thomas Holloway** estimou que, entre os anos de 1893 e 1910, nove em cada dez imigrantes que deixaram a hospedaria localizada no Brás, em São Paulo, dirigiam-se ao Oeste Paulista. Em Ribeirão Preto, no ano de 1902, eram 27.765 italianos, segundo Truzzi. O que correspondia à quase metade dos habitantes do município.

Sissi Verri⁵⁷ é descendente de italianos. Sua narrativa é reflexiva. Ela contrapõe o silêncio à versão barulhenta dos imigrantes. Na sua memória, ainda habita o silêncio dos seus antepassados.

— *Nós não conversávamos sobre a vida na Itália. Sentíamos a família italiana, mas nós não ouvíamos histórias. Eu não lembro de ter ouvido ela falar da cidade. Eu sentia também um silêncio. Eu ouço muito falar da exaltação dos italianos, mas minha lembrança é muito maior de silêncio. Existia muito união e um olhar muito profundo, tanto da minha avó como de meu pai. Talvez eu olhasse ali uma certa tristeza, mas passada. Naquele momento nós éramos felizes e a vida era boa.*

Iole Verri Flessati⁵⁸ é filha do imigrante **Pedro Verri**. Com mais de 80 anos, quando deu entrevista, contou o que viveu.

— *Eles vieram para o Brasil porque eram pobres na Itália. Vieram para trabalhar.*

Vinda de Broni, Lombardia, a família Verri fixou-se no comércio, mas eram tantas as promessas de futuro, advindas do plantio e do cultivo de terras, que os familiares também quiseram desbravar outros caminhos.

— *Meu pai foi trabalhar em um armazém perto de Cravinhos. Era tudo mato.*

Fernando Antonio Verri Flessati, filho de Iole, neto de Pedro, olha para trás com algumas certezas.

— *Meu avô, quando chegou, tinha um planejamento. Ele queria acompanhar o desenvolvimento das ferrovias de trem e comprar a fazenda dele perto da estação.*

⁵⁷Entrevista concedida à documentarista Adriana Silva, em 2017, para o projeto Memória Italiana. Disponível em: www.casadamemoriaitaliana.com.br.

⁵⁸Idem.

Os Verri juntaram-se às famílias Zaparoli, Baptiston, com o apoio de Pedro Biagi e resolveram abrir novas terras em outra região, para além de Cravinhos e Ribeirão Preto. Estudaram as possibilidades da ferrovia e foram desbravar terras virgens, para a qual deram o nome de Novo Cravinhos, perto da cidade de Pompeia.

Nas lembranças de **Octávio Verri Filho**,⁵⁹ um guardador da história, dono de um acervo de memórias literárias, o movimento rumo ao inexplorado ocorreu entre 1933 e 1934. Aqueles homens, que seguiram as terras margeadas pela possibilidade da passagem da ferrovia, se desapontaram, quando as lideranças políticas da época inverteram o traçado, levando o trem para a região de Marília. **Maria Aparecida de Rezende Gaiofato**,⁶⁰ que na condição de mulher, como coloca, perdeu o Verri no nome, é definitiva.

— *Eles compraram as terras achando que a ferrovia iria passar pela região. Mas não passou. E Novo Cravinhos não prosperou.*

Fernando conhece a história do avô e, ao contá-la, o faz como se fosse a história comum dos imigrantes italianos.

— *Aí ele perdeu. Perdeu, mas não desanimou. Partiu para novos negócios, a compra de novas fazendas. Os italianos conseguiram muito, em função de terem essa cultura empreendedora. Acho que esse é o cerne no italiano. Eles quebram, levantam, fazem e acontecem. Os europeus do pós-guerra têm essa característica. Assim foi com meu avô **Pedro Verri**.*

De volta a Ribeirão Preto, mais uma vez vinculado ao comércio, o negócio de venda de aguardente levou os Verri a comprarem um engenho que depois virou a Usina Santana, no município de Sertãozinho, propriedade que ficou na família até 1962.

Atílio, que era Benedini, casou-se com Zaíra, que era Girardi. Os dois vieram crianças da Itália. Ele tinha um irmão. Ela, uma irmã. Os dois também se casaram. Assim os Benedini se juntaram aos Girardi e a família ficou enorme. Um casal com quinze filhos, outro com doze. Todos moravam na mesma fazenda. Um dia, no futuro, coube a **Marta Benedini Vechi**⁶¹

⁵⁹Entrevista concedida à documentarista Adriana Silva, em 2017, para o projeto Memória Italiana. Disponível em: www.casadamemoriaitaliana.com.br.

⁶⁰Idem.

⁶¹Idem.

fazer o desenho da árvore genealógica da família. Ela começou, como todas, de uma linha reta, mas alguns nomes e descendentes depois, seu desenho tomou uma forma arredondada.

— *Eles começaram trabalhando nas lavouras de café. Depois foram comprando um pedacinho de terra aqui ou ali. Foi uma vida de muito trabalho.*

A casa sede da família do senhor **Atílio Benedini**, quando não estava na fazenda, era em Batatais, na região de Ribeirão Preto. Entre os familiares, uma memória é comum a todos: a parreira de uva que ninguém podia mexer, de onde o imigrante italiano fazia o seu próprio vinho. A filha, que tem o nome da mãe, **Zaira Benedini**, lembra-se das histórias, como se o gosto do vinho não tivesse saído de sua boca.

— *A gente tinha que tomar o vinho que ele fazia, mesmo se a gente não gostasse. Pelo menos colocar na sopa.*

Esses relatos somam-se a tantos outros e moram do lado inverso aos canaviais. Rotinas dos imigrantes que venceram as chuvas, o sol e os tempos que ficaram lá atrás.

Humberto, Ricardo, Ângela, Mário, Maria Luísa, Leopoldo, Antônio Fernando, Simone, Maria Rita...⁶² são alguns dos membros da família **Titoto**, imigrantes italianos vindos para o Brasil em 1899, de Aslo, na região do Vêneto. Ao falar da trajetória de seus descendentes, eles não divergem em nada ao concluírem que a família sempre foi ligada à terra, desde a Itália.

Simone tem, entre seus guardados, uma foto de um diploma que confere à sua família o prêmio da Batalha dos Grãos. Sem alimento para todos, as lideranças políticas da Itália incentivavam o plantio em todos os lugares. Uma das maneiras para motivar a produção de alimento era premiando as famílias que mais produzissem.

Toninho, como é chamado **Antônio Fernando Titoto**, estuda sua origem com olhar de curioso, seriedade de pesquisador e interesse de cidadania. Ele avalia que não só a guerra vivida na Europa fez com que tantos imigrassem, mas a necessidade de mão de obra do Brasil.

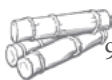
⁶²Entrevista concedida à documentarista Adriana Silva, em 2017, para o projeto Memória Italiana. Disponível em: www.casadamemoriaitaliana.com.br.

— *Foi uma junção de interesses. O pano de fundo foi o trabalho nas lavouras, mas a beleza da imigração está na sua complexidade. Eles trouxeram a indústria da construção, da madeira, do ferro, do vapor...*

Ângela acredita que os italianos ensinaram muitas coisas aos brasileiros, afinal, eles tinham passado pela guerra com miséria e escassez.

— *Eles economizavam muito. Davam valor a todo dinheiro que ganhavam e guardavam o quanto podiam. Porque amanhã as coisas poderiam ser diferentes. Isso eles nos ensinaram.*

Na Fazenda Santana, em Serrana, na região de Ribeirão Preto, todos os filhos, assim como as narrativas da família Balbo, trabalhavam. Cada qual com uma função. Primeiro café, depois cana-de-açúcar e a família seguiu o mesmo trajeto de tantas outras que se fizeram produtoras rurais, sempre devotadas à terra. Leopoldo, um dos mais novos da quarta geração, lembra que até na hora de brincar eles transformavam latas de óleo de cozinha em caminhões de puxar cana.





A história do Proálcool

três páginas antes, uma depois

SETECENTAS E TRINTA E SETE PÁGINAS DEPOIS, o vencedor do Prêmio Pulitzer, **Daniel Yergin**,⁶³ inicia as conclusões do seu livro *A busca: Energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno*, publicado nos Estados Unidos, em 2012, e traduzido, no Brasil, em 2014. Uma referência a **Sadi Carnot**, filho de um ministro da Guerra de Napoleão, exhibe como, ao longo da história, o poder vindo do domínio da energia alterou, com frequência, os resultados dos embates da humanidade. Carnot disse que *uma das razões para a vitória inglesa nas guerras napoleônicas no início do século XIX foi o domínio da energia, especificamente do motor a vapor*. O

⁶³Daniel Yergin ganhou o Prêmio Pulitzer, em 1992, na categoria não ficção, com o livro *Petróleo*. Ele explica como o combustível se transformou em um dos recursos mais importantes do mundo.

soldado, que também era cientista, publicou, em 1824, *Reflexões sobre a força motriz do fogo* e colaborou, com seus estudos, para a revolução que se confirmou, nessa área, anos depois. Nesse estudo, Carnot reconhecia que estava *descrevendo não só o que acontecia dentro de um motor, mas também uma transformação nas relações humanas.*

Não há como desassociar. O ser humano inventa coisas diferentes e essas coisas reinventam o ser humano. A descoberta da energia e depois suas variadas formas, a começar pela energia vinda da água até a subtraída do bagaço da cana-de-açúcar determina o ritmo e os modos como a sociedade se comporta. Ao narrar a trajetória frenética por novas formas de energia, Yergin desnuda o humano e revela suas capacidades. Ao final, ele alerta: *Há riscos inerentes de conflito, crise e interrupção. As coisas podem dar errado, com consequências terríveis. Portanto, é essencial que sejam criadas condições para o florescimento da criatividade, pois esse recurso será crucial para superarmos os desafios e garantir a segurança e a sustentabilidade de energia para um mundo próspero, em desenvolvimento. É o que está no âmago da busca – que envolve tanto o espírito humano quanto a tecnologia, e é por isso que essa é uma busca que nunca terá fim.*

Ao olhar para o mundo, Yergin enxergou o Brasil. A análise do cientista sobre o pré-sal, durante o período em que **José Sergio Gabrielli** era o presidente da Petrobras, foi otimista. *Hoje, o Brasil está a caminho de se tornar um dos maiores produtores de petróleo do mundo, superando a Venezuela, que durante quase um século foi o principal produtor na América Latina.*

Na projeção de Yergin, feita em 2012, o Brasil poderia, *se o desenvolvimento ocorresse mais ou menos conforme o planejado e não houvesse grandes decepções, dentro de quinze anos, produzir quase seis milhões de barris por dia.* O pesquisador citou **Luiz Inácio Lula da Silva**, quando este disse que o pré-sal *era uma segunda independência do Brasil.* Em janeiro de 2018, seis anos antes do tempo projetado por Yergin, a Petrobras produzia 2,15 milhões de barris por dia. A menos que o crescimento rompa o ritmo empregado até esse momento, a projeção não se confirmará. Entretanto, o americano acertou ao considerar a potencialidade do Brasil em superar a Venezuela. A edição de 2017 do *BP Statistical Review of World Energy* registrou que o Brasil produziu 2,6 milhões de barris por dia, em 2016, enquanto a Venezuela encerrou o ano com uma média de 2,41 milhões.

Para atingir os números apresentados por Yergin, o País teria que investir US\$ 500 bilhões, *mas faria do Brasil um dos maiores produtores de petróleo do mundo, tornando-se um dos alicerces da oferta mundial de energia nas próximas décadas.*

Entre as poucas fotos centrais que o livro apresenta, o Brasil está lá, com uma usina ao fundo e um caminhão, com três carretas, carregado de cana-de-açúcar em primeiro plano. Na legenda, o autor descreve a chegada do produto na refinaria onde é convertida em etanol ou açúcar e anuncia que *no Brasil, atualmente, o etanol é mais usado como combustível de carros do que a gasolina* (não há data na legenda).

Com foco nos Estados Unidos e nas relações estabelecidas entre esse país e os restantes no mundo, centrado na troca de combustíveis, Yergin retoma **Henry Ford** para narrar a trajetória do etanol na América do Norte. A primeira experiência realizada com um carro *flex* foi motivada pelo interesse do industrial de iniciar relações com os agricultores, vislumbrando a transformação deles em consumidores de seus carros. *Se nós, industriais, quisermos que os agricultores americanos sejam nossos clientes, teremos que encontrar uma maneira de nos tornarmos seus clientes,* disse Ford ao jornal *Tribuna de Chicago*, no dia 16 de julho de 1878.

Entretanto, não foi fácil. Aqueles eram dias de guerra. Os Estados Unidos estavam no meio da Guerra da Secessão e o etanol a partir do milho foi taxado em US\$ 2,08 por galão, para gerar receita ao governo. A descoberta de petróleo no Texas e em Oklahoma deu à gasolina vantagem no preço e a produção de etanol seguiu modesta. Somente em 1906, diante da tentativa de melhorar a realidade dos agricultores que *sofriam com os preços baixos dos grãos, Theodore Roosevelt assinou um projeto de lei eliminando o imposto sobre o álcool.*

O inventor do telefone, **Alexander Graham Bell**, pronunciou-se, certa ocasião, a favor do álcool. Esse *combustível inflamável maravilhosamente limpo que [...] pode ser produzido a partir de safras e resíduos agrícolas e até de lixo,* representando a opinião dos que eram favoráveis àquele modelo de energia renovável.

Com a certeza de que a história faz curvas, motivadas por fatos muitas vezes secundários, uma iniciativa do presidente, pouco conhecido, **Woodrow Wilson**, em 1919, outra vez desacelerou a produção do álcool

no país. Com o objetivo de reprimir o consumo da bebida alcoólica, foi sancionada a 18ª Emenda, conhecida como Lei Seca. Mas os efeitos foram colaterais. Negócios escusos ganharam força no fornecimento de álcool clandestinamente. **Al Capone**, em Chicago, por exemplo, montou grandes esquemas que lucraram com o consumo ilegal.

A proibição inibiu a produção do álcool, que só voltou a se destacar na conhecida *Grande Depressão Americana* de 1929. *Diante da ruína de agricultores por todo o país, o etanol parecia o elemento-chave para o alívio dos agricultores americanos.* Isso não se deu sem críticas, vindas daqueles que apoiavam a Lei Seca. Quando assumiu a presidência, Roosevelt reconheceu o erro cometido com a Grande Experiência, como também era conhecida a Lei Seca e a aboliu por meio da 21ª Emenda Constitucional. *O etanol estava de volta aos negócios. No final da década de 1930, pelo menos dois mil postos de combustível no Meio-Oeste estavam vendendo agoblends, a gasolina com alguma mistura de álcool.*

A maneira como Daniel Yergin narra as estradas nos arredores de Ribeirão Preto o coloca presencialmente na cena, deixando a certeza de que o americano andou por essas terras. *Ninguém anda depressa, pois aos carros só resta se arrastar atrás de enormes caminhões, alguns rebocando treminhões, todos com lotação máxima, quase transbordando de cana-de-açúcar.* Depois, ainda como observador, provavelmente em um desses carros, o pesquisador conta que *os caminhões viram na direção da usina, onde se alinham em um grande arco numa área aberta. Um após o outro, chega a vez de cada um. Eles vão em direção a um muro: em seguida, as caçambas se erguem e passam por cima dele, e toneladas de cana-de-açúcar vêm desmoronando como uma cascata, caindo em uma esteira transportadora, que leva a cana para a usina, onde é prensada e processada.*

A narrativa não termina até chegar nos postos de combustíveis. Em poucas linhas, o americano conclui: *O líquido resultante é fermentado e depois flui, sob a forma de etanol, para as torres de destilação e, então, para os tanques. A partir daí o etanol inicia uma nova jornada, dessa vez por caminhões-tanque e oleodutos, até os motoristas no país inteiro.*

As dimensões dadas pelo autor de *A busca*, colocam a região de Ribeirão Preto no cenário mundial. *Essa cena, repetida várias vezes no interior do Brasil, hoje faz parte do mercado de energia do mundo de uma maneira*

que poucos teriam previsto há uma década. Depois ele contextualiza: [...] o Brasil passou a ocupar o palco central em um mundo à procura de um modelo de biocombustível.

Em quatro páginas, Yergin conta a história do álcool no Brasil. Começa na década de 1930, logo após a Grande Repressão Americana, narra que, com a queda do preço do açúcar, o governo ordenou a inclusão de 5% de etanol na gasolina para incentivar os agricultores e promover a elevação da renda do setor, em queda; explica o que foi o Milagre Brasileiro seguido do Proálcool; comenta que, em 1985, 95% de todos os carros vendidos no Brasil eram movidos exclusivamente a álcool; ironiza a má gestão do programa, colocando como um constrangimento o Brasil ter que importar álcool dos Estados Unidos no final da década de 1990 para cobrir os déficits de abastecimento; chega a 2003 com o anúncio de que, no País, nesse ano, foram vendidos 40 mil carros *flex* e termina com uma projeção hipotética, pois segue vinculada à movimentação de outros interlocutores para além dos brasileiros.

A indústria brasileira de etanol está posicionada para uma rápida expansão. Há muita terra disponível que não exige a derrubada das florestas tropicais (a cana-de-açúcar não cresce nas condições propícias às florestas tropicais). Há potencial para muito mais inovação na própria cana-de-açúcar, nas instalações e na logística de produção. E, se o mundo estiver disposto, o Brasil tem potencial para assumir a liderança no desenvolvimento de um mercado exportador global muito grande.

Não somente Daniel Yergin escreveu sobre o Brasil, especialmente sobre a região de Ribeirão Preto, focando a produção do etanol, fora do País. Muitos já o fizeram. Entre eles, **Lester Brown**, em mais de uma obra. Em *Por uma sociedade viável*, publicada nos Estados Unidos em 1981 e, no Brasil, pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, em 1983, Brown considerava o conceito do plantio de culturas, com a finalidade específica de obter energia, relativamente novo, no início da década de 1980. Considerado um cientista preocupado com as questões ambientais, suas ponderações sobre o tema não seguiram sem correlações. *É um conceito simples, mas não desprovido de riscos. Num mundo em que as pressões de produção sobre a terra já são excessivas, a plantação em larga escala de culturas energéticas irá exacerbar a situação. Na medida em que essas culturas desviam a terra e outros recursos agrícolas da produção de alimentos, é certo que irão*

empurrar os preços destes para cima. Entretanto, Brown faz apontamentos de viabilidade. *O desafio consiste em utilizar-se terra marginal, ou plantar subprodutos que não entrem em direta competição com o alimento.*

Em 1981, quando escreveu, o Brasil produzia, a partir da cana-de-açúcar, 3.630 litros de álcool por hectare. O autor usou o dado para comparar com os Estados Unidos, que produzia, a partir do milho, 2.200 litros por hectare. Em 2016, resultado de pesquisas e aprimoramentos, a capacidade de produção de álcool por hectare de cana era de 6.400 litros e do milho de 2.400.⁶⁴ Enquanto a potencialidade da cana quase dobrou, do milho cresceu somente um pouco.

Especificamente sobre o Brasil, Brown narra que *o potencial do etanol como combustível foi reconhecido no país desde o começo do automóvel. No entanto, durante décadas em que havia disponível o petróleo barato, a produção do álcool combustível foi minúscula, limitada à que se derivava do melaço, um subproduto da fabricação do açúcar. Mas pela altura de 1975, quando foi desencadeado o programa de álcool combustível do Brasil, tudo isso havia mudado, e a meta energética do país era tornar-se autossuficiente em combustível automotivo – meta cuja importância foi reforçada pela revolução iraniana.* Ele segue oferecendo números sobre o Brasil. *De 1975 a 1979, a produção brasileira de álcool aumentou 14 vezes.*

O pesquisador exhibe um quadro ano a ano. Em 1975, a produção era de 0,2 bilhões de litros de etanol. Em 1985, aumentou para 9,2 bilhões. Nas últimas três safras, a produção de etanol no Brasil atingiu valores de 27 a 30 bilhões de litros, o que significa, aproximadamente, 150 vezes superior à produção global brasileira de 1975, ou três vezes mais do que a produção de 1985.

Sobre a produção de álcool *versus* terras cultivadas, Brown pondera que, em 1981, considerando a frota, o cultivo de 2% das terras era suficiente, quando, no Brasil, a destinação de terras para a cana-de-açúcar, era de 4%. Na realidade, essa área projetada de aproximadamente 15 milhões de hectares, ultrapassaria a área da mesma cultura nos outros 65 países que atualmente cultivam cana. Na safra de 2015, a produção foi de 8.995,5 milhões de hectares.⁶⁵

⁶⁴Dados disponibilizados pela Udop em:

<http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1138001>. Acesso em: 29 mar. 2018.

⁶⁵Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Disponível em:

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_17_09_03_29_boletim_cana_portugues_-_3o_lev_-_15-16.pdf. Acesso em: 29 mar. 2018.

Mas, como em um movimento de folhear as páginas, é necessário retroceder para detalhar essa história já ilustrada pelos imigrantes que se tornaram plantadores de cana-de-açúcar e usineiros, a partir do final do século XIX, no interior do Estado de São Paulo. Dar a volta no tempo, com paradas estratégicas para reconhecer quem são os personagens dessa narrativa.

Antes do Proálcool

Perto do ano de 1974 terminar, exatamente no dia 2 de dezembro, o vice-governador do estado de São Paulo, **Antonio José Rodrigues Filho**, endereçou uma carta ao primogênito, com formalidades protocolares.

Prezado Senhor,⁶⁶

Anexo a esta, cópia que entreguei ao Exmo. Sr. Presidente da República, **General Ernesto Geisel**, a respeito da produção de álcool, proveniente da cana-de-açúcar.

Outrossim, junto cópias do ofício que dirigi ao Exmo. Senhor Presidente da República, observando sua colaboração para o preparo do estudo.

Agradeço sua válida participação no assunto e renovo meus protestos de estima e consideração.

Cordiais saudações,

ANTONIO JOSÉ RODRIGUES FILHO
Vice-governador

Ao Ilustríssimo Senhor Doutor Roberto Rodrigues / JABOTICABAL

Dias antes, outra carta deixava o palácio do governo paulista com destino a Brasília, endereçada ao Presidente da República.

⁶⁶Documento cedido por Roberto Rodrigues às jornalistas Adriana Silva e Dulce Neves, em 20 de março de 2018.

São Paulo, 22 de novembro de 1974.

Senhor Presidente,

Respeitosas Saudações.

Permita dirigir-me à V.Excia. pelo seguinte:

1. No final do ano de 1973 tive a honra de comentar com V. Excia. a importância da produção de álcool oriundo de cana-de-açúcar, para ser utilizado como combustível, e prometi oferecer-lhe alguns dados preliminares sobre o assunto.

2. Encaminhei o estudo, apontando diretrizes básicas, que foram examinadas por uma equipe de técnicos, composta pelos engenheiros **Victor André de Argollo Ferrão Neto**, **Roberto Rodrigues** e **Agenor Pavan**, sob coordenação do primeiro, todos especialistas em cana-de-açúcar e economia agrícola.

3. Os citados técnicos condensaram e esmiuçaram meus pontos de vista, compondo o trabalho anexo a este.

4. Referido trabalho não representa a última palavra sobre a matéria, mas se constitui em uma abertura para diálogos e exames conclusivos, se for de interesse de V. Excia.

5. A leitura do estudo revela a grandeza que pode alcançar, no campo econômico e social, a orientação de produzir álcool de cana-de-açúcar para combustível em larga escala.

6. Muitas interrogações surgem sobre que rumo tomar, porém a atual demanda combustível demonstra que a matéria merece ser estudada com uma visão global do País e envolvendo mais técnicos especializados.

7. Ofereço o estudo à V. Excia. como desprezioso subsídio, convicto de que deve ser seriamente considerado.

Inteiramente à sua disposição, aproveito a ocasião para renovar meus protestos de alto apreço e respeito.

Atenciosamente,

ANTONIO JOSÉ RODRIGUES FILHO
Vice-Governador

Ao Excelentíssimo Senhor General de Exército Ernesto Geisel /
MD. PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL /
BRASÍLIA – DF

Ao Excelentíssimo Senhor General de Exército Ernesto Geisel / MD.
PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL / BRASÍLIA – DF

Nas dezessete páginas do relatório enviado ao presidente Geisel, os técnicos ligados ao setor, cada qual na sua formação, explicitaram o que anteriormente desejava saber o chefe de estado. *O objetivo ÚNICO E EXCLUSIVO desse trabalho consiste em especular quanto ao IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL originado de um possível investimento maciço na produção de álcool anidro para a utilização como combustível, em mistura com a gasolina. Em sendo um estudo preliminar e exploratório, procurou-se apenas enfatizar alguns aspectos agrícolas das inversões e, principalmente, os seus EFEITOS MULTIPLICADORES.*

A introdução seguiu com relatos, considerando as importantes contribuições anteriores, conduzidas pelo IAA; pela Petrobras e pelas associações Associgás e Copersucar. Entre as referências utilizadas para a elaboração do projeto, estava lá o trabalho Fotossíntese como Fonte de Energia, organizado por **Lamartine Navarro Júnior, Cícero Junqueira Franco**, com a colaboração de outros profissionais acadêmicos e produtores, a pedido do então diretor comercial da Petrobras, **Shigeaki Ueki**, que se tornaria ministro das Minas e Energia no Governo Geisel.

Na sequência, os três técnicos, situados no interior do Estado de São Paulo, olhando para a macrorrelação estabelecida entre todos os setores do País, ponderaram item a item, organizando algumas perguntas iniciais. Entende-se, ainda, que fatores muito importantes têm sido considerados, em se tratando de uma Política de Desenvolvimento Econômico Global para o Brasil. São os seguintes: (1) *Como ocupar grandes “vazios econômicos” existentes no País, através de atividades agrícolas modernas e capazes de iniciar e implantar um processo de colonização?* (2) *Quantos empregos um investimento dessa natureza poderia gerar diretamente no setor agrícola?* (3) *Quais as atividades agropecuárias complementares e suplementares possíveis de surgirem à partir dessas inversões?* (4) *E, finalmente, qual o impacto econômico e social em setores da indústria nacional ligados à Agricultura?*

Não era ainda, aquele relatório, uma proposta de projeto, mas um esforço em reunir análises que pudessem balizar o que viria a ser o Proálcool, uma sequência analítica e de campo, sobre o tema, já na pauta

desde 1973. Foi preciso localizar o ponto de partida. Olhar para o País, disposto a compreender a crise do petróleo. A primeira indicação feita foi a de que o mercado mundial demonstrava, naqueles tempos, a necessidade de intensificar as pesquisas e os investimentos no setor energético, visando, em médio e longo prazos, a autossuficiência.

Os Estados Unidos tinham criado, em dezembro de 1973, a Energy Action Group, com o objetivo de centralizar ações que pudessem resolver o problema de abastecimento energético de forma duradoura e segura. A proposta era utilizar a energia disponível de maneira mais racional; aumentar pesquisas para a descoberta de novas reservas energéticas; e desenvolver tecnologia para o uso de outras fontes de energia.

Naqueles dias, no começo da década de 1970, o Brasil importava 75% do petróleo que consumia e registrava um crescimento de uso de 10% ao ano. Mesmo descartando a possibilidade de boicote no fornecimento do produto para o Brasil, a elevação descontrolada do preço impactava a economia, provocando uma reação em cadeia na alta geral dos índices de custo de vida. O investimento projetado para aquisição do petróleo no exterior, no ano seguinte, 1974, segundo dados do relatório, era de 1,2 a 1,5 bilhão de dólares.

Os técnicos, ainda na parte introdutória do documento, elencaram as iniciativas necessárias, do governo brasileiro, como propostas de enfrentamento do problema de abastecimento do petróleo: (1) Intensificar as pesquisas para descobrir novas jazidas de petróleo, bem como a utilização intensiva das já existentes (visto que a alta dos preços tornaram muitas delas econômicas); (2) Intensificar os estudos e experimentos para o aproveitamento econômico das jazidas nacionais de “xisto betuminoso”; (3) Dar prioridade para uma maior utilização da energia hidroelétrica, através de grandes projetos de investimentos no transporte ferroviário: tanto urbano (o “metrô”) quanto inter-regional (cargas e passageiros); (4) Incrementar os estudos visando ao melhor aproveitamento do álcool anidro como combustível; (5) Racionalizar o consumo de gasolina; (6) Expandir agressivamente as exportações brasileiras visando à obtenção de divisas adicionais para reequilibrar a balança comercial.

O grupo reconheceu os dois principais problemas que o governo teria para seguir, transformando aqueles dados em uma Política Pública. (1) A

necessidade de INVESTIR, A CURTO PRAZO, grandes volumes dos recursos financeiros, atualmente escassos em pesquisas e exploração de fontes de energia o que, diante das alternativas existentes, EXIGE UM ALTO GRAU DE DISCERNIMENTO, para não haver uma desaceleração no crescimento econômico das demais atividades e, (2) A premência de OBTER UM MAIOR VOLUME DE DIVISAS, através de um aumento considerável das exportações e diminuição das importações, no sentido de não prejudicar o ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO e, ao mesmo tempo, não diminuir o SUPRIMENTO de outros BENS DE CAPITAL E MATÉRIAS-PRIMAS necessários à manutenção das atuais taxas de crescimento econômico.

Selidas isoladamente, as palavras em caixa alta, por si só, representariam os alertas que precisavam ser feitos. Não seria necessário referenciar a importância desses grifos a partir da filosofia da linguagem, mas, com a certeza de que todos ganham com essa informação, oportuno citar o filósofo russo **Michael Bakhtin**. Ele disse que *a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais*. E, não só por isso, é poderosa em significar para além do seu tempo de expressão.

Foi preciso, antes de avançar, fazer considerações sobre o consumo de gasolina no Brasil. Naqueles tempos, o País consumia, aproximadamente, 14 milhões de metros cúbicos de gasolina. A projeção do grupo foi que, em meados do ano de 1984, tomando por base as taxas de crescimento do consumo do produto, seria necessário o fornecimento de 32 milhões de metros cúbicos. Para comparar e ilustrar, em 2017, dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), foram comercializados 136.025 bilhões de litros de combustíveis.

A perspectiva do grupo era que, havendo racionalização do consumo e a utilização intensiva de outras fontes de energia disponíveis (como, por exemplo, a energia hidroelétrica, no transporte ferroviário), a demanda por gasolina poderia cair a níveis bem mais modestos do que os previstos.

Os técnicos começaram, com algumas considerações gerais, o capítulo que apresentava as possibilidades técnicas da utilização do álcool anidro como combustível, em substituição à gasolina. Primeiro, a assertiva: o uso do álcool como combustível, para motores a explosão, não só é viável técnica e economicamente como, já há algum tempo, vem sendo efetivado, em maior ou menor grau.

Em poucas linhas, relataram ser viável a utilização do álcool como combustível em substituição à gasolina. Começaram revelando o interesse do uso do produto durante a Segunda Grande Guerra Mundial. Já em 1937, o Instituto Nacional de Tecnologia solicitava a elaboração de um estudo, nesse sentido, ao engenheiro Eduardo Sabino de Oliveira, surgindo, como consequência, o livro *Álcool motor e motores a explosão*. Era importante, naquele contexto, mostrar o não ineditismo. Por isso, contaram que, em algumas usinas de açúcar, bem como em regiões do entorno, efetuaram-se, também durante a Segunda Grande Guerra Mundial, algumas tentativas de utilizar o álcool como combustível, em motores para automóvel, com relativo sucesso.

Ao vasculhar a memória, enquanto contava sobre seus avós imigrantes, **Eduardo Correa da Silva Ometto**⁶⁷ recordou de ouvi-los citar a utilização do álcool nos caminhões de guerra.

— *Já naquela época o álcool foi um combustível alternativo à gasolina.*

O projeto de transformação do álcool em combustível caiu no esquecimento logo após o término do conflito bélico e a redução nos preços do petróleo, voltando a compor as pautas de todas os líderes do mundo, a cada crise do petróleo. Historicamente, foram muitas.

Para mostrar conhecimento sobre o campo da produção de energia alternativa no Brasil, os técnicos citaram os trabalhos em curso, com destaque para o realizado pelo Centro de Tecnologia da Universidade de Campinas, pela Escola de Engenharia de São Carlos, em convênio com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e pelo Centro Técnico de Aeronáutica, em São José dos Campos.

Na sequência, descreveram os resultados anteriormente obtidos, sobre os quais balizariam a apresentação do grupo. (1) *O Departamento competente da “Universidade Estadual de Campinas” adaptou um motor Volkswagem, ano 1969, para a utilização de álcool anidro 99,5° GL, substituindo totalmente a gasolina;* (2) *O automóvel andou 10.000 km com desempenho razoável e percorrendo em torno de 7 a 8 km/litro álcool;* (3) *Tal adaptação consiste basicamente em elevar a taxa de compressão do motor, e/ ou aumentar o diâmetro dos giclês.*

⁶⁷Entrevista cedida à jornalista Adriana Silva para o projeto Memória da Casa Italiana, em 2017.

Não desconsideraram os problemas apontados naquelas investigações científicas: (1) *Maior gasto de álcool do que gasolina;* (2) *Problemas com a mistura combustível-ar, quando a temperatura ambiental estiver mais baixa do que 16°C;* (3) *Possível corrosão da máquina;* e (4) *Adaptações necessárias para melhorar a segurança do veículo.*

Quanto à viabilidade econômica, citaram as estimativas de custos do álcool anidro, de produção autônoma, posto Usina de Açúcar, que se situavam em torno de Cr\$ 1,40/litro, a granel e livre de impostos e taxas. Depois, seguiram narrando, o potencial brasileiro para a produção de álcool a partir de produtos agrícolas. Exemplificaram com várias culturas e descreveram o processo. Em casos de produção de álcool a partir de produtos com alto teor de açúcar, emprega-se a fermentação direta, obtendo-se a transformação dos açúcares em álcool. Em casos de produção a partir de produtos amidáceos, deve-se processar inicialmente uma hidrose, para desdobrar o amido em açúcar e, posteriormente, fermentar o açúcar resultante para obter o álcool.

Para mostrar a vantagem em produzir álcool em larga escala, a partir da cana-de-açúcar, descreveram outros processos, como o do milho e da mandioca. Sobre o milho, que já estava sendo usado na fabricação do álcool, os técnicos alertaram que o processo de industrialização era um pouco mais complexo. A operação de hidrólise do amido implica investimentos em máquinas especiais para a moagem do produto e cozedores sob pressão, o que encarece sobremaneira o processo. Embora o rendimento industrial seja razoavelmente em torno de 300 litros de álcool a 95° GL, por tonelada de milho – o custo da matéria-prima é muito elevado, comparado ao da cana-de-açúcar.

O grupo ponderou sobre a existência de uma tecnologia brasileira montada, nesse campo, capaz de, no mínimo em médio prazo, facilitar a instalação de grandes complexos industriais para tal fim. E considerou positivo o fato de a maior parte do território brasileiro apresentar grandes rendimentos por hectare (60 toneladas), comparando-o com o do milho.

Outros dois argumentos foram usados para ilustrar a situação ao Presidente Geisel. Os três responsáveis pelo estudo afirmaram que o álcool anidro derivado da cana-de-açúcar vinha sendo largamente empregado em misturas com gasolina. Por fim, apresentaram o cálculo de que, em

média, uma tonelada de cana propiciaria a produção de 700 litros de caldo; por sua vez, considerando-se um Brix de 20, produziria 70 litros de álcool a 95° GL. E concluíram que um hectare de cana permitiria a extração, em média, de aproximadamente 4.200 litros de álcool anidro. Para se ter uma referência do contexto atual, hoje, a produtividade média do Centro-Sul do Brasil já se encontra em 6.500 litros de etanol/ha, mas alguns produtores obtêm mais de 9 mil litros por hectare, quando a matéria-prima é utilizada exclusivamente para a fabricação de etanol.

Depois das narrativas voltadas para o campo agrícola, os técnicos passaram a descrever um modelo padrão para a instalação de um complexo industrial para a produção do álcool. Partiram de uma escala próxima à capacidade de moagem de uma grande usina de açúcar paulista. Naquela ocasião, tinham se baseado na Usina São Martinho, localizada no município de Pradópolis, na região de Ribeirão Preto. Indústria agrícola que teve a história narrada pela família de imigrantes italianos e descendentes Ometto e pelo próprio Roberto Rodrigues, que a conhecia muito bem.

Retomando o documento enviado ao Presidente General Geisel, o relatório determinava que uma unidade industrial com esse porte teria a capacidade de moagem a um valor aproximado de 16.000t/dia, considerando-se o dia de 24 horas. A produção diária de álcool poderia ser estimada em aproximadamente 1,2 milhão de litros de álcool, ou, então, 1.200 metros cúbicos. Considerando-se uma produção média por hectare, ao redor de 60t/ha (média de 3 cortes), seriam necessários 55.000ha de cana, todos os anos, para suprir a indústria de matéria-prima. Tomando-se como necessária a renovação do canavial a cada 3 anos, bem como a existência de outras atividades afins (complementares e suplementares), a área agrícola total exigida seria de aproximadamente 85.000ha.

Fazendo um paralelo com os dias de hoje, um canavial, na atualidade, tem a sua longevidade próxima de 7 cortes (colheitas), com produtividade média em torno de 77t. Isso se tornou possível em função dos programas de melhoramento genético de cana-de-açúcar, que selecionaram cultivares com maior capacidade de brotação e perfilhamento, e mais adaptadas à colheita mecânica, sem a utilização do fogo como processo de pré-limpeza. Nesse novo cenário da “cana crua”, esses canaviais mantêm, durante mais tempo, altas populações de colmos e, assim, não necessitam de renovação tão rápida como no início do Proálcool.

Embora o Presidente pudesse não compreender as especificidades do documento, seus técnicos do governo, com certeza, saberiam. Por isso, em alguns trechos, foi preciso caracterizar com precisão os coeficientes da cultura da cana-de-açúcar e a infraestrutura física para uma empresa agrícola modelo. Com 910 hectares de cana plantada, seriam necessários 6 tratores, 3 tratores com carregadeira, 5 caminhões, 6 arados, 6 grades, 2 sulcadores, 2 adubadeiras, 2 carretas, 1 equipamento de herbicidas e 2 cultivadores. Em relação aos semoventes, para essa operação, era importante a destinação de 12 animais. Relataram também a necessidade de uma casa da sede, casas de empregados, galpões e outras construções rurais.

No campo técnico, para a produção do primeiro corte, os profissionais da agricultura organizaram as informações em quadros, com descrição das despesas diretas de operações, aração, calagem fosfatagem, subsolagem, gradeação, conceitos comuns somente aos que eram da área. Quanto às informações relativas à produção industrial, relacionaram os gastos com a instalação de uma destilaria no padrão já mencionado.

Com orçamento em cruzeiros, dinheiro da época, foram específicos ao afirmar que, para a construção de uma casa de cana, seriam necessários Cr\$ 4.290.000,00. Para a instalação de uma moenda, o valor estimado era de Cr\$ 35.250.000,00 e assim seguidamente. Apresentaram os custos para os equipamentos para a preparação do caldo, caldeiras, casa de força, destilaria e obras civis. Toda a operação representava um custo de Cr\$ 244.650.000,00. Outros quadros se seguiram. Cada um tinha a função de elucidar uma demanda na montagem da destilaria.

Era importante para o Presidente saber quais seriam os impactos econômico e social da substituição parcial da gasolina pelo álcool anidro. Por isso, os técnicos partiram de uma hipótese para fazer uma projeção. Consideraram a demanda de que, até o ano de 1984, seria adicionado 25% de álcool anidro à gasolina. A partir dessa hipótese, procuraram especular sobre o impacto dos investimentos da produção de álcool na comunidade rural brasileira.

De acordo com o modelo padrão, o desafio dos técnicos foi verificar o número de complexos industriais necessários para a demanda brasileira projetada. A partir disso, alertaram que seria importante dimensionar o

número de empregos diretos criados na área agrícola; a quantidade de insumos modernos a serem fornecidas anualmente; as necessidades de máquinas, equipamentos, veículos e semoventes; os gastos na construção das destilarias; e o capital de giro necessário para a indústria. Até uma previsão de uso de calcário, adubo e formicida, herbicida e mudas, constou do relatório.

Meta seguinte, analisaram as projeções anteriores de consumo e estimaram que seriam necessários aproximadamente 32 bilhões de litros para suprir a demanda nacional no ano de 1984.

Antes das conclusões, o grupo avaliou o potencial do projeto, asseverando que a iniciativa aceleraria o processo de interiorização do desenvolvimento. Era certo, para aqueles estudiosos, que um investimento daquele porte exigiria a implantação de um complexo industrial com seis destilarias, com capacidade de 1.200.000 litros por dia e precisaria de 510 mil hectares de terra para o fornecimento da cana-de-açúcar.

Na avaliação dos técnicos, como a racionalização dos trabalhos indicava a concentração da produção em determinada área do Brasil, visando à criação de economias externas, tornava-se evidente que o investimento fosse feito nos vazios econômicos. Então sugeriram: Vale do São Francisco, Norte de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e outras regiões do País.

A abrangência da proposta compreendeu uma segunda atividade. Para o excedente de bagaço da cana, considerando que a destilaria utiliza pouca quantidade para combustão, sugeriram uma indústria de papel anexa.

Uma ação governamental para apoiar a produção do álcool como combustível deveria ter como meta, também, a geração de novos empregos, por isso o tema foi abordado. Seguiram com o exemplo de uma usina modelo, com 900 hectares e, considerando uma colheita, já naquela época, feita mecanicamente, seriam necessários 144,75 homens por dia de trabalho por hectare. A partir da Usina São Martinho, em que um homem tratava aproximadamente 6 hectares, para a produção das 6 unidades industriais, seriam necessários 55 mil trabalhadores somente para a atividade canavieira.

Sem pretenderem ser definitivos, alertaram sobre a importância da elaboração de um projeto a partir da constituição de uma equipe técnica multidisciplinar do mais alto gabarito, cuja composição devesse contar

principalmente com especialistas em Agricultura, Tecnologia do Açúcar e do Álcool, Engenharia Mecânica de Motores a Explosão, Petroquímica, Zootecnia, Tecnologia de Papel e Celulose.

Finalmente, ressaltaram que, para o desenvolvimento de *know-how* em motores de explosão capazes de utilizar exclusivamente o álcool como combustível, permitiria ao Brasil obter, em um futuro não muito longínquo, a total autossuficiência de energia.

Um ano antes

Aquele relatório com análises sobre a produção de álcool, no Brasil, com o objetivo de utilizá-lo como combustível em substituição à gasolina, era mais um movimento do governo brasileiro em busca de respostas para as sucessivas crises do petróleo. Depois da Segunda Guerra, muitas vezes, conflitos políticos ameaçaram o fornecimento em todo o mundo. Embargos realizados pelas nações membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a Opep (Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela), em especial aos Estados Unidos, mas também a outros países europeus, sempre deixaram a todos vulneráveis. A ameaça de escassez do petróleo também moveu as nações em busca de alternativas, assim como já narrado, a partir das pesquisas realizadas por **Daniel Yergin**.

A cada nova guerra envolvendo os países exportadores do petróleo, a crise se agravava. Foi assim em 1967, com a Guerra dos Seis Dias; em 1973, com a Guerra do Yom Kipur, ou Guerra Árabe-Israelense, ou ainda Guerra do Ramadã; em 1979, com a revolução islâmica no Irã; a partir de 1980, com a Guerra Irã-Iraque. O descontrole dos preços ameaçava a todos. Entre outubro de 1973 e março de 1974, como uma retaliação aos Estados Unidos que tinham resolvido apoiar Israel contra os estados árabes liderados por Egito e Síria, o preço do barril aumentou desproporcionalmente, atingindo uma elevação de 300% a 400%. O custo do barril era de 2,9 dólares, em setembro, e subiu para 11,65 dólares, em dezembro. A recessão provocada nesse período desestabilizou a economia mundial e o Brasil não ficou de fora.

A crise de 1973 mostrou a importância da Opep no mundo e deixou claro a dependência dos países importadores. Sem alternativas internas, tinham que continuar importando, a qualquer preço de oferta. A década de 1970 chegou a ser comparada com a recessão de 1929.

O Brasil respondeu com a criação, pelo governo federal, do Proálcool. A proposta era substituir, em larga escala, a gasolina pelo álcool, como combustível para os veículos. Por meio do Decreto-Lei 76.593, de 14 de novembro de 1975, o Brasil passava a ter um programa próprio de fornecimento de combustível. Muito rapidamente o mundo começou a olhar para a nação da América do Sul.

Mas a história não é tão linear como parece, quando organizada em folhas de papel que, obrigatoriamente, exigem uma sequência que, mesmo concomitante, ao ser transcrita, coloca uma coisa seguida da outra. Para entender a motivação do Proálcool, como ficou conhecido o Programa Nacional do Álcool, é preciso voltar no tempo, pelo menos uma década.

A crise de 1960 do setor sucroalcooleiro

Nas palavras de Roberto Rodrigues⁶⁸, **João Goulart** não aprovava as oligarquias. Entre elas, segundo ele, a pretensa organização dos usineiros. Sob seu mandato, o IAA fortaleceu as regras de controle das cotas de produção e dos preços. Havia extrema intervenção por parte do governo ao setor. Na década de 1940, seis ou sete anos depois da criação do IAA, **Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho** regularizou as relações de fornecimento, estabelecendo que pelos menos 50% da cana-de-açúcar da produção de açúcar e álcool das usinas tinha que ser fornecida por plantadores de cana externos à indústria. A medida, analisada como positiva por Roberto Rodrigues, descentralizava as forças e incentivava o mercado dos agricultores.

— *Ele sabia que o fornecimento da cana para ser lucrativo tinha que ser em curtas distâncias, senão os fretes absorveriam os lucros. A visão dele,*

⁶⁸Entrevista cedida às jornalistas Adriana Silva e Dulce Neves, no dia 20 de março de 2018, em São Paulo, na sede da Fundação Getúlio Vargas.

democrática e distributivista levou a regulamentar, por lei, que nenhuma usina pudesse produzir mais do que 50% da cana consumida na fabricação do açúcar e do álcool.

A cada três anos, o IAA visitava as usinas e conferia as cotas. Mas, na década de 1940, houve um afrouxamento nessa regra de cotas. O plantador de cana poderia produzir o quanto quisesse, mediante uma carta da usina comprometendo-se a receber a produção.

Quase como um desarranjo da natureza, quando um predador deixa de existir, levando a uma proliferação de outras espécies, os plantadores de cana investiram no plantio, nos anos de 1966 e 1967, e as usinas, na sequência, não absorveram o quantitativo. E foi uma safra expressiva, pois o plantio, para os que procuraram, tinha sido incentivado pelo governo, com prazos bem razoáveis de restituição dos recursos financiados. Foi uma quebradeira. As usinas esperavam o apoio do governo para a expansão dos negócios, mas a ajuda não se confirmou e as produções não superaram as cotas de anos anteriores. De um lado, havia cana colhida, mas, do outro, não existia comprador.

Essa narrativa histórica joga luz na trajetória percorrida pelos plantadores de cana. Logo na sequência, sentindo-se traídos, muitos deles abandonaram o plantio. Alguns trocaram de cultura, outros deixaram as terras sem novos investimentos de adubo e preparação. Quando os anos de 1970 chegaram, os canaviais, nas palavras de **Roberto Rodrigues**, estavam depauperados.

Como se não bastasse, Cuba, uma grande produtora de açúcar, foi atingida pela revolução que lá se deu, e passou a produzir menos da metade do que fazia circular anualmente. A Europa, que fazia açúcar a partir da beterraba, tinha completado um ciclo e os preços oferecidos não justificavam o investimento, levando muitos produtores a mudarem de setor.

Esses três fatores, juntos, promoveram significativa elevação no preço do açúcar. A tonelada métrica, que custava 200 dólares, subiu para 1.300 dólares, e o governo brasileiro tinha muito interesse nos lucros que poderia obter com a exportação do produto. O IAA era o único que exportava. Comprava dos agroindustriais e vendia para fora do País. Foram dias bons de venda. Tanto que o general **Álvaro Tavares Carmo**, então presidente do IAA, criou um Fundo Especial de Exportação e, com esse recurso,

financiou a cadeia produtiva da cana com um plano de renovação da cultura canavieira.

— *O dinheiro era do setor. Mas como era o governo que exportava, ficou com o governo. Era tanto dinheiro que só a Petrobras tinha conta maior do que o IAA no Banco do Brasil.*

Nos anos seguintes, de 1971 a 1973, as usinas de açúcar começaram a montar destilarias anexas e os agricultores voltaram a plantar cana. Mas a história é cíclica; toda ação promove reação. A Europa, que tinha diminuído a produção do açúcar, iniciou um novo ciclo, a partir da beterraba, e começou a comercializar. O preço que, em seu ápice, tinha atingido 1.300 dólares a tonelada métrica, caiu para 160 dólares. Mas a crise do açúcar, dez anos depois da anterior, não veio sozinha, com ela, a do petróleo e o País sentiu a recessão sem forças para encontrar saídas.

— *Não tinha o que fazer com tanta cana. Não havia comprador para o açúcar.*

Mas as usinas tinham investido em destilarias anexas. A melhor opção era destinar a cana para a produção do álcool. Entretanto, não era simples assim. Havia a necessidade de circulação do álcool, caso contrário, o problema persistiria, mudava o produto, mantinha-se a crise. Foi quando surgiu o Proálcool, em 1975, que ganhou força com a nova crise do petróleo, em 1979, e foi extinto em 1990. Nesse período de dezesseis anos, aconteceram muitas histórias. Líderes dos vários setores assumiram importantes posições. **Lamartine Navarro Júnior; Cícero Junqueira Franco; Maurílio Biagi; Eduardo Diniz Junqueira**, como empresários sucroalcooleiros; **Roberto Rodrigues**, como agricultor; os pesquisadores **José Goldemberg; José Walter Batista Vidal; Urbano Ernesto Stumpf; e Rogério César Cerqueira Leite**.

A produção do álcool saiu de 600 milhões de litros, entre 1975 e 1976, para 12,3 bilhões de litros, em 1986 e 1987. A Fiat lançou o primeiro carro equipado com motor exclusivamente a álcool, em 1979. Naqueles anos, muitos enxergavam o potencial brasileiro de produção do álcool anidro como a melhor chance de o País superar suas crises internas e atingir os mesmos índices de desenvolvimento de outras nações que ocupavam o grupo intitulado Primeiro Mundo.

As histórias do Proálcool podem ser contadas a partir da ciência e tecnologia, com destaque para o feito dos engenheiros e físicos, com a descoberta do uso do álcool como combustível, e das muitas tecnologias desenvolvidas na área agrônômica, responsáveis pela adaptação e pelo aproveitamento de áreas rurais consideradas “marginais” à exploração da cultura da cana-de-açúcar, pelos seus limites potenciais em relação à fertilidade do solo, e que foram plenamente integradas, pelo desenvolvimento de novas técnicas agrícolas.

A bem da verdade, o açúcar e o etanol são produzidos, no campo, a partir dessa planta poderosa chamada cana-de-açúcar. O açúcar, que possui grande área foliar, com enorme capacidade fotossintética e produção de matéria seca, principalmente se considerado seu ciclo de vida relativamente curto, devido aos seus mecanismos concentradores de gás carbônico nos sítios fotossintetizantes, utiliza eficientemente água e nitrogênio, essenciais para a formação de tecidos vegetais.

É claro que a fixação de gás carbônico atmosférico pelas plantas auxilia sobremaneira no sequestro de carbono do ambiente, fundamental na manutenção do equilíbrio dinâmico. Teoricamente, na atualidade, em uma área de 1,5 milhão de hectares cultivado com a cana-de-açúcar, nas regiões de Ribeirão Preto, Franca e Barretos (antiga Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto – Dira), ocorre um sequestro de dióxido de carbono (CO₂) na ordem de 210 milhões de toneladas/ano.

Todas essas histórias podem ser reproduzidas a partir dos empresários do setor, que oscilaram, movimentando-se com o mercado. Ou mesmo a partir do governo, que interferiu financiando e regulamentando a atividade. Assim como pode receber narrativas do povo brasileiro. Aqueles que acreditaram e compraram um carro movido a álcool. Aqueles que pensaram que o Brasil seguiria em frente enquanto uma nação desenvolvida sem nunca mais retroceder. Ou aqueles que trabalharam no setor transformando cana em álcool.

A grande evolução da canavicultura fez com que o Brasil se tornasse a maior referência mundial sobre o tema. Em que pese o monocultivo regional percebido por qualquer cidadão comum, a cana-de-açúcar destaca-se positivamente na preservação ambiental global. Os resultados do setor são relevantes: utiliza baixo índice de defensivos químicos; tem

o maior programa de controle biológico de pragas instalado; apresenta o mais baixo índice de erosão do solo da agricultura brasileira; utiliza racionalmente todos os resíduos gerados pela agroindústria em sua própria cadeia de produção, economizando fertilizantes; contribui para o descarte e a melhor disposição de vários resíduos urbanos e industriais; não interfere na qualidade dos recursos hídricos; novos processos industriais reduziram drasticamente o uso da água na usina; como cultura isolada, apresenta a maior área de produção orgânica do País; participa da matriz energética com combustíveis limpos e renováveis; contribui com energia elétrica na época mais crítica de produção das hidrelétricas; o uso do etanol nos veículos torna o setor responsável pela maior contribuição ambiental em nível mundial à qualidade do ar das grandes cidades; contribui também para a melhoria do efeito estufa, através da retirada de CO₂ do ar durante o processo de fotossíntese; o etanol e o açúcar são matérias-primas para uma série de produtos, como o biodiesel, plástico biodegradável, os fármacos, aminoácidos, entre tantos outros; a cana-de-açúcar é atividade geradora de muitos empregos rurais, apresentando o maior índice de carteiras de trabalho assinadas de toda a agricultura brasileira.

Todos esses pontos positivos foram consequência de ampla pesquisa agrícola desenvolvida por pesquisadores científicos de instituições como o Planalsucar, Copersucar e IAC, que disponibilizou, ao longo das últimas cinco décadas, principalmente, inúmeras tecnologias de verticalização da produtividade agroindustrial e mitigação de possíveis efeitos negativos dessa mesma produção.

O setor moderniza-se ano a ano, desenvolvendo e absorvendo rapidamente novas tecnologias. Apesar de todos os êxitos, novos caminhos indicam a necessidade de ser mantido o monitoramento e um controle cada vez maior dos processos agrícolas e industriais, a fim de minimizar perdas, otimizar as relações da cultura com o ambiente, e promover maior qualidade de vida, quer pela manutenção e geração de mais empregos e renda, quer pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Assim, em 2005, o IAA criou, em Ribeirão Preto, através de ação do governo paulista, um centro avançado de pesquisa em cana-de-açúcar. O Centro Cana IAC coordena e conduz algumas das mais importantes pesquisas que sustentarão as novas conquistas tecnológicas do setor.

Estima-se que, em dez anos, a produtividade de açúcar por hectare cresça aproximadamente 35%, decorrente de novos cultivares superiores e com o incremento de novas tecnologias como a Muda Pré-Brotada (MPB), desenvolvida pelo IAC, e outras que promovam uma ambiência positiva para a expressão da produção. Isso levaria à produtividades da ordem de 14 a 15 toneladas de açúcar por hectare, ou de 8.500 litros de etanol/ha, um verdadeiro “pré-sal biológico”, com as vantagens da bioenergia renovável.

Qualquer protagonista, entre os citados, daria ênfase com olhos voltados para sua versão dos fatos. Como sempre existe uma escolha para as narrativas, contaremos a história do Proálcool, entre 1975 e 1990, a partir da imprensa.

O Programa Nacional do Álcool em várias páginas

— *Éramos os loucos que inventaram o Proálcool, fomos condenados pela imprensa, disseram que inventamos um programa irrealista.*

Assim se expressou o ex-ministro de Minas e Energia, também ex-presidente da Petrobras, **Shigeaki Ueki**, aos 75 anos, em 20 de novembro de 2010, no jornal *O Estado de S. Paulo*. Ele se referia ao usineiro **Cícero Junqueira Filho**, ao então vice-presidente do grupo Ultra, **Lamartine Navarro Filho**, e a ele próprio; considerados os criadores do Programa Nacional do Álcool, implantado em 1975.

Ueki contou, ao longo da conversa com o repórter **Gustavo Porto**, que as discussões no governo sobre a necessidade da criação de um programa para ampliar o consumo de etanol começaram em 1969. Depois, admitiu que, por duas vezes, o governo fracassou na tentativa de emplacar o programa.

— *Somente com a interferência direta do Presidente Ernesto Geisel o Proálcool foi viabilizado, no ano de 1975.*

O *Jornal do Brasil*, de 10 de outubro de 1975, estampava, na primeira página, uma foto do Presidente Geisel. A legenda dava conta de seu estado de espírito, definido por ele como responsável senso de equilíbrio. Sério, com seu tradicional óculos de grau escuro, sua foto ilustrava a manchete: Geisel autoriza contratos de risco, aumenta barreira para importações e

passa gasolina comum a Cr\$ 3,19. A notícia cobria seu pronunciamento à Nação, no qual analisou os efeitos da depressão econômica mundial sobre o Brasil. O presidente anunciou que o governo autorizou a Petrobras a firmar contratos de risco para exploração de petróleo e decidiu o aumento de 25% nos preços da gasolina, de 20% no do óleo diesel, e a redução de 15% nas importações governamentais.

Geisel justificou o aumento da gasolina como “recurso de curto prazo” destinado a limitar o consumo “evitando o mal maior”, que seria o racionamento direto. Depois explicou que esses aumentos representavam uma receita adicional de Cr\$ 9 bilhões por ano, dos quais Cr\$ 3 bilhões seriam destinados ao Fundo de Transportes Coletivos, que estava sendo estruturado para racionalizar a política de transportes. *O governo decidiu também aprovar um programa nacional do álcool, destinada a permitir o uso deste, progressivamente, como combustível, em proporção da ordem de 20%.*

Estava lançado o Proálcool. Dali para frente, muita coisa aconteceria, a favor e contra o Brasil. Mas faltavam certezas. Parecia um jogo de probabilidades. Um pouco antes, em setembro, no mesmo jornal, na coluna Informe Econômico, com o título “Como destilar mais otimismo”, uma narrativa que antecipava os movimentos do poder executivo. *Sucessivos pronunciamentos de porta-vozes do governo na área econômica em torno da mesma questão – petróleo – deram esta semana a impressão de que se está agindo em muitos casos mais por impulsos que em decorrência de um planejamento equilibrado. Em vários setores as metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico são questionadas, até mesmo por que sua flexibilidade sugere um documento apenas indicativo e feito para pronta revisão. Durante a semana, o lançamento de uma campanha pró-álcool pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico introduziu elementos mágicos na questão do petróleo.*

Uma indagação pautava a tese do colunista. Seria possível resolver assim, de repente, o que a política de exploração e lavra do petróleo bruto não conseguira nos últimos 20 anos?

O programa não surgiu assim de repente, como anunciou o jornal. Os primeiros movimentos começaram em 1969, como já enunciado. Parecia, aquela, a melhor chance do País. Com alguns *slogans* “Vamos unir forças para produzir álcool”; “Quem tem não depende de ninguém”, a proposta

foi para as ruas. Inicialmente em movimentos lentos, mas, logo, com agressividade, que faria o tema restrito a poucos, ser pauta de todo um país.

Uma das bases do Proálcool era o financiamento subsidiado pelo governo. Em 14 de julho de 1976, o *Diário de Pernambuco* anunciava que o Banco do Brasil estava instruindo para o Programa Nacional do Álcool. *As normas do Banco do Brasil para os financiamentos de natureza industrial do Proálcool já se encontram em poder das agência há algum tempo... Os empréstimos rurais destinam-se a custear lavouras de cana-de-açúcar e matérias-primas, renovação e fundação de novas lavouras, aquisição de insumos, de tratores, máquinas, implementos agrícolas, veículos e demais equipamentos necessários para o processo de produção... Quanto aos financiamentos para investimentos fixos, o prazo de pagamento poderá ir até 12 anos. Na maioria dos casos, os juros são subsidiados...*

Em 1978, foi veiculada uma campanha, assinada pelo governo federal, chamando a nação a economizar gasolina. Eles anunciavam que a produção do Brasil, naquele ano, seria de 1 bilhão e 900 milhões de litros de álcool. E que outro 1 bilhão e 500 milhões tinham sido adicionados à gasolina. No final, o pedido: gaste menos 10% de gasolina.

O tema realmente se tornou comum a todos, naqueles tempos.

Dividido em etapas, a primeira só previa a adição de álcool na gasolina. A mistura ficou conhecida como rabo de galo. O Programa seguiu em intersecção direta com o mercado do petróleo. O preço do barril, em 1973, era de US\$ 1,5 e, em 1974, subiu para US\$ 11. Em 1989, alcançou o valor de US\$ 25, chegando ao ápice em 1981, com o preço de US\$ 34 por barril. Por isso, em 1979, o Programa Nacional do Álcool entrou em sua segunda fase. O álcool hidratado passou a ser utilizado como combustível. A previsão era que a produção chegasse a 10 bilhões de litros anuais, 30% de anidro e 70% hidratado.

Os jornais da época, as emissoras de TV e rádios anunciavam as vantagens para comprar um carro movido a álcool. O custo era 2% mais baixo do que o veículo a gasolina. O proprietário que escolhesse o álcool como combustível, para seu carro, tinha garantia de 20 mil quilômetros e regulagem gratuita nos primeiros seis meses.

O ministro da Indústria e Comércio, no ano de 1979, **Camilo Pena**, aparecia em todos os veículos, evidenciando que aqueles incentivos eram

necessários para promover a troca do combustível e superar os problemas do Brasil em decorrência das crises do petróleo.

Para garantir a grandeza da iniciativa do governo, vinculada à ação dos empresários do setor sucroalcooleiro, a imprensa usava os números. Em 1975, a produção de álcool tinha sido de 500 mil barris. Todos projetavam que chegaria aos 12 bilhões de litros, em 1988. O que, de fato, aconteceu. Em relação à porcentagem de carros a álcool e a gasolina, os números eram ainda mais expressivos. No ano um, do Proálcool, só 0,3% dos carros fabricados era a álcool.

O crescimento obtido, nesse caso, não foi todo ele positivo. Ao chegar à marca de 96% da frota brasileira movida a álcool, em 1985, dez anos depois de iniciado o programa, ocorreu a primeira crise no abastecimento. Daí para a frente, os números começaram a cair. Em 1989, 88,4% da frota era a álcool. Isso correspondia a 4,5 milhões de veículos e exigia a comercialização de 300 milhões de litros de álcool, por dia.

Tudo indicava a existência de um entrevero entre a Petrobras e o setor empresarial, produtor de álcool. Internamente, no governo, havia divergências. Em reportagem exibida pela TV Cultura, em 1989, o ministro da Fazenda de então, **Maílson da Nóbrega**, disse que a empresa estatal teria que usar a criatividade para resolver suas questões financeiras, sem pedir o fechamento do Proálcool.

Pela Rede Record de Televisão, com transmissão para o interior do estado de São Paulo, a partir de Franca, o jornalista **Antonio Carlos Morandini** reuniu em seu estúdio, para um debate sobre a crise do Proálcool, **Pedro Biagi Neto**, da Usina da Pedra, de Serrana; **Maurílio Biagi Filho**, da Usina Santa Elisa, de Sertãozinho; **Cícero Junqueira Franco**, presidente da Sopral, naquele ano; **Edgard Corona**, da Usina Bonfim, de Guariba, e **João Carlos Figueiredo Ferraz**, da Jardest, destilaria instalada no município de Jardinópolis.⁶⁹

O tom do programa era de desagravo. Um dia antes daquela reunião em Franca, o presidente da Sopral tinha estado em Brasília, na primeira audiência do setor com o elenco do novo governo do presidente José

⁶⁹Essa e outras reportagens citadas neste trecho do livro fazem parte do acervo da jornalista Adriana Silva, composto por 101 DVDs, copiados a partir de 184 fitas em VHS, com reportagens sobre o setor, veiculadas na imprensa televisiva no período de 1989 a 2001.

Sarney. Os empresários estavam insatisfeitos porque a Petrobras não havia feito os pagamentos pelo álcool adquirido anteriormente.

— *Toda a disciplina do álcool é regulamentada pelo governo IAA. A Petrobras é a compradora de quase a totalidade do álcool carburante produzido no Brasil e não tem honrado com os compromissos. Nós queremos saber qual o futuro do Proálcool para a nova República. O que os produtores podem esperar do governo. O que eles estão planejando.*

A Pedro Biagi Neto, coube explicar as relações de incentivo estabelecidas entre o governo e os empresários.

— *No começo foi preciso uma dose maciça de incentivo por parte do governo. Uma prática comum na área rural. O governo já subsidiava muitas outras culturas. Mas nossa relação vai até a entrega do álcool à Petrobras, depois o governo é que negocia a distribuição até aos postos de abastecimento. Os preços são todos regulados pelo governo. O subsídio existe para equilibrar entre anos bons e anos ruins. Em 1984, por exemplo, foi positivo.*

Nesse momento, Cícero Junqueira Franco deixou claro que, até 1984, o planejamento tinha seguido o combinado. Que a guinada do programa para baixo estava se dando naquele ano.

O mais novo deles, Edgard Corona, escolheu palavras mais comuns a todos para explicar o que estava acontecendo.

— *Em 1973 nós quebramos a cara com a crise do Petróleo. Em 1979 quebramos a cara novamente. A partir deste ano, passamos a ser patrulhados pelo Fundo Monetário Internacional, o FMI. Ainda estávamos muito dependentes do petróleo. Agora somos totalmente responsáveis pela nossa capacidade de fabricar combustível alternativo. Geramos dois milhões de empregos. Tudo isso precisa ser considerado ao pensarmos no Proálcool. É do Brasil, feito pelo brasileiro. Nossa tecnologia, nosso conhecimento. Temos autonomia sem precisar de ajuda de ninguém de lá de fora. Não ficamos dependente de um sheik árabe qualquer.*

Na sequência, o presidente da Sopral completou com novos números.

— *O Proálcool investiu, de 1975 a meados de 1985, 6 bilhões e 500 milhões de dólares. Considerando taxas e tributos, esse valor chega a 8 bilhões de dólares. Desse total, 60% financiado pelo Proálcool e 40% com a poupança do próprio*

empresário. Em 10 anos, o Programa gerou, só em economia de divisas em relação ao petróleo que deixou de ser importado, a valores históricos, 9 bilhões de dólares. Ou seja, 50% mais do que todo o investimento feito no programa. Dinheiro que deixou de sair. Esse dinheiro ficou aqui dentro do País e gerou emprego, recursos e desenvolvimento. Só a título de benefícios, taxas, impostos e contribuições, foram 4 bilhões e 200 milhões de dólares.

João Carlos Figueiredo Ferraz começou questionando e tentando responder o que se pensa na Petrobras sobre o álcool. Aquela discussão que deveria ser sobre os destinos do Brasil, tinha se limitado à análise sobre os rumos da estatal petroleira do País.

— A diretoria da Petrobras disse, em vários momentos, que o álcool é uma pedra no seu caminho. Mas, como ache, trata-se de um diamante do qual ela não quer se desvincular.

Ainda no seu tempo de fala, Figueiredo Ferraz colocou como opção a possibilidade da distribuição direta pelos produtores, sem a interferência da Petrobras. Tema que já constara em outras pautas, mas não finalizado.

O debate seguiu-se por uma hora. A polêmica que vivia o setor e o País não conseguiu ser passada a limpo para o expectador que acompanhava.

Quatro anos depois, em 1989, o Programa Nacional do Álcool estava mais perto de seu fim. Com reportagem de **Delfino Araújo** e apresentação de **Carlos Correa**, o Repórter Especial, da TV Cultura, começou com uma indagação, que parecia ser de todos os brasileiros. *O Programa Nacional do Álcool vai continuar?* A iniciativa de se aprofundar no tema, por uma hora, tinha sido motivada pelo fato de, naquele maio, o álcool ter desaparecido nas bombas dos postos de combustíveis.

Para o presidente da Copersucar, **Wheter Annichino**, um dos entrevistados do programa, a crise tinha se agravado com o congelamento do combustível feito durante o Plano Verão, em janeiro daquele ano.

Alguns números projetados confirmaram-se ainda maiores. A frota brasileira tinha consumido, em 1980, 2 bilhões e 700 milhões de litros de álcool. Oito anos depois, tinha atingido a meta de 11 bilhões. Em 1989, esperava fechar com 13 bilhões de litros. No mesmo fio da história, a produção em 1985 tinha sido de 11 bilhões e 700 milhões de litros. O

agravante anunciado era que a plantação de cana-de-açúcar tinha sido menor 4,5%. Como, então, atingir a produção esperada?

Assim como a crise do petróleo com elevado aumento do preço do produto tinha motivado o Brasil a criar o Programa Nacional do Alcool, também o preço do combustível fóssil, dessa vez sua queda, tinha interferido no sucesso da continuidade do Proálcool. O valor de investimento na produção do combustível renovável era, naqueles anos, entre 1985 e 1989, maior do que o preço de compra da gasolina. Por outro lado, o valor do açúcar estava em alta.

Ainda na reportagem da TV Cultura, seguia a informação de que, no Nordeste, os usineiros estavam preferindo vender açúcar para o mercado externo do que fazer álcool para o mercado interno. A medida foi muito criticada, colocando os produtores na berlinda.

O general **Roberto Domingues**, presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1989, chamou a atenção dos usineiros, afirmando que eles não podiam esquecer que estavam sendo financiados em condições favoráveis para produzirem álcool carborante para o abastecimento nacional.

José Henrique Turner era presidente do IAA, naquele ano, e esclareceu, na mesma reportagem, que a maior crítica era que o custo do barril do álcool ficava em 40 dólares e o da gasolina em 20 dólares.

Clésio Balbo, na condição de produtor, também foi um dos entrevistados. Sua fala foi de contestação. *Eles estão comparando duas coisas com informações de um lado só. Porque a Petrobras não informa a transação do petróleo. Sobre a produção do álcool, todos conhecem os números.*

O ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio da época, **Roberto Cardoso Alves**, posicionou-se a favor do Proálcool. A capacidade máxima de produção de álcool do Brasil é de 16 bilhões de litros anuais, mas está ociosa.

O ano era eleitoral e o repórter ouviu os principais candidatos. **Luís Inácio Lula da Silva** disse que o álcool não era a melhor saída para o País. Afirmou que defendia outro tipo de energia, que fosse a favor da terra. **Brizola** e **Covas** falavam de revisão, mas não de término do programa.

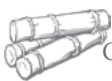
Ulysses Guimarães foi assertivo, informando que manteria o Proálcool se eleito Presidente da República.

O tema também estava na pauta daqueles que defendiam o meio ambiente. Dias antes, a notícia de uma passeata a favor da adição do álcool na gasolina, na medida de 22%, era um apoio indireto à continuidade do programa. Era certo, sem contestações, que o ar em grandes metrópoles era favorecido com a mistura rabo de galo diminuindo a poluição.

Já no final daquela edição especial, algumas informações não estavam escancaradas, mas seguiam subliminarmente. Primeiro, o anúncio do repórter de que o programa tinha parado de crescer em 1985, depois, ainda mais nevoada, a assertiva de que o crescimento da produção do álcool ameaçava a manutenção da Petrobras.

No ano seguinte, também na TV Cultura, um programa especial simulando um tribunal, com réu, acusados, juiz e júri, com a apresentação de **Enio Mainardi** colocou como questão se valia a pena ter álcool. De um lado, estava um dos grandes defensores do Proálcool, **Lamartine Navarro Júnior**, e, do outro, **Diomédes Cesário da Silva**, presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras, contra a continuidade da iniciativa. Eles analisaram os 15 anos da criação do programa com críticas e avaliações favoráveis e, ao final, os sete jurados se reuniram para suas considerações e votação. A decisão foi de um voto contra e seis a favor do álcool.

Mas aquele júri simulado não alterou a realidade. O Proálcool foi mesmo interrompido em 1990.



A Constituição de 1988 e a cana-de-açúcar: um duelo legal

Entre idas e vindas, foram necessários exatos 273 dias para que uma prática reguladora do setor sucroalcooleiro, datada de maio de 1971, fosse reconsiderada a favor da livre iniciativa. O controle de produção do açúcar por cotas, determinação assegurada pelo governo da União, acompanhada pelo IAA, enquanto esse existiu, ditou, por extenso período, o tamanho desse seguimento econômico no Brasil.

Inicialmente, a Lei 5.654 assegurava a quantidade de açúcar a ser produzida. Na sequência, para efeito de distribuição, impunha um limite global das cotas oficiais de produção, com divisão em dois contingentes regionais constituídos da soma das cotas das usinas de açúcar situadas em cada área geoeconômica: Região Centro-Sul, compreendida pelas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste e Região Norte-Nordeste, respectivamente. O documento colocava na mão do estado o trajeto de um setor.

Saiu de Brasília, no dia 13 de julho de 1993, o referendo do Juiz federal da 1ª Vara, **João Baptista Coelho Aguiar**, concedendo a segurança referente ao mandado impetrado pela Destilaria Alta Mogiana, instalada em São Joaquim da Barra, interior do estado de São Paulo. Ao despachar a favor da livre iniciativa, o juiz quebrou o controle por cotas da fabricação do açúcar. Depois desse documento, criou-se jurisprudência, e um setor todo se moveu a partir de uma alavanca.

No jogo de palavras, impressas nos documentos que se seguiram, desfilam não somente argumentos, favoráveis ou contrários, mas ideias que formatam um país. Se, de um lado, o Departamento de Assuntos Sucroalcooleiros da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República limitava a liberdade na produção, de outro, os advogados, como o professor titular da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), **Celso Antônio Bandeira de Mello**, pregava, com base na Constituição de 1988, a livre iniciativa.

Passo primeiro, a usina pediu o direito de produzir além do álcool. A República negou, evidenciando seu controle da fabricação do açúcar

por cotas. No rosário das alegações de arbitrariedade do poder político constituído, foram apresentadas as propostas já validadas na Constituição: *A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social...* E, um pouco mais à frente, a defesa da livre concorrência. Ainda de dentro da Constituição, outra ponderação: *Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.*

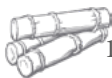
Ao explicar que planejar não é impor, o documento coloca estado e setor privado em seus devidos lugares. A compreensão do judiciário não ofuscou o risco a ser assumido pelo campo sucroalcooleiro. Quanto a uma eventual superprodução do açúcar, o despacho do juiz foi objetivo em configurar a ausência de prejuízo para o governo, com consequências somente para os próprios produtores, já que, um excesso do produto no mercado, oscilaria os preços, normalmente, para baixo.

Doze páginas depois, em tempo menor do que um ano, o veredito: a usina conseguiu o direito de produzir o açúcar e criou o precedente. Foi uma grande vitória.

A Califórnia é aqui?

uma região com poder de Estado

OS NÚMEROS DIMENSIONAM E AS PALAVRAS COMBINADAS à frente, ou a seguir, dão o tom. Às vezes, causam espanto, quando não provocam alegria. Algumas exigem prova, confirmação, outras, sugerem tamanho, acúmulo, ou escassez. Mas, em qualquer dos casos, as palavras, depois de ditas, ou escritas, repercutem. Números e palavras bailam em frases e contextos que comunicam. Se, na época do ouro verde, o título de “maior produtora de café do mundo” rendeu a Ribeirão Preto olhares esticados, vindos de todos os lugares, na era da cana-de-açúcar, o título de Califórnia Brasileira promoveu um movimento de dentro para fora da cidade e de fora para dentro.



A história tem uma história e contá-la pode ajudar a entender a comparação política, econômica e geográfica feita no final dos anos de 1980, entre a cidade e a região de Ribeirão Preto e o estado americano da Califórnia.

Em 22 de março de 1987, o jornalista **Ricardo Kotscho** assinou uma publicação no *Jornal do Brasil*, intitulada *Califórnia Paulista – Ribeirão Preto, onde Melhor se Vive no Brasil, não Teme Crise ou Recessão*. Ele mesmo contou⁷⁰ que a pauta para a matéria foi apresentada durante um encontro entre o empresário e ex-ministro **Roberto Gusmão**, o então diretor do *Jornal do Brasil*, **Augusto Nunes**, e ele. Isso um tempo depois de longa conversa que o jornalista teve com o empresário do setor sucroalcooleiro, **Maurílio Biagi Filho**, naquela ocasião, o principal executivo da Usina Santa Elisa, instalada em Sertãozinho.

Gusmão conhecia muito bem Ribeirão Preto. Antes de ser ministro da Indústria e do Comércio, nos primeiros meses do governo **José Sarney**, escolhido que foi por **Tancredo Neves**, antes da morte do pemedebista, o empresário havia presidido a Cervejaria Antártica, localizada na Avenida Jerônimo Gonçalves, no primeiro corredor comercial da cidade do interior paulista.

Ao considerar que a palavra sempre será ideológica e significa para além da sua expressão gráfica e que, em alguns momentos, defende causas ou as reprime, vale observar que, embora o título enaltescesse a cidade, o texto que se seguia referia-se à região. ... *Maior polo alcooleiro do mundo, de suas 66 destilarias saíram no ano passado 3 bilhões e 300 milhões de litros – um terço de toda a produção nacional. Das suas 35 usinas de açúcar, 34 milhões e 800 mil sacas – um quinto da produção nacional. Mas não só de açúcar e álcool vive a região mais rica do país, que em 1985 teve uma arrecadação de ICMS – 1 bilhão e 20 milhões de cruzeiros – superior à de 15 estados e territórios (só Ribeirão Preto arrecadou mais do que seis estados, ficando pouco abaixo do Maranhão). Os canaviais ocupam apenas 16% da área. No que sobra, produz-se de tudo, e não é pouco. Aqui são colhidos 34,7% dos grãos do estado, da soja ao arroz, do amendoim ao milho, do algodão ao*

⁷⁰O jornalista respondeu a e-mail, com algumas perguntas, para a jornalista Adriana Silva, para publicação na revista *Temática*, editada pelo Instituto de Pesquisa e Estudos de Ribeirão Preto, 1987.

girassol, o que corresponde a 8% dos alimentos produzidos no país. E mais, das 466 mil toneladas de suco de laranja exportados no ano passado, que renderam ao país US\$ 800 milhões, 90% saíram da Califórnia Paulista. Para quem acha que já basta, há outros números não menos impressionantes. A região abriga 1 milhão, 250 mil cabeças de gado, com uma produção diária de 1 milhão de litros de leite. As 868 granjas produzem 2 milhões de pintos em um dia e 4 milhões, 712 mil frangos gordos por mês, enquanto as 1 milhão e 600 mil poedeiras botam 1 milhão e 750 mil dúzias de ovos.

Embora os números produzidos pela região a colocassem entre as mais ricas do estado, cabendo a comparação com o estado da Califórnia, o jornalista não deixou de escrever que existia um outro lado. Mais do que os números em si, preocupam o prefeito (de Ribeirão Preto) certos contrastes da cidade que administra. Embora, no ano passado, ele tenha licenciado uma área de 219 mil, 168 metros quadrados para a construção de prédios, quase todos de alto luxo, a cidade enfrenta um agudo déficit habitacional. Só na fila da Cohab há mais de 30 mil candidatos à espera de uma casa. Esta é uma cidade rica com Prefeitura pobre – desabafa João Gilberto Sampaio, do alto de um orçamento de 700 milhões de cruzeiros para este ano, por não ter conseguido convencer a Câmara Municipal da necessidade de reajustar taxas e impostos. Apesar das distorções, Sampaio reconhece que Ribeirão Preto ainda oferece o melhor padrão de vida do país e, como não para de chegar gente, a questão social se agrava a cada dia. Na periferia da cidade, já brotaram 18 favelas, nos últimos 10 anos, e multiplicaram-se em proporção geométrica os menores abandonados, que matam a fome cheirando cola e dormem pelas calçadas sujas do centro, como em qualquer cidade grande. O prefeito calcula que pelo menos 20% da população de Ribeirão Preto vive em condições subumanas e, já está pensando em criar uma guarda municipal porque chegou à conclusão de que a PM, se não aumentar seu contingente em pelo menos 200 homens, não dará conta de garantir a segurança da cidade. O progresso trouxe para a cidade também traficantes de cocaína e assaltantes de banco: o maior assalto do ano passado aconteceu aqui, quando levaram 22 milhões de cruzeiros do Bradesco.

Partindo das informações apresentadas na reportagem, são perceptíveis os antagonismos das afirmações. Um lugar onde há trabalho para quem queira (no ano passado, a oferta de empregos cresceu 510%)... Em outro momento: ... 20% da população de Ribeirão Preto vive em condições subumanas...

O perfil de capital de estado, designado a Ribeirão Preto, graças às características urbanas, culturais e à sua geografia, confere-lhe o papel de centro, polo, mas totalmente dependente da produtividade regional. O professor de economia **Antonio Vicente Golfeto**, à frente do Instituto Maurílio Biagi, vinculado à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, é autor de um artigo, divulgado no *site* da entidade, que ilustra e evidencia a assertiva apresentada acima. *Imagine um terremoto atingindo nossa região. Se ele atingisse a região toda, menos Ribeirão Preto, gradativamente Ribeirão Preto iria perdendo substância econômica. A perda de importância de Ribeirão Preto não seria um flash. Seria um filme. Agora, vejamos o caso contrário, isto é, se o terremoto atingisse Ribeirão Preto, mas mantivesse a região intacta, aí, paulatinamente, a região construiria Ribeirão Preto. Numa frase: Ribeirão Preto é consequência da região, na sua maior parte....*

Dois anos depois dessa reportagem, uma segunda retomou a comparação com a Califórnia.

Quando o helicóptero subiu e, lá de cima, o proprietário da Rede Globo, **Roberto Marinho**, viu tanto azul, o espanto foi imediato. A cor urbana contrastou com a roxa da terra visível em espaço sim, espaço não, intercalados com o verde dos canaviais. Era tudo exuberante. As piscinas, uma do lado da outra, acumuladas nas áreas mais ricas, também presentes em casas da classe média, permitiram que o empresário da comunicação chegasse à conclusão de que sobrevoava um lugar privilegiado. A visita à Usina Santa Elisa, em Sertãozinho, acompanhada por Maurílio Biagi Filho, seguida de um sobrevoo, colocou Ribeirão Preto no radar da Rede Globo.

Um tempo depois, em 1989, o Globo Repórter anunciou “*Ribeirão Preto: Califórnia Brasileira*”. A reportagem, veiculada na tela da TV Globo, ganhou dimensões muito maiores do que a exibida no *Jornal do Brasil*, por questões muito fáceis de serem compreendidas. A penetração da emissora de televisão era numericamente muito mais expressiva do que a circulação do jornal impresso no interior do estado.

A matéria evidenciou Ribeirão Preto como uma cidade rica, mostrando, inclusive, seu número expressivo de piscinas, e a colocou como parte da região a ser identificada como Califórnia Brasileira. O âncora do programa abriu a edição afirmando que *chamar a região de Ribeirão Preto “Califórnia*

Brasileira” não é exagero. A Califórnia é o estado mais rico dos Estados Unidos, e a região de Ribeirão Preto é o exemplo do Brasil que deu certo. Não contente em ter a maior produção de cana, açúcar e álcool do país, esta ilha de prosperidade é o maior centro de exportação de suco de laranja do mundo. Os boias-frias de lá ganham tanto que tem que pagar imposto de renda. Alguns se transformaram em empresários de áreas avançadas, como a eletrônica.

Na sequência, mostrou, um a um, exemplos de iniciativas exitosas economicamente. O senhor **Luis Rufino de Souza**, boia-fria entrevistado, trabalhava, na época, em uma fazenda em Guariba. A Fazenda São Vicente, citada na matéria, está sediada no município de Pitangueiras. A Lagoa da Serra, fazenda que possuía, na data da apresentação da matéria, 90 dos melhores touros reprodutores do Brasil, está sediada em Sertãozinho. O Boitel, uma espécie de hotel para bois, funcionava ao lado da Usina Vale do Rosário, que tem sede em Morro Agudo, e a Vale do Rosário Agrícola tem sede no município de São Joaquim da Barra.

Joelmir Betting participou do programa e, durante o seu comentário, falou sobre a fantástica experiência da produção de energia a partir do uso do bagaço da cana. Quando o comentarista citou os números da produção, ele referia-se às usinas Santo Antônio e São Francisco, ambas localizadas em Sertãozinho.

O repórter falou sobre a expressiva produção de laranja na região e mostrou uma das fazendas produtoras com sede em Severina. Depois, mencionou a produção de uma fábrica de suco de laranja responsável, sozinha, por 16% do suco de laranja exportado. A fábrica mencionada está localizada em Bebedouro.

Um pouco mais à frente, exibiu uma criação de cavalos de raça e a prática do polo como esporte. Na tentativa de ilustrar sua fala, mostrou uma fazenda em Orlândia. Sobre o setor industrial, o programa mostrou a Zanini, que tem sede na cidade de Sertãozinho. A evidência maior foi dada ao empresário **Mauro Sponchiado**, produtor de um *chip* que só é fabricado nos Estados Unidos, no Japão e em Sertãozinho, sede de sua empresa.

A primeira imagem verdadeiramente de Ribeirão Preto foi a do Colégio Marista, onde, segundo o repórter, estudavam os filhos dos tradicionais

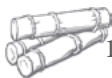
fazendeiros. Na sequência, o destaque foi dado ao movimento diário de um dos *shoppings* da cidade, que tem, entre seus consumidores, moradores de todas as cidades vizinhas. Depois foi mostrado o *shopping* de Bebedouro. O destaque foi dado à moda caipira, venda de calças jeans, camisas xadrez e chapéus e botas de couro.

Nos setores cultural e de lazer, a matéria exibiu um *show* sertanejo realizado em Guaira e mostrou uma discoteca de propriedade de um usineiro em Ribeirão Preto. Como exemplo de atividade filantrópica, o repórter relatou a iniciativa de uma instituição sediada em Monte Azul, onde não existia favela e nem desemprego e a distribuição de água, luz e esgoto atingia 100% das casas do município.

Além desses dois veículos de comunicação – *Jornal do Brasil* e *Rede Globo*, colocarem Ribeirão Preto no centro das atenções por causa da forte economia da região, outros, no Brasil, produziram conteúdo sobre a cidade. Como é o caso da revista *Geografia Universal*, que, na edição de fevereiro de 2001, estampou em sua capa: *Interior Paulista – O Brasil do Primeiro Mundo que o Brasil não Conhece* e deu destaque, ao longo do texto, à cidade de Ribeirão Preto. Na abertura, a referência: *As Califórnia Paulistas 1 – Região de Ribeirão Preto – o Brasil do Primeiro Mundo*. Na legenda de uma das fotos, o jornalista descreveu, *como aconteceu na costa sul dos Estados Unidos, no Pacífico, o pouco da região do Nordeste paulista ergueu outro império da laranja e uma forte agroindústria do açúcar e do álcool com cidades como Ribeirão Preto*.

De volta ao artigo de **Antonio Vicente Golfeto**, ele afirma que *os países latinos tendem a usar a lei como instrumento de mudança da realidade. Os anglo-saxões, ao contrário, mudam a realidade, abrindo caminho para que esta mude a lei. A lei, em nossa região, é constituída pela realidade. Cultura latina que se transforma em anglo-saxônica. A realidade permitirá, num futuro próximo, que o legislador reconheça o fato de que construímos uma verdadeira região metropolitana. Nesse sentido, Dumont, Guatapará, Sertãozinho, Orlândia, São Joaquim da Barra, Brodowisk, Ribeirão Preto, Franca, Pradópolis – para ficarmos em algumas – são bairros de uma mesma metrópole. A política divide. A economia soma. Por isto, verificamos os limites dos municípios, as divisas dos estados, os partidos. Estes são pedaços, frações, partes. Enquanto isso, como a economia adiciona, quem produz ou quem consome pode morar onde estiver, pois pertencem ao mesmo corpo*

do processo econômico. Não é por acaso que o menor desenvolvimento econômico de qualquer um desses municípios prejudica o outro. E o maior, simetricamente, auxilia. Sabemos que, em cada um dos municípios, sempre fica um pouco do outro. E isso é que é uma região única. Forma-se, às vezes bem, o que arquitetos chamam de conurbação, que pode ser o início de uma região metropolitana. De cada dez reais que produzimos de renda no nordeste paulista, três são em Ribeirão Preto e sete em toda a região.





Uma região que nasceu metropolitana: identidades culturais café com açúcar até hoje

CORA CORALINA TERIA INVENTADO, ELA MESMA, O AÇÚCAR, se alguém antes dela não o tivesse feito. Não só os grãos brancos, triturados ou mais graúdos, faziam parte de sua vida. O doce do produto habitava suas palavras como sinônimo. Ela adoçou a alma, as vidas, as letras. A mulher brasileira de Goiás cozinhou como se fizesse poesia. Poetizou como se cozinhasse. E, nesse ritmo, emprestou ao açúcar sentidos lúdicos e tomou para si, docilidade.

O açúcar viaja do canavial para o mundo e leva consigo histórias não contadas. Mas se, em alguns lugares, o produto da cana é só um ingrediente para adoçar, na região de Ribeirão Preto, os canaviais compõem a identidade

cultural das cidades. A rotina nas fazendas, a vida nas indústrias, a transição entre o urbano e rural.

Assim como o café, a cana-de-açúcar é elemento comum entre as 34 cidades que compõem a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, criada por legislação específica, em 2016. Cidades que passaram a seguir juntas, como juntas já vinham, historicamente, seguindo. Subdivididas em quatro regionais, as lideranças políticas das localidades buscam pontos de intersecção para o fortalecimento da proposta de gestão cooperada, como previamente descreve uma formatação política como essa.



Sub-Região 1: Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumont, Guatapar, Jardinópolis, Luis Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Serrana, Serra Azul e Sertãozinho;

Sub-Região 2: Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Pitangueiras, Taiva e Taquaral;

Sub-Região 3: Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Mococa, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo e Tambaú;

Sub-Região 4: Altinópolis, Batatais, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira e Santo Antônio da Alegria.

Assim como no passado, muitas dessas cidades eram grandes produtoras de café e, no presente, sustentam extensas áreas canavieiras. A região, que reúne 1,7 milhão de habitantes, em 2017,⁷¹ passou a ser considerada polo da indústria sucroalcooleira. Intitulada Capital do Agronegócio, por alguns; do Etanol, por outros, Ribeirão Preto comporta-se muito mais como centro financeiro do que como produtora.

Dos 14.788,20 quilômetros quadrados que compreende a área total dos 34 municípios, grande extensão está ocupada pela agricultura. A cana-de-açúcar é uma vedete, mas não baila sozinha, existindo também plantação de café, como é o caso de Altinópolis e Mococa; milho, em Morro Agudo; amendoim em todas elas, como rotação da cana.

No total, 21 usinas estão em atividade na Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

| CIDADE | USINA |
|-----------------------|---|
| Sertãozinho | São Francisco Santo Antônio Santa Elisa Santa Inês |
| Guariba | Bonfim Corona |
| Pontal | Bazan |
| Batatais | Batatais |
| Jaboticabal | Santa Adélia São Carlos Coimbra |
| Santa Rosa do Viterbo | Buriti |
| Serrana | Pedra |
| Pradópolis | São Martinho |
| Mococa | Ipiranga |
| Morro Agudo | Vale do Rosário MB |
| Guaíra | Mandu |
| Jardinópolis | Jardest |
| Pitangueira | Pitangueiras Virálcool |

⁷¹Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017

De janeiro a dezembro de 2016, foram produzidas 768,68 milhões de toneladas de cana em todo o País, aproveitando uma área de 10,23 milhões de hectares.⁷² Entre as cidades com maior área plantada de cana-de-açúcar, em 2016, está o município de Morro Agudo, que ocupa a segunda posição, com uma produção de cana de 7,95 milhões de toneladas.

O setor venceu obstáculos. Mecanizou a colheita e, assim, eliminou a prática de queimada de canaviais; passou a realizá-la de uma maneira totalmente sustentável (cana crua), invertendo posições por muito tempo enraizadas. A herança do coronelismo, perto de 1500, encenada nas histórias de **José Lins do Rego**, no cenário nordestino, ainda dorme em poemas, como o de **Ferreira Gullar**, sobre o açúcar. Mas as relações de subsistência das cidades com a agroindústria canavieira, na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, exigiu que a poesia fosse reescrita. E assim o foi. Um bom exemplo é a cidade de Pradópolis.

De volta à reportagem da TV Cultura sobre o fim do Proálcool, exibida em 1989, o repórter visitou o município para mostrar suas favoráveis condições de vida, possibilitadas, em especial, pela atuação da Usina São Martinho. Narrou com ênfase o baixo índice de mortalidade infantil; a inexistência de mendigo; e o fato daquela localidade ter água encanada e esgoto em todas as casas. Mostrou a delegacia do lugar e anunciou que a violência era quase zero, com pequenos casos de trânsito, com destaque para o desencontro entre os poucos carros e as muitas bicicletas. Antes de terminar, enfatizou que 60% dos moradores de Pradópolis eram proprietários de suas casas. Ao final, anunciou que 90% da população era formada por trabalhadores rurais. Nas palavras do repórter, *a cidade era a menina dos olhos da Usina São Martinho* de onde saía 80% da arrecadação municipal.

Essa relação entre a usina e a cidade sempre foi aparente, tanto que virou música, com letra de **Pedro Paulo Mariano**, cantada por **Tonico e Tinoco**. *Município de Pradópolis. Terra boa de primeira. Recanto do nosso estado. Era zona cafeeira / Hoje está tudo mudado. Capitár canavieira. Usina de São Martinho. Cooperçúcar brasileira / O caboclo sorridente. Com a lei*

⁷²Disponível em: <http://www.udop.com.br>: - União dos Produtores de Bioenergia. Acesso em: 25 mar. 2018.

do Funrural. É o Brasil que vai pra frente. Plantando canavial. Seu Orlando, bandeirante. É doutor de medicina. E trocou seu bisturi. Construiu uma grande usina / Engenheiro Homero Arruda. Orienta e determina. Doutor Luiz e Agenor. Mantém ordem e disciplina/ O caboclo sorridente. Com a lei do Funrural. É o Brasil que vai pra frente. Plantando canavial/ O povão vive contente. Esperança no oiá. O roceiro inteligente. Com diploma do Mobral / O progresso permanente na grande zona rural. É o Brasil que vai pra frente. Plantando canavial/ O caboclo sorridente. Com a lei do Funrural. É o Brasil que vai pra frente. Plantando canavial.

A criação de uma região que se chame metropolitana exige alguns requisitos. Vários deles podem não ser cumpridos, como de fato não o são, por esse Brasil afora, cheio de regiões. Mas um deles constitui-se como base, e é o cultural. As cidades que se circundam, se identificam em maneiras e modos de vida. Com variações, como de fato e de certo, sempre existirão. Entretanto, com similaridades ainda mais fortes. Aqui não se fala de cultura como expressão artística, pelo menos não somente, mas com relevância e primazia os costumes comuns advindos de modos e tradições, vivências e experiências, partilhas de histórias, crenças e hábitos, comidas e bebidas, trabalho e preferências. Gostos. Vontades. Vitórias e fracassos.

As fazendas de café do passado deram o tom. A música que se cantava. A moda que se vestia. O vocabulário que se repetia. A comida que se comia. A cana-de-açúcar, do engenho à usina; a destilaria; ou a fazenda de plantação tem o seu próprio tom, mas não se trata de dissonante, nem de concorrente, é quase uma sequência, mas com especificidade identitária.

José Lins do Rego, ao escrever *Menino do engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Bangê* (1934), *O moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936) e *Fogo morto* (1943), olhou para esse universo canavieiro, ainda que nordestino, para descrever seus personagens. A cada nova página, um conjunto de hábitos e costumes que referenciam um modo de vida.

A poesia dá conta de narrar o que há de comum entre aqueles que coabitam uma região. Quando o que segue escrito representa com igual força um coletivo, muito provavelmente os membros desse grupo se interligam. Em alguns desses casos, trata-se da identidade que é, sobretudo, cultural.

João Cabral escreveu no poema Moenda de Usina. *Clássica, a cana se renega/ ante a moenda (morte) da usina: nela, antes esbelta, linear, chega despenteada e sem rima. (Jogada às moendas dos bangês/ onde em feixes de estrofes ia, não protestava contra a morte/ nem contra o que a morte seria). Na usina, ela cai de guindastes, anárquicas, sem simetria: e até que as navalhas da moenda/ que branco, quebrando-a, afinal, a paginam, a cana é trovoada, tropeja, perde a elegância, a antiga linha, estronda com o sotaque gago/ de metralhadora, desvaria. Não fossem as saias de ferro/ da antemoenda que a canalizam, quebrar-lhe os ossos baralhados/ faria explodir toda a usina. Nas moendas derradeiras tomba/ já mutilada, em ordem unida: não é mais a cana multidão/ que ao tombar é povo e não fila; ao matadouro final chega/ em pelotão que se fuzila.*

Para além das rimas, para aqueles que o poema significa, que a narrativa o inclui como ator do processo, seja plantando, colhendo, lavando, moendo, matando a cana, fazendo viver o açúcar, o álcool, ou os seus tantos derivados, esses se identificam. Essa rotina, que é comum a tantos, é cultural e emprega outros costumes. Como a hora de levantar e a de dormir. Tem a roupa de trabalho, que é própria. Os chapéus. O almoço, que é cedo. A música que toca no rádio. As histórias que se contam, e que, de tanto serem contadas, entram para a fila das tradições. Causos sobre os quais ainda se duvida: aconteceu ou inventaram?

Chegar três horas da tarde em Ipuã, pequena cidade do interior do estado de São Paulo, na região de São Joaquim da Barra, e presenciar homens trabalhadores pescando, tranquilos, no silêncio exigido pela placa ao lado do lago, localizado bem na área central do município, é incomum a um morador da capital, mas rotineiro ao lugar, onde o expediente começou às cinco horas da manhã e terminou às duas da tarde.

Na praça na cidade, uma conversa aqui outra ali e logo se confirma. Um nasceu em Pernambuco, outro em Minas, o que está sentado mais longe é da Bahia. As cidades, que são das usinas, são também de todos que nelas se locomovem para trabalhar. Muitos ficam. Outros se vão e, assim, esse ir e vir se torna cultural, formando a identidade do local. Não é diferente em Serrana, nem em Guará. A usina absorve os passantes, se a gente do lugar não a ocupar.

Ainda que sem registro se, na atualidade, os cortadores de cana cantam enquanto trabalham, no passado isso era certo. Em documentário

gravado em 1975, com narração de **Ferreira Gullar**,⁷³ lá estavam eles, trabalhando e cantando. As músicas, sempre em tons muito agudos, enriquecidas pela força vocal do coletivo, entoavam o cotidiano. Às vezes chorosas, outras festivas, anunciando que o trabalho chegava ao fim e a hora era de ir para casa.

Não só os hábitos são comuns, a paisagem também. Entre um canavial e outro, outro canavial. E a estrada, longa, serve para levar e trazer o caminhão, que de tanto ir e vir é do lugar.

O pão, que é de açúcar, mesmo no Rio de Janeiro, é um exemplo de paisagem. Lá, na capital carioca, o conjunto já foi registrado e o patrimônio é de todos os brasileiros. O nome é uma referência ao açúcar produzido nos primeiros anos da descoberta do País. Destinado pelos portugueses, pelo menos em uma das versões contadas,⁷⁴ o formato da pedra enorme na simetria de um cone assemelhava-se à forma do açúcar que era transportado para a Europa. O processo era contínuo. Primeiro, a cana era espremida e o caldo era fervido e apurado. Depois, os blocos de açúcar eram colocados em um objeto cônico, normalmente de barro. Muito parecido com o penhasco mundialmente conhecido no Rio de Janeiro. Daí o nome. Pão de Açúcar.

A culinária agradece: salve o açúcar, viva a cachaça

Uma xícara de farinha, um copo de leite, ovos, fermento e, para apurar o sabor, açúcar. Refinado, cristal, mascavo, orgânico, de confeitiro. Mais doce, menos doce, mas nunca sem doce algum. O Brasil é uma grande miscigenação cultural, e não seria diferente na culinária. Como dito por **Roberto da Matta**, *a comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido como também quem o ingere*.⁷⁵ Desde os

⁷³Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gers-exKMyE>. Acesso em: 11 abr. 2018.

⁷⁴Mais de dez *sites* usam o professor Vieira Fazenda como referência para explicar a motivação do nome Pão de Açúcar.

⁷⁵DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

instrumentos usados nessa prática milenar, como as folhas de bananeira que cozinhavam os pescados e caças dos indígenas; dos pilões escavados nos troncos para bater a paçoca dos africanos; as panelas de barro ou de ferro e as refinadas cerâmicas de Macau, até as mais variadas combinações de ingredientes, incluindo nessa lista a cana-de-açúcar e seus derivados.

Entre a riqueza de possibilidades culinárias que a cana trouxe para o Brasil, lá está a rapadura. A *raspa dura* já era feita em diversas colônias, mas, quando chegou ao Nordeste brasileiro, fincou tão profundas raízes que até hoje é um símbolo regional. Uma das maneiras mais seguras de transportar o açúcar era no formato de tijolos de rapadura, por que eram mais resistentes às mudanças térmicas. E, além disso, seu valor nutricional é muito maior ao do açúcar cristalizado, já que possui mais ingredientes em sua composição do que a sacarose. Existem várias dietas de enriquecimento nutricional que usam a rapadura como base, e além de ser uma delícia, podem ser feitas com amendoim, castanha-de-caju, coco e outros produtos.

Uma das primeiras descrições da rapadura nos livros de culinária é no *Doceiro nacional*,⁷⁶ publicado em 1895 com o objetivo de trazer para as cozinhas brasileiras a arte de fazer toda a qualidade de doces. O livro é tão rico em detalhes que cita diferentes composições do açúcar, incluindo um açúcar chamado *candi* que, quando esfregado em outro, no escuro, gera faíscas.

A rapadura consta no livro em uma receita muito apreciada, criada no Brasil: o pé-de-moleque. *Muleke* é uma palavra que significa menino, ou rapaz novo, de origem Quimbunda, da matriz linguística angolana. A linguagem veio de lá para cá com os escravizados e se espalhou no Brasil. Existem duas origens mais difundidas para o nome completo do doce. Uma vinda da similaridade do doce com o calçamento das pedras irregulares de Ouro Preto, que recebia o mesmo nome. Outra, da bronca que as quituteiras do passado davam nos meninos que tentavam roubar seus produtos. Quando elas percebiam a aproximação, logo avisavam os meninos que não era preciso roubar, era só pedir.

⁷⁶*Doceiro nacional* ou *Arte de fazer toda a qualidade de doces*. Obra contendo 1.200 receitas conhecidas e inéditas de confeitos, empadas, pudins, tortas, biscoitos, bolos, bolachas, broas, babás, savarins, vinhos, licores, xaropes, limonadas, sorvetes e gelados; acompanhado dos diversos processos usados para depuração e extração do assucar contido nas plantas saccharinas. Ornado com numerosas estampas (4. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1895, 136p).

— *Pede, Muleke, pede.*

Gritavam as quituteiras, pelas ruas das cidades, carregando suas bandejas com os mais variados doces para vender. Às vezes libertas, às vezes escravizadas, essas mulheres descobriam e reinventavam o mundo da culinária brasileira.

Em sua receita mais básica, o pé-de-moleque leva uma rapadura, 500 gramas de amendoim torrado e descascado e água, mas, na receita antiga, descrita no *Doceiro nacional*, era ainda inseridos gengibre e claras de ovos. Era essencial que as cozinheiras soubessem bem o ponto do açúcar, para ter um pé-de-moleque que não terminasse amargo ou seco demais. A culinária é sempre desafiadora, é a arte de fazer obras-primas que logo se desfazem.⁷⁷

Outro prato que também é uma primazia, saboreado desde muito antes dos portugueses chegarem no Brasil, pelos povos asiáticos, é o arroz-doce. A cana-de-açúcar já era familiar a muitos desses povos e misturar os dois ingredientes foi só uma questão de tempo. Mas foi no Brasil, na mão dos afro-brasileiros, que o prato ganhou nova cara. Conhecido aqui também como Arroz-de-Iemanjá, por se tornar uma das oferendas mais comuns à Orixá.⁷⁸ Foram acrescentadas na receita brasileira, a folha, ou flor de laranjeira, e a canela em pó.

Inúmeros outros doces estão descritos no livro do historiador **Gilberto Freyre**: *Assucar*.⁷⁹ O autor do polêmico e quase centenário livro *Casa grande e senzala*, não poupou esforços ao invadir um espaço desconhecido para os escritores da época. Ele escreveu em suas obras, com os conceitos e preconceitos da época, sobre os escravizados e também sobre a culinária. Apaixonado por doces e licores, Freyre sempre recebia seus convidados com um banquete. Um de seus pupilos, **Raul Lloyd**, se divertiu, retratando esses momentos em suas obras.⁸⁰ A degustação da cana na culinária do

⁷⁷ANDRADE, Carlos Drummond de. *O avesso das coisas*. Rio de Janeiro: Record, v. 990, 1987.

⁷⁸GUIMARÃES, Elione Silva. Economia autônoma de escravos nas grandes fazendas cafeeiras do sudeste do Brasil (Zona da Mata Mineira - século XIX). *América Latina en la Historia Económica*, n. 32, p. 165-195, 2009.

⁷⁹FREYRE, Gilberto. *Assucar*: Algumas receitas de doces e bolos dos engenhos do nordeste. J. Olympio, 1939.

⁸⁰Raul Lody escreveu *À mesa com Gilberto Freyre* e também *Caminhos do açúcar*, onde ele descreve ecologia, gastronomia, moda, religiosidade e roteiros turísticos a partir das obras de Freyre.

Nordeste se dava enquanto os intelectuais discutiam a possível sociologia do açúcar. O material acabou virando uma palestra no Museu do Açúcar, que agora faz parte do Museu do Homem do Nordeste, no Recife.

Das mais variadas receitas que surgiram no período colonial e foram se aprimorando: *Bolo Guararapes, bolo-de-rolo, bolo-de-mato, bolo-de-São-Bartolomeu, bolo-dos-namorados, bolo-engorda-marido, bolo-de-baciado-Pernambuco, bolo-frito-do-Piauí, bolo-brasileiro, bolo 13 de Maio, bolo Souza Leão, bolo Tia-sinhá; ou então os doces que reúnem frutas: doce de jerimum, doce de abricó, doce de Guabiraba, doce de ubaia, doce de jacamole, doce de laranja-da-terra, doce de umbu, doce de araçá, compota de cidra ou cidrão, compota de limão e laranja; ainda outros que trazem um texto visual alinhado ao gosto como: lacinhos-do-amor, pudim quero-mais, beijos, quindins, beijos de Dondon, sonhos-de-cará, sonhos-de-freiras, queijadinhas de Iaiá, beijos-de-cabocla, mimos, baba-de-moça, entre-cremes, sorvetes, biscoitos, geleias; e demais delícias que somente o Nordeste do açúcar poderia preservar, adaptar e criar para a nossa civilização.*⁸¹

Mas a cana não era só açúcar. Outra grande riqueza culinária, que tem a origem no Brasil, é a cachaça! Durante o período da escravidão brasileira, a produção era feita quase que exclusivamente por essa mão de obra e não eram dias felizes para os africanos, indígenas e seus descendentes escravizados. No processo da realização do açúcar, dois grandes tachos ficavam lado a lado. Um tacho com os produtos ferventes e outro com água fria, que era usado para limpar as impurezas da produção, tiradas com uma colher. Essa água com impurezas foi chamada de cachaça, que fermentava naturalmente e virava uma bebida muito forte. Os escravizados a consumiam e ficavam alegres. Eles pareciam esquecer, por um tempo, todos os seus problemas.

Essa é uma das versões⁸² da origem dessa bebida brasileira que, com o passar do tempo, começou a ser destilada em seu processo de fabricação e valorizada pelas demais pessoas da sociedade da época. Nesse novo processo, a bebida ficava pingando no alambique, por isso foi batizada também de pinga. Hoje existem vários apelidos para a água

⁸¹Trecho de *Caminhos do açúcar*, de Raul Lody.

⁸²Versão baseada na obra de: CAVALCANTE, M. S. *A verdadeira história da cachaça*. São Paulo: Sá, 2011.

que é ardente: marvada, água-que-passarinho-não-bebe, branquinha e muitos outros.

Na romântica Itália, com a *Grappa* da uva; na inovadora Alemanha, com o *Kirsh* da cereja; na enigmática Escócia, com o famoso *Uísque* da cevada; na sisuda Rússia, com a internacionalmente popular “*Vodka*” do centeio; na fechada China e no Japão, com o tradicional *Saquê* do arroz.⁸³ Cada uma dessas bebidas representava, como foi para o Brasil, um símbolo nacional. E hoje, ao mesmo tempo em que grandes produtores de cachaça, no território brasileiro, geram larga produção para vendas interna e externa, existem também muitos produtores menores que buscam inovações em suas cachaças artesanais.

A caipirinha é uma das bebidas que surgiram da cachaça e se tornou internacionalmente famosa, com sua infinidade de variações. A famosa, com limão, açúcar e gelo e outras mais inusitadas, como as que levam jaca, pitaia, gengibre, café, erva-doce, canela-pau ou, ainda, outros ingredientes que a intensificam e se tornam misturas inusitadas.

Intensificar é com a cana mesmo. O ingrediente aumenta o apetite de várias formas. Estudado como um afrodisíaco, a cachaça tem um notório efeito para melhorar o desempenho.⁸⁴ Em quantidades pequenas, permite que o indivíduo perca a inibição e estimula a criatividade. Mas seu consumo deve ser com moderação, já que o exagero pode causar efeito totalmente contrário.

O encanto da cana-de-açúcar, que mudou a gastronomia do País, está presente desde os mais refinados e elaborados doces e bebidas artesanais em grandes festivais até a cana *in natura*, ou o simples caldo de garapa com limão, ou abacaxi saboreado com pastel, que já está cativo nos passeios na feira de rua aos domingos de boa parte da população.⁸⁵ A cana-de-açúcar e seus derivados para culinária compõem os cheiros e os sabores da tradicional gastronomia brasileira.

⁸³Pesquisa comparativa das bebidas disponível em: www.alambiquedacachaca.com.br.

⁸⁴FELIPPE, Gil. *No rastro de Afrodite – plantas afrodisíacas e culinária*. Ateliê Editorial, 2005.

⁸⁵Essas combinações gastronômicas vão se tornando patrimônios imateriais, como analisa OLIMPIO, José Aduino. *O açúcar do Brasil*. 2014.

Tem cana de Cajuru na marginal Tietê

De repente, em um domingo pela manhã, ao ligar a televisão, lá estava o repórter **Nelson Araújo** anunciando que tinha cana na marginal do Tietê. Dentro do carro de reportagem do Globo Rural,⁸⁶ ele acompanhava um caminhão carregado de cana-de-açúcar artesanal, extraída das terras do município de Cajuru, interior do estado, sendo transportada para comercialização em São Paulo. A finalidade era atender ao consumo de caldo de cana da capital paulista. Cana para garapa. Garapa para a feira.

— *Garapa gelada, minha senhora, meu senhor. Aproveita, uma delícia. Especial. Quem quiser, ao lado, tem pastel. Garapa gelada.*



Ele começou a reportagem quase declamando os atrativos culturais brasileiros.

— *Cachaça, feijoada, samba, futebol e garapa.*

⁸⁶Texto produzido a partir de reportagem de Nelson Araújo, no Globo Rural. Material em DVD, sem data. Parte do acervo da jornalista Adriana Silva sobre o setor sucroalcooleiro.

Entre os entrevistados, compradores na feira, no bairro Vila Carrão, zona leste, um declarou que se ele não podia ir ao interior, o interior vinha a ele no formato de caldo de cana. Lá estava, nada modesta, uma das identidades culturais do interior paulista. A moenda para produzir o caldo repetia um barulho comum nas propriedades rurais. Depois de bem espremida, o líquido verde, cheirando a doce, preenchia o copo.

Frequentador de todas as quartas-feiras, o médico **Ricardo Leão** almoçava pastel com caldo gelado. Bem gelado. Ao ser entrevistado, afirmou que a bebida tinha valor nutritivo. E concordou com outro consumidor que podia, também, ajudar na ressaca.

— *Alimento altamente energético, a garapa contém numerosas vitaminas, principalmente do complexo B, de minerais, cálcio, ferro, potássio, magnésio, fósforo.*

Então, em um piscar dos olhos, o repórter já estava no interior. Pé na terra, cenário longínquo, rodeado de gente contente com a produção daquele mês. Ele mostrou a colheita artesanal e os cuidados em verificar, uma a uma, se não tinha broca ou outra praga qualquer. Até as de hastes tortas eram eliminadas. Dificultava a passagem pela moenda.

Contadas em feixes com 12 canas, todas as fases da produção, da colheita, do transporte, exigem cuidados especiais. **Paulo Martins**, um dos produtores de Cajuru, explicou com detalhes que era comum a perda de até 20% da colheita, por causa das exigências. Um número bem maior, se comparado com o canavial fornecedor das usinas, em que a perda não ultrapassa 5%. A compensação está no preço da tonelada que chega a atingir oito vezes o preço da cana destinada à usina, para fabricação de açúcar e etanol.

No sítio da família **Do Carmo**, a cana, que serve para garapa, produz também rapadura, melado e pinga. Em pequenas quantidades, mas tudo em operação bem manual.

O repórter explica que o clima em Cajuru favorece a cana para garapa. Durante o dia, a temperatura é estável e à noite sempre esfria um pouco, colaborando no amadurecimento da planta.

De volta ao Tietê, depois de fazer poesia, afirmando que a doçura do povo de Cajuru acompanha a cana que é de açúcar, Nelson Araújo revela

que diariamente são consumidos 15 mil copos de caldo de cana na capital paulista e que chegam entre oito e dez caminhões, vindos do interior. O produto é levado diretamente para barracões, onde é feita a limpeza em máquinas especiais. A cana é picada e depois distribuída para centenas de garapeiros. Aí, então, é só atender ao chamado.

— *Garapa gelada, minha senhora, meu senhor. Aproveita, uma delícia. Especial. Quem quiser, ao lado tem pastel. Garapa gelada.*

João Garapeiro: cidadão ribeirão-pretano

Vire a esquina, atravesse a avenida e verá a indicação anunciando a rua João Perone, no bairro Nova Aliança, em Ribeirão Preto. Quem é do lugar, muitas vezes diz morar na rua João Garapeiro, como era conhecido o senhor que, por 41 anos, serviu garapa gelada com ou sem limão, no centro da cidade. Atividade que o filho, também João, continua exercendo para a sorte daqueles que gostam do caldo doce. Somando a trajetória dos dois, já são 63 anos processando cana e fazendo garapa. Primeiro na rua Américo Brasiliense, depois na rua Álvares Cabral, então, mais perto da rua São Sebastião, mas sempre no centro da cidade.

Da história que fica, algumas certezas. Todo copo de garapa era acompanhado de um sorriso. Quem tinha dinheiro pagava, quem não tinha, bebia também. Ao filho, era dado o conselho de que não ficaria rico com a garapeira, mas viveria bem. A rotina do atendimento é a mesma: garapa com humor e gentilezas. O processo de fazer também. A cana, antes se buscava, hoje vem limpinha, pronta para ser moída.

O senhor João era tão querido que recebeu um título de cidadão ribeirão-pretano. Quando morreu, em 1996, aos 76 anos de idade, foi notícia triste. Homens queridos deixam saudade.

O sorvete é de cana

Do outro lado da cidade, mas ainda perto do centro, bem no coração do bairro Campos Elíseos, o caldo da cana virou sorvete e dos bons. Receita do senhor **Geraldo Caramori**. Ele fazia sorvete como quem estava pintando uma obra. Um dos ingredientes que, com certeza, fazia diferença, era a paixão pelo seu trabalho. Em 2011, sua arte foi reconhecida pela Secretaria da Cultura da cidade como ofício e faz parte do patrimônio cultural de Ribeirão Preto. No dia do evento em que foi laureado, entrou na sala carregando o sorriso no rosto e potes de sorvete nas mãos, nos sabores caldo de cana e café.

O senhor Geraldo inventava sabores como o de pipoca, paçoquinha, mas os que mais saem são os de fruta. Todos preparados artesanalmente. Fazer a cana virar sorvete foi uma ideia dele. Experimentou. Gostou. E passou a oferecer para os fregueses. Não está entre os mais vendidos, mas era comum receber encomenda.

O sorveteiro, que nasceu em Franca, foi trabalhar em uma sorveteira porque a plantação de batatas da família se perdeu em uma forte geada. Morreu em 2017 e seu sorriso segue na memória daqueles que tinham como rotina dar uma paradinha para tomar um sorvete ou levar para casa e curtir com a família.

Tem rapadura, sim senhor

Entre em Nuporanga, cidade um pouco mais distante de Ribeirão Preto, pela via pavimentada de paralelepípedos que até reluzem, e pergunte pela dona Mirtes. Muitos indagarão: A dona Mirtes que faz rapadura? Sim. Ela mesma. Rapadura e licores os mais diversos, feitos a partir das frutas do lugar e de época. Ela ainda usa o mesmo processo de antigamente para fazer a rapadura, mas incorporou outros ingredientes. Às vezes, usa laranja, ou limão, para incrementar e oferecer outras possibilidades aos paladares dos clientes.

De repente, alguém vira e diz:

— *Rapadura é doce, mas não é mole não.*

O dito é verdadeiro, entre as variedades de rapadura, a pura é a mais dura, produzida com o mel da cana. Tem também a mista, que pode ser feita combinada com outros produtos. Tem gente que mistura coco, gergelim, amendoim e outros componentes da culinária brasileira. A tradicional mesmo é aquela feita em formato retangular.

Na região Nordeste do País, lá atrás, e ainda nos dias de hoje, a rapadura é um complemento alimentar. Afinal, o doce feito da cana é fonte primorosa de carboidratos (sacarose, frutose, glicose), vitaminas, um complexo significativo (A, C, B1, B2, B6, D2, E), minerais (potássio, magnésio, cálcio, fósforo, sódio, ferro, zinco, flúor e cobre).⁸⁷

No alto do sertão de Pernambuco,⁸⁸ a família Batista faz rapadura com a mesma rotina que nos centros urbanos paulistas se come pão francês todos os dias pela manhã. No trapiche do fundo do quintal, um velho engenho de tração animal é conservado para a produção. A cana chega nos cambitos armados nos lombos do jegue. Com uso da moenda, a família tira o caldo da planta, que é colocado em um tacho negro, queimado. Quando a fervura chega ao ponto, dona **Raimunda Nascimento** emoldura a mistura mole, que será rapadura muito em breve. Ela afirma ao repórter, ter quase gratidão ao produto.

— *Eu criei meus filhos com rapadura.*

Mas se enganam quem pensa que o processo de transformação do caldo em rapadura não exige cuidados especiais. Dada a complexa composição química da cana-de-açúcar, se o caldo for aquecido sem certa redução da acidez, pode ficar escuro. **Dona Mirtes de Oliveira Tavares**, de Nuporanga, sabe muito bem disso. Depois que ela coloca o caldo engrossado nas fôrmas de madeira, as armazena em ambiente seco, como deve ser.

— *Quem quer rapadura?*

⁸⁷Disponível em: <https://www.cpt.com.br/cursos-agroindustria/artigos/rapadura-etapas-da-producao>. Acesso em: 22 abr. 2018.

⁸⁸Reportagem especial realizada pela EPTV, em 1996, intitulada Caminhos dos Engenhos.

De Camarão a Zeferina – Marias dos Canaviais

Eu sou uma mulher de Tejucopapo! Essa foi a descoberta de Rísia, personagem nordestina que volta para Pernambuco, na literatura de **Marilene Felinto**,⁸⁹ em busca do reconhecimento de sua identidade. Em sua obra, Marilene deseja despertar nas mulheres a busca das origens, memórias, raízes e da força. *Cada pessoa é uma história perdida.* Uma mulher de Tejucopapo é uma referência às mulheres que defenderam sua cidade da invasão holandesa.

Esse episódio, anteriormente mencionado, tornou-se referência da bravura nordestina. Contado em suas diversas versões, foi um marco na história brasileira. Uma luta desigual em proporção. Foram mais de 110 holandeses fortemente armados que tentaram saquear Tejucopapo no momento em que a localidade estava ocupada somente por mulheres e crianças. Os homens estavam lutando em outros conflitos na região.

As mulheres, em sua maioria agricultoras de origem indígena, fizeram-se um improvisado exército na defesa do território luso-brasileiro. **Maria Camarão, Maria Quitéria, Maria Clara e Joaquina**⁹⁰ eram as líderes, nesse conflito. Avisadas da chegada desses holandeses, elas tiveram menos de doze horas para montar uma defesa. Reforçar as cercas, colocar as armadilhas e transformar tudo o que era possível em armas. A principal estratégia foi a criatividade. Munidas de paus, lanças para caçar crustáceos, roçadeiras, e água quente com pimenta, elas colocaram os holandeses para correr.

Maria Camarão foi quem convocou todas as mulheres, indígenas, católicas e, naquele momento da história, também luso-brasileiras. Ela deixou aparente, em sua liderança destemida, as suas origens, sua força e o espírito de luta.

⁸⁹A autora Marilene Felinto escreveu sua obra em 1982, referindo-se a vários aspectos que já eram discutidos desde aquela época como o deslocamento nordestino para São Paulo; feminismo; e identidade cultural. O livro já recebeu o prêmio Jabuti e outro pela União Brasileira dos Escritores.

⁹⁰As mulheres e técnicas empregadas na defesa local descritas são baseadas no artigo e pesquisa de Lula Falcão.

Fim aos hereges seguidores de Martinho Lutero, era o grito de guerra. Em suas mãos, Maria Camarão levava o crucifixo católico. Ela apontava para os olhos dos holandeses, sedenta por atingi-los com água quente e pimenta. Era aquela a raiz que a personagem Rísia buscava, na miscigenação da formação de identidades. Era a mulher lutando pelo que acreditava. Provavelmente, uma das primeiras a unir um grupo feminino em combate armado no território brasileiro.

— *Vou para Tijucopapo para ver se sei por que sou pobre, vou a Tijucopapo para saber por que meu pai gostava de dar em mim. Eu ia querendo conhecer o lugar onde minha mãe nascera, Tijucopapo, para descobrir se eu sou mesma feita de lama* —. Rísia insiste em revirar esse passado, resgatar a luta feminina de Tijucopapo no século XVII.

Quase três séculos depois, outra Maria lutaria suas guerras. Essa, na cidade de Sertãozinho, de nome Zeferina. **Maria Zeferina Rodrigues Baldaia**. De cortadora de cana a maratonista. Sobre ela muito se falou nos telejornais de 2001.

— *Por dez anos eu corri descalça por não ter dinheiro para comprar um tênis.*⁹¹

Os pés doíam. Muitas vezes até sangravam. Mas ela anunciava aos sete cantos que não desistiria.

— *Eu pensava: Quando eu ganhar minha primeira corridinha, eu vou ter dinheiro para comprar um tênis.*

Ela ganhou mais de uma. Em 2001, foram duas, em duas semanas, muito importantes. A volta da Pampulha e a corrida de São Silvestre. No ano seguinte, ganhou a maratona de São Paulo.

Inspirada na portuguesa **Rosa Mota**, vencedora por diversas vezes da São Silvestre, ela treinava com o pensamento na família. Zeferina queria melhorar a realidade de seus sete irmãos e de seu filho.

A menina, que virou atleta, exibiu seus troféus durante desfile em carro aberto pela cidade de Sertãozinho, sendo aplaudida como heroína.

⁹¹Reportagem produzida pelo Esporte Espetacular – Rede Globo, em 2002. Régis Rosing.

— Não estou acreditando não. É autógrafo, todo mundo gritando meu nome, me incentivando, muita coisa ao mesmo tempo.⁹²

O troféu de dois metros e vinte centímetros que Zeferina ganhou, era maior que o cabo da enxada. A menina, que nasceu em Minas Gerais, foi destaque na televisão internacional, com reportagem especial produzida pela *Discovery Civilization* e entre sua rotina, depois de campeã, uma nova atividade: posar para a fotografia com aqueles que a admiravam.

Sertãozinho, a cidade dos três turnos, abençoada por Nossa Senhora Aparecida

Como se fosse uma trilha sonora original, a cidade de Sertãozinho, vizinha de Ribeirão Preto, nunca fica silenciosa. O barulho do maquinário, serralheria, solda, maçarico, martelo, combinam mesmo sem ritmo. O som da indústria produz música. Essa rotina de três turnos, onde enquanto uns dormem, outros trabalham, está no DNA da localidade. E é reconhecida por seus moradores.

Em 2006, funcionavam, em terras do município, sete usinas e uma destilaria.⁹³

— *Sertãozinho é, indiscutivelmente, o polo industrial mais importante para o setor sucroalcooleiro,* — garantiu **Maurílio Biagi Filho**.

O Centro Federal de Educação Tecnológica pulsa no mesmo tom que as indústrias, em uma sintonia de oferta e demanda que se complementam. A diretora da unidade, **Carmem Monteiro Fernandes**, fala com orgulho do aluno que deixou o corte de cana para ocupar cargo de importância na área técnica industrial.

Sônia Sarti complementa um trecho ou outro da história, enriquecendo a narrativa. Ela conta que **Antonio Maciel de Pontes** estava entre os primeiros mineiros desbravadores da localidade.

⁹²Reportagem produzida pela EPTV, em 2001.

⁹³Texto produzido a partir de documentário realizado por Adriana Silva e Antonio Bernardo Torres, em 2006, em comemoração aos 110 anos de Sertãozinho, pelo Instituto de Pesquisa e Estudos de Ribeirão Preto (Iperp).

— *Por volta de 1860, essa região era rota dos mineiros que já estavam saindo de seu estado de origem em busca de novas riquezas pelo Brasil. Eram sertanistas, aventureiros. Passando por esse lugar, chamou a atenção deles a riqueza do solo, a variedade da mata nativa. A primeira demarcação de terra foi feita pelo Antonio Maciel de Pontes. Assim surgiu a fazenda Sertãozinho do Mato Dentro.*

A fé, assim como o trabalho, sempre uniu o povo do município. A devoção por Nossa Senhora Aparecida é manifestada em todos os lugares. Na arte, nas celebrações, no brasão da cidade.

— *Nossa Senhora Aparecida é padroeira de Sertãozinho, muito antes de ser considerada padroeira do Brasil,* — explica a historiadora.

Antonio Malachias Pedroso, que já era devoto da santa, doou doze alqueires e meio de terras ao patrimônio religioso e construiu uma capela para que todos pudessem rezar, onde, na atualidade, está a praça 21 de Abril, bem no centro da cidade.

Uma fala comum entre os que moram em Sertãozinho, chama a atenção para o lugar. Ao longo da história, eles não enxergam pontos de rupturas, mas movimentos de transição sempre depois de uma crise.

Depois do Proálcool, com o fechamento de uma das maiores empresas da cidade, aconteceu o inesperado. Muitas novas pequenas indústrias surgiram, e a diversidade garantiu a Sertãozinho a liderança no setor.

Para **Marcelo Pelegrini**, que já foi secretário da Indústria e do Comércio, o episódio é o melhor exemplo desse comportamento da cidade.

— *A empresa empregava cinco mil pessoas, com turno de vinte e quatro horas e passou a ter pouco mais de duzentos funcionários. Era motivo para fazer a cidade sucumbir e isso não aconteceu. Parecia que era o fim e na verdade foi o começo. Rapidamente, muitas novas empresas surgiram garantindo a diversidade do setor.*

— *Você entra na cidade e sai com uma usina montada com tecnologia brasileira,* — declarou **Jairo Balbo**, da Usina São Francisco.

— *A última crise, agravada pelos problemas econômicos de 1996, trouxe para Sertãozinho a possibilidade de investir em um novo segmento, graças à*

tecnologia que já conhecia, que é o termoelétrico. A cidade conseguiu superar o obstáculo e fazer com que indústrias que eram pequeninas, familiares, se transformasse em grandes complexos industriais. É uma das características do empresariado sertanezinho, – conta, com detalhes, Sonia Sarti.

A primeira atividade industrial foi a partir da extração da madeira para fabricação de carroças, a fim de atender à agricultura; depois, móveis para o comércio e, então, com as primeiras unidades de destilaria e engenho, a confecção de toneis para aguardente.

E a história não se sustenta sem personagens. Lá estavam eles, membros da família **Saran, Gaiofato, Peticarrari, Ambrósio, Mussa**, os pioneiros no negócio da fabricação das carroças e que evoluíram, mantendo-se presentes ainda hoje na história do município.

— Nós costumamos dizer que o aço que fabricou o primeiro podão em Sertãozinho, da marca Saran, é o aço que está hoje presente em grandes colheitadeiras de última geração.

Também Sertãozinho se desenvolveu a partir da força dos imigrantes, em especial dos italianos. A maioria destinada para o trabalho nos cafezais da Fazenda Dumont. Depois, eles foram se destacando em outras atividades. Artesões, alfaiates, celeiros, panificadores. O senhor **Alexandre Bolsone** morou no bairro Pati, um dos mais antigos do lugar, onde os imigrantes se concentravam.

— Quando eu vim morar aqui, ninguém falava a Língua Portuguesa, tudo falava misturado italiano.

Ele não se lembra mais da sua língua pátria, mas de algumas palavras proferidas pela avó, quando esta estava doente.

— Salve da questo non passo.

Antes dos imigrantes, o trabalho era realizado pelos escravizados. Sertãozinho guarda essa história com destaque. Ainda nos dias de hoje, uma celebração anual na Colônia Preta referencia o tempo em que existiam senhores e servidores. **Henrique Dumont**, pai de **Santos Dumont**, tinha fazendas e, entre sua força de trabalho, estavam os escravizados. Quando ele resolveu alforriar todos os escravizados que o serviam, destinou a cada um uma quantia em dinheiro e um pedaço de terra comum a eles,

vindo a ser chamado de Colônia Preta. Muito próxima do distrito de Cruz das Posses.

Dona Maria, neta de escravizado, tinha 89 anos quando deu entrevista. Mas ela viveu até os 93 anos.

— *Meu pai era escravo, na Companhia Dumont. Minha mãe já nasceu ventre livre. Eu nasci, cresci, casei e depois casei os meus filhos, sempre morando aqui. O finado Dumont libertou todo mundo da fazenda e deu essas terras para a gente plantar.*

A capela, inaugurada em 1911, inicialmente construída de barro, recebeu benfeitorias, mas ainda é visitada pelos que têm fé. Quem vai à Colônia Preta, vê o mesmo que viam os moradores, nos primeiros anos de liberdade. Porcos sendo criados em pocilgas. Fogão e forno a lenha. Plantas medicinais. Edificações simples.

Para Sonia Sarti, **Aprígio de Araújo**, o primeiro intendente de Sertãozinho, foi o grande visionário. Ele ofereceu isenção de impostos municipais por vinte anos, para quem industrializasse a cana-de-açúcar.

— *Com isso, nós tivemos a instalação do Engenho Central e o aperfeiçoamento dos engenhos que já existiam na cidade, que fabricavam aguardente, rapadura e, depois, o açúcar. A vocação de Sertãozinho para o setor sucroalcooleiro é desde os primórdios, enquanto todos ainda produziam o café.*

De novo o pioneirismo. **Etore Zanini** começou na condição de mecânico, dando manutenção nos maquinários de **Francisco Schmidt**, importados da Escócia. Muito rapidamente, ele aprendeu como fabricá-los. E, logo, estava produzindo peças mais aprimoradas do que as originais. Dali surgiu a Oficina Zanini. Depois, com a parceria de Maurílio Biagi, a Indústria Zanini.

— *A Zanini foi a mãe de todas as indústrias de Sertãozinho no setor sucroalcooleiro,* — reiterou Sonia Sarti.

— *A Zanini, sem dúvida alguma, foi a empresa que fez a profusão das outras indústrias de Sertãozinho e colaborou ativamente para que o município se tornasse tão importante para o setor sucroalcooleiro. São mais de duzentas empresas que derivaram da Zanini,* — completa **Maurílio Biagi Filho**.

Entre as usinas em atividade na cidade, está a São Francisco, do grupo Balbo. A primeira unidade sucroalcooleira a produzir energia para fornecimento externo.

— *Na verdade, as usinas cogeram desde que elas existem, mas fornecer a produção excedente, a São Francisco foi a primeira, em 1987.* — Testemunhou Jairo Balbo.



Naquela época, nenhuma usina era interligada ao sistema nacional e nem tinha legislação para regulamentar a relação de negócio que estava sendo iniciada. Isso só aconteceu um tempo depois.

Todos os entrevistados concordaram. Sertãozinho é uma cidade onde o pioneirismo faz parte do dia a dia.

Grandes usinas, pequenas cidades: a vida nos canaviais

Avô. Pai. Filho. Três gerações na narrativa do mais novo.⁹⁴ Histórias que ele nem viveu seguem na memória que emoldura um tempo, um costume, um modo de vida, entre uma usina e outra. Um canavial. Uma fazenda.

Ele sempre foi muito inquieto. Aos seis anos de idade, queria ir na escola que ficava dentro da Fazenda Águas Claras, onde morava. Chegou a frequentar alguns dias, mesmo a professora achando que ele era novo demais. Mas o menino da usina era impaciente. Na sala de aula, jovens de todas as idades. Alguns aprendiam as matérias do primeiro ano, outros do segundo, do terceiro e do quarto. Quando ele acabava suas tarefas, ficava em pé, circulando. Mexia com o menino da frente. Falava com a menina do lado. Cutucava um. Chutava o outro. Tanto incomodou que a professora o proibiu de seguir naquele ano. **Izaquel Martins Rosa** só poderia voltar no semestre seguinte. Mas ele não aceitou bem aquela decisão que a mãe acatou sem ratear.

O menino saía de casa todo dia e ia para a escola. Como não podia entrar, ficava jogando pedra. Ele não tinha qualquer noção de limite. Quando a professora saía fora da sala para ver que barulho era aquele, ele mirava nela e jogava mais pedra. A mulher, que lecionava ali há muito tempo, precisou pedir a interferência da mãe. Izaquel só deixou de jogar pedra na escola depois de receber uma boa surra em casa.

Apanhar da mãe ou do pai não era algo fora da rotina. Era como eles ensinavam quem mandava. Uma palmada e outra sempre deixava claro a hierarquia familiar. O senhor **Antônio Martins Rosa** e dona **Dagmar Pereira da Silva Rosa**, pais de Izaquel, sabiam muito bem como essas coisas funcionavam. Afinal, eles resolveram se casar para fugir da rotina familiar. Ele morava e trabalhava na fazenda que ficava de um dos lados do rio Pardo. Ela morava e trabalhava na fazenda que ficava do outro lado do rio. Os pais dos dois sabiam que eles namoravam, mas nenhum queria que os filhos se casassem. O motivo era claro. Cada filho que deixava a casa era menos salário no final do mês. No caso dos pais de Dagmar, teria ainda o

⁹⁴Entrevista cedida por Izaquel Martins Rosa, especialmente para o livro, em 10 de abril de 2018.

investimento na festa do casamento. Aquela não era uma boa época. E os pais foram enrolando os filhos.

Antônio, que já tinha uma bicicleta, pegava a canoa de seu pai para atravessar o rio com facilidade e visitar sua amada Dagmar. Tanto ele foi. Tanto ele voltou, que logo virou o Antônio Canoeiro.

— *Eu colocava a bicicleta dentro da canoa, atravessava o rio, deixava a canoa amarrada, pegava a bicicleta e acabava de chegar na casa da Dagmar. Ficava lá no final de semana e depois voltava.*⁹⁵

Um dia, trabalhando na Usina da Pedra, em Serrana, ele descobriu que uma casa estava vaga e muito rapidamente acertou com o administrador do lugar que formaria sua família ali mesmo. O canoeiro fez o que estava com vontade há muito tempo.

— *Ele atravessou o rio com a canoa e roubou minha mãe. Os dois fugiram para a Usina da Pedra e estão juntos até hoje.*

Aquela já era uma prática comum. Aconteceu com os pais de Izaquel e depois com muitos outros conhecidos e amigos. Toda vez que uma casa ficava livre, o pessoal da usina fazia piada.

— *Quem será que vai fugir dessa vez?*

Era preciso ser rápido. Muito rápido. As pessoas ficavam de olho. A rotina era sempre a mesma. Se o casal não aparecesse no ponto do caminhão que ia para a lavoura, todos já anunciavam a fuga. Fugir era o jeito mais fácil de confirmar o casamento. Depois de uma noite juntos na casa, não tinha mais como receber a filha de volta. No dia seguinte, começava uma nova família na casa que estava vazia. Na maioria das vezes, os jovens não tinham móvel algum. Foi o caso dos pais de Izaquel.

— *Meu pai levou a bicicleta, a canoa e uma daquelas caixas de madeira de maçã. Só isso.*

Dona Dagmar⁹⁶ lembra como se tivesse sido ontem. Cada mês, com o que sobrava do salário dos dois, eles compravam alguma coisa nova para a

⁹⁵Entrevista cedida pelo senhor Antonio Martins Rosa, especialmente para o livro, em 22 de abril de 2018.

⁹⁶Entrevista cedida pela senhora Dagmar Pereira Rosa, especialmente para o livro, em 23 de abril de 2018.

casa. Primeiro foram as panelas. Depois o guarda-roupa. Tudo era parcelado e só faziam novas compras após o pagamento da última prestação.

— *Depois de um ano, o Tiãozinho nasceu. Compramos o berço que acabou servindo para os outros filhos.*

Foi um atrás do outro. O **Sebastião**, a **Irani** e a **Mariúza** vieram primeiro. Izaquel nasceu em 1967 e, em período muito curto, todos os seus irmãos passaram a fazer parte de sua história. Depois dele, vieram outros quatro: **Crésio**, **Adriana**, **Roberto** e **Gisele**. Todos nasceram e trabalharam na usina.

A mãe Dagmar orgulha-se em dizer que nunca atrasou um almoço. Ela acordava às cinco da manhã todos os dias para fazer o café do marido. O senhor Antônio Canoeiro ia trabalhar e ela ficava em casa. Na hora certa, levava o almoço no caldeirão, feito no fogão a lenha, enrolado no embornal, para não esfriar.

— *A gente deixava no ponto e o boieiro passava para pegar e levava para os trabalhadores. Para não errar, a gente escrevia o nome no embornal. Assim cada um sabia de quem era o almoço.*

Muitas coisas que iam para o caldeirão tinham sido colhidas ali mesmo, no fundo do quintal. Verduras, legumes, mandioca, ovos e até galinha. Eles só não podiam criar porcos, o resto, quem mantinha o quintal mais produtivo, tinha também o almoço mais variado.

O senhor Antônio Canoeiro trabalhava no canavial desde os 18 anos de idade, num tempo em que a cana era carregada no ombro e para colocar no caminhão era preciso subir em uma escada.

— *Tinha que carregar sete mil quilos. Se passasse, a gente tinha que tirar porque o guindaste não conseguia puxar mais do que isso. O dia começava duas, três horas da manhã, nessa época. Tinha que fazer cinco ou seis viagens. O resto do dia a gente até ficava, às vezes, à toa, mas tinha que esperar na fila para carregar. Era bom, porque a gente ganhava mais do que o cortador de cana.*

Nessa época, na Usina da Pedra, por volta de 1962, existiam quatro colônias. Dona Dagmar lavava roupa em casa, mas o banheiro era coletivo, um para cada quatro casas.

— *No começo, a gente tomava banho na bacia. Depois é que passou a ter chuveiro e banheiro em todas as casas.*

A família compartilha memórias iguais com diferentes emoções. Izaquel parece mesmo ser um dos mais saudosistas. Suas lembranças ultrapassam o tempo. De repente, ele fala do avô como se estivesse lá.

— *Meu avô não tinha medo de nada. Era um homem muito corajoso. E forte. Ele pegava uma aroeira e produzia tudo à mão.*

Belmiro Martins Rosa e Eulalia Scatolini formaram família na Usina da Pedra. O avô conhecia aquelas terras como a palma de sua mão. E desbravava os canaviais sem receio. Peito aberto. Conta a lenda que era comum sair uma faísca vermelha da fiação elétrica. A fumaça torcia-se e retorcia-se formando imagens assustadoras. O avô via sempre aquela cena. Até que um dia resolveu partilhar a história com um amigo de trabalho. Mas o outro homem não resistiu e, assim que viu, desmaiou, com medo.

Aquelas pessoas adoravam contar causos de fantasmas. Izaquel lembrou-se de alguns. Em especial dois. Existia uma área na fazenda ligada à Usina São Vicente que todos chamavam de *Parabala*. Era uma terra muito ruim para plantar cana, muito arenosa. Quando nascia, dava broca. Era um lugar que ninguém queria trabalhar. Eles contam que um tratorista, certa vez, trabalhando à noite, jogou luz em uma área bem perto da mata, ao redor do canavial e viu um senhor de barba portando uma espingarda. O velho ordenou que saísse de suas terras. O homem, de cima do trator, não entendeu bem o que acontecia. Simplesmente deu meia-volta e parou o expediente naquela noite. Algum tempo depois, ele contou para todos o que tinha acontecido. E ninguém teve dúvida de que o homem tinha visto uma miragem. Todos tinham certeza de que o velho era um dos membros da família dos primeiros posseiros das terras. Eles acreditavam que, no início da história, as posses eram resolvidas a bala.

Um segundo pedaço de terra era chamado por todos de Patrimônio. Ali também ninguém queria trabalhar. Era incrível a quantidade de pombas que vivia nos canaviais. O céu ficava escuro, quando voavam. O barulho das aves incomodava a todos. Elas defecavam e o mau cheiro era horrível. O fenômeno ficou conhecido fora da usina.

— *Um dia, chegou um carro escuro na fazenda, querendo ver a área do Patrimônio e as famosas pombinhas. O homem foi lá, viu e foi embora. Só*

depois eu fiquei sabendo que era o Peninha. E um tempo depois eu descobri que ele era um cantor famoso.

Claro que eles precisavam explicar o que acontecia ali. Cada um contava uma história diferente. A que mais convencia a todos era sobre a fundação da cidade de Sertãozinho. Eles acreditavam que, logo no comecinho da história, tinha havido ali um impasse religioso. Era para a cidade construir a primeira capela, naquele lugar. Mas como eles não chegavam a nenhum acordo sobre a doação de terras, mudaram de local e aquela área ficou amaldiçoada.

Uma usina do lado da outra. Era um complexo de pequenas cidades. Usina Barbacena e Usina São Vicente, da família Marchesi; Santa Elisa, da família Biagi; São Geraldo, da família Simione; todas elas instaladas entre Sertãozinho, Pontal e Pitangueiras. Um pouco mais para lá, em Sertãozinho, a Usina São Francisco e a Santo Antonio, da família Balbo. A Pedra era a mais distante, em Serrana, do outro lado, depois de Ribeirão Preto.

Eles podiam ficar muito tempo sem ir à cidade. Tinha tudo na usina. Tudo mesmo. Açougue, supermercado, restaurante, clube recreativo, piscina, campo de futebol, cancha de bocha, farmácia, dentista, oficina mecânica, escola. Em algumas tinha até cinema. Isso na década de 1970.

— *Muitas vezes, ao invés de nós irmos para a cidade, os moradores da cidade é que vinham passear na usina. Quando não, os meninos de uma usina iam passear em outra e os meninos da outra vinham passear na nossa usina.*

Para quem gostava de futebol, era o céu na terra. Os campeonatos entre os times das usinas eram levados a sério, com muita rivalidade, expectativa e prêmios. O senhor Antônio Canoeiro, que trabalhava domingo sim, domingo não, assistia a todos os jogos que podia, nas suas folgas. Eram trajetórias longas, os campeonatos, e vencer era tudo que os jogadores mais queriam. Os uniformes eram impecáveis e todos os vitoriosos ganhavam a faixa de campeão para exibir no peito.

Em dia de baile, famosos se apresentavam.

— *Eram um sucesso, os bailes com o sanfoneiro Mário Zan ou o Edinho Santa Cruz.*

Mas a moçada queria mais do que oferecia a usina. No clube, a atividade era mensal e eles queriam brincadeiras dançantes toda semana. Para resolver o impasse, eles faziam nas casas vazias. Mas nem sempre dava certo. Como em todos os lugares, ali nas usinas também existiam os grupos. O pessoal da oficina não se misturava com o pessoal da lavoura, que não se misturava com o pessoal do escritório, e assim por diante. Um dia, os mais jovens prepararam tudo para um encontro entre meninos e meninas. Um deles tinha comprado um aparelho de som novo e eles queriam ouvir os discos de vinil, com músicas modernas de Maycon Jackson, Madonna e Cindy Lauper. Enquanto um dos meninos colocava uma meia na lâmpada para escurecer o ambiente, outro preparava a cuba-libre. Eles estavam muito animados.

Na mesma noite, o pessoal da lavoura e da pecuária organizou um forró. Quando chegou a hora das festas começarem, as meninas escolheram a música americana, deixando o pessoal da segunda brincadeira dançante muito bravo. Tanto que eles resolveram acertar as contas naquela noite mesmo. O resultado foi um só. A usina precisou proibir as festas fora do clube. Todo mundo saiu perdendo.

A época das brincadeiras dançantes foi uma fase, depois das pescarias e caçadas, logo após a iniciação no trabalho. Havia uma rotina nas usinas que não fugia à regra. Todo jovem que fazia quatorze anos vestia um paletó, ia para a cidade, cortava os cabelos, tirava uma fotografia 3x4 e em seguida a carteira de trabalho. Ao voltar para a usina, já tinha uma destinação em uma das muitas funções exercidas na indústria ou no campo. Era o fim dos dias de brincadeiras no barro, nos rios, ou nos quintais, roubando frutas dos vizinhos. Depois de emitida a carteira de trabalho, era mais difícil sobrar tempo para ir pescar no brejo, ou nos rios. Caçar nas matas ao redor dos canaviais, só nos fins de semana.

Tudo muito depressa virava memória. Como aquele dia em que Izaquel e outros seis amigos foram pescar dentro de uma manilha. Era enorme e eles sabiam que os peixes ficavam parados naquele lugar. Na medida em que eles iam entrando, a água ficava mais alta. Até que, de repente, o primeiro se recusou a seguir, ao ver uma enorme aranha. Aquele impasse estava demorando demais e a água só subia. Quem estava no meio não tinha para onde ir. O primeiro não seguia, o último se recusava a voltar sem nenhum peixe. Foi uma loucura. Um nervosismo. Uma gritaria sem controle.

Mais estressante do que aquela pescaria, só o dia em que a traíra mordeu o irmão mais velho de Izaquel, o Sebastião. Eles tinham ido ao brejo levando um saco de estopa para armazenar os peixes capturados. Normalmente, eles não pescavam com vara e anzol, como o normal. Quando as águas baixavam, formavam poças no varjão e eles usavam facões, peneiras e até mesmo as mãos para arrancar os peixes das “locas”. Em um desses dias de pescaria, na beira do rio Pardo, seu irmão mais velho voltava para casa com um saco de estopa nas costas, cheio de peixes. Mas uma traíra, ainda viva, fincou os dentes e ninguém conseguia soltar. O rapaz gritava. O sangue escorria e eles se revezavam segurando o saco até chegar em casa. Com a ajuda dos adultos, conseguiram desgrudar o peixe das costas do pescador.

Ainda antes dos quatorze anos, dentro do ônibus, voltando da escola para casa, os meninos viram um tatu no meio da terra arada. O motorista parou para pegar o tatu. Mas os meninos foram mais rápidos e correram atrás do animal como se fosse um deles. De um lado, um; do outro lado, o outro, e em uma correria assistida pelos que ficaram no ônibus, os meninos saíram-se vencedores. Assim que retornaram, o homem que dirigia o ônibus declarou que aquele tatu ficaria com ele. Foi um impasse quase do tamanho da briga entre os meninos e o animal. No final, uma ameaça.

— *Se não me derem esse tatu, não vou levar vocês para casa.*

Os estudantes não pensaram duas vezes. Ficaram ali. Eles e o tatu, o prêmio daquela caçada.

— *Nós andamos muito, mas ninguém tiraria aquele bicho da gente.*

Eles estavam tão orgulhosos de terem conseguido pegar o tatu que nem ligaram para a bronca das mães por causa da sujeira na roupa da escola.

As peraltices dos meninos das usinas eram próprias da idade. Eles caçavam *largatiú*,⁹⁷ inhambu, codornas e pombinhas. Cozinham em trempes, que tinham aprendido a fazer com os mais velhos, pegavam panela escondidos das mães e comiam como se fosse a última refeição. De fato, a carne não era uma rotina alimentar. Era produto de comemorações, mas não faltavam legumes, ovos e outros produtos feitos em casa. Izaquel ainda se lembra da receita perfeita para fazer as pombinhas.

⁹⁷Lagarto Teiú.

— *A gente pegava sal no coxo do gado, limão-cravo no pé e roubava alho da cozinha da mãe. Ficava muito bom.*

Para caçar passarinho eles faziam estilingue com forquilhas tiradas das goiabeiras e pedaços de couro das botinas velhas dos trabalhadores dos canaviais.

— *A gente ficava olhando nos pés dos homens e quando a botina estava muito velha, a gente pedia para fazer estilingue.*

Outra coisa que todos gostavam era de correr atrás do caminhão para pegar melaço. Naqueles primeiros anos, não tinha asfalto na colônia. No começo da noite, o caminhão passava jogando parte do melaço para apagar a poeira. Os meninos, e também as mulheres, ficavam esperando, com uma caneca, para retirar um pouco do melaço ainda quente.

Izaquel não mora mais na usina, mas seu pai ainda está na fazenda, com 75 anos, aposentado, mas ainda trabalhando. O filho tem um segredo guardado até os dias de hoje. Ele nunca teve coragem de contar uma peraltice com muitas consequências. A chuva estava pouca naqueles dias quentes. A terra estava seca. Daquele jeito não era possível fazer o plantio da cana. Todos os dias o senhor Antônio Canoeiro ia ver o pluviômetro para medir a umidade do solo e voltava triste. Fez aquilo por quase três semanas. Izaquel sabia que só poderiam plantar se o nível de umidade subisse e ele não teve dúvida, jogou água no aparelho para deixar o pai feliz.

Foi um transtorno, porque, com base, no pluviômetro o dia seguinte seria bom para o trabalho. O administrador chamou a turma, organizou as atividades, mas teve que dispensar todos. A terra ainda não estava pronta para receber os talos da cana-de-açúcar.

O pai de Izaquel fez de tudo na fazenda. Foi até feitor, por pouco tempo. Uma atividade muito comum nas plantações. Era um homem que ficava supervisionando o trabalho, sempre com muita rigidez. A função dele era tomar conta da turma. Mas muito cedo se tornou fiscal agrícola. O filho fala das habilidades do pai com orgulho.

— *O patrão sempre quer saber quantas toneladas vai colher. Eles tiram algumas canas em amostragem e tem um cálculo que é feito, mas meu pai sabe só de olhar. Ele sempre acerta. Quando não é exato, erra por muito, muito pouco. De olhar, ele sabe qual é a cana, quando foi plantada.*

Aqueles canaviais eram labirintos. Ele ficava o tempo todo andando para baixo e para cima.

Seu Antônio conta como faz até hoje:

— Eu pego o resumo do ano anterior. Então, eu olho para a cana, se ela está ruim, eu dou uma quebra de 5%; se está muito ruim, uma quebra de 10%. Quando está boa, eu repito a medição do ano anterior. Vejo olhando para um “taião de cana”. Ano passado, eu disse que daria 384 mil toneladas e deu 406 mil. Mas tem muitas vezes que a gente acerta certinho.

Entre os trabalhos que faz, o mais exaustivo é quando pega fogo no canavial. Ele contando parece uma tourada.

— Se pega fogo, eu sou imediatamente chamado. Nós vamos em oito, para o local do incêndio, com dois caminhões d’água. Eu rodeio, jogo água no “taião” da frente do fogo. Aí a gente enfrenta, vai no encontro.

Com orgulho, diz que nunca ninguém morreu.

— Não, eu não deixo. Se vejo que não vamos conseguir, coloco todo mundo no caminhão e damos a volta. Atacar por outro lado.

O maior incêndio que apagou, no canavial da São Vicente, foi em 2017. No total, 408 hectares de palha das colhedeadas foram queimados. Ele começou o rodeio para apagar o fogo às onze horas da manhã e voltou para casa às dez horas da noite.

A rotina da safra atualmente não é a mesma de antes. Agora, o plantio é em janeiro; o início da safra, em maio; e, o término, em outubro. Mas não só isso é diferente. Antes eles plantavam uma variedade só. Já de algum tempo, costumam plantar até doze variedades.

— Isso dificulta. A gente entra, abre o caminho, de quatro em quatro sulco de terra, marca de trinta em trinta metros e coloca um bocado de cana para o pessoal plantar.

No caso de Izaquel, depois que tirou a carteira de trabalho, passou por muitas funções na usina. O primeiro serviço dele foi carpir cana. Atividade que não se realiza mais. Ele lembra que, para carpir a cana, era preciso vestir roupas que cobriam todo o corpo, usar lenço no pescoço,

porque as folhas da cana são cortantes como faca. Depois, ele passou a catar cana, fazer o rodeio. O guincho pegava e o que ficava para trás era o rodeio. Normalmente, faziam esse serviço, as mulheres e os mais novos. Durante um tempo, ele trabalhou olhando o cabinho. Depois que o caminhão era carregado, eles tinham que cortar os cabinhos de cana que ficavam para fora.

Quando não estava na lavoura, ele fazia outros serviços na usina. Foi ajudante de servente de pedreiro, pintor e trabalhou na manutenção elétrica. Voltou para a cana, mas, assim que tirou carta, aos 18 anos, foi ser motorista de caminhão.

As mulheres da família, também trabalhavam. Mariúza tinha um posto no escritório da sede. Irani foi cuidar da farmácia. Ela era jeitosa. Muitos não queriam remédio, só queriam alguém atencioso para conversar. E a moça gostava de ajudar a resolver conflitos familiares, sabia ouvir os desabafos e dava bons conselhos. Até injeção, a Irani dava, se precisasse. E ninguém tinha medo da mão dela. Era mesmo jeitosa.

Em janeiro, eles plantavam e só iam começar a colher em abril. Nesse período, ninguém era dispensado naquela época. Todos moravam na fazenda e faziam outros trabalhos. Uns iam para a serralaria, outros pintavam as casas. Os mecânicos cuidavam da frota. Era quase tudo feito manualmente nas décadas de 1970-1980. De manhã, todos se apresentavam e o senhor Antônio Canoeiro distribuía o serviço.

Não é mais assim. A mecanização iniciada no final da década de 1990 mudou a rotina nas fazendas de cana-de-açúcar e usinas. Os dias de hoje deixaram muito longe a época em que existiam os gatos, homens que cuidavam de turmas vindas de outros estados, normalmente Minas Gerais e Espírito Santo. Eram mais de trezentos, quatrocentos homens, que se hospedavam em barracões para ajudar na colheita.

Entre as lembranças que guarda, de uma tem muita saudade: as festas em comemoração ao dia do trabalhador. Tinha campeonatos com prêmios, bicicletas, tênis. Competições de natação, corrida. Tinha música, comida. E pau-de-sebo. Os organizadores do evento colocavam dinheiro na ponta do pau, passavam cera e ninguém conseguia subir. Sempre, no dia seguinte, eles cortavam o pau para retirar a nota de dinheiro.

Mas também, entre todas as festas, uma foi ainda mais especial. Na verdade, essa não foi na Usina São Vicente, onde Izaquel trabalhava. Foi na Usina Santa Elisa. De repente, todos estavam lá, se divertindo, quando o maior jogador de todos os tempos entrou. Ver o Pelé foi algo inesquecível para aquele menino nascido na usina.

Assim como, ainda hoje, se fechar os olhos e se concentrar, ele consegue ouvir a sirene. Aquele som faz parte da identidade cultural da usina. O primeiro chamado era às cinco horas da manhã. Anúncio de que o dia estava começando. Depois, voltava a tocar na hora no almoço e para avisar que o dia de trabalho tinha terminado. O barulho podia ser ouvido a 10, 15 quilômetros de distância. O som era soberano. Carregava em si mensagens de todas as ordens. Começo, meio e fim do dia. Um marco para dividir as tarefas. Um único som para todos.

A cana virou museu

Se, em Ribeirão Preto, o café virou museu, em Pontal, foi a cana. Para chegar até lá, a planta acompanha o visitante dos dois lados da estrada de terra. Ao longe, pode-se ver a chaminé. Como não há nada contemporâneo, além do extenso canavial renovado, que, apesar das safras, anualmente parece sempre o mesmo, a passagem é como um quadro do tempo passado em três dimensões.

Quem é de Sertãozinho diz que o museu está em seu território. Quem é de Pontal, discorda e afirma: o museu é nosso. Um pouco ali, um pouco lá, o antigo Engenho, que virou Instituto Cultural e abriga o Museu da Cana, é do País. Sua importância extrapola a localidade, ao guardar uma história que é brasileira. No livro,⁹⁸ ou no *site*,⁹⁹ as narrativas convidam a um passeio pelo local, santuário da indústria da cana-de-açúcar.

Na chegada, ainda está lá a casa onde toda a família Balbo residiu. Mais à frente, o complexo industrial exibe seus tijolos que, aparentes,

⁹⁸Organizado por BIAGI, Edilah Lacerda. **Engenho central e fazenda Vassoural**. 2014.

⁹⁹Disponível em: <https://www.museudacana.org.br/museu>.

não escondem o tempo. Dentro, somente o silêncio revela o barulho da atualidade. O maquinário desligado é, agora, peça de museu. A vida que movimentava o lugar vem das histórias que os monitores contam. Muitas vezes vem das próprias memórias dos que visitam o lugar. Alguns simplesmente estão voltando ao local onde trabalharam ou viveram. Outros são por eles levados.



O projeto de transformar a antiga instalação em um moderno museu é um sonho da família Biagi materializado a partir da doação, em 2005, do patrimônio industrial ao Instituto Cultural Engenho Central, especialmente criado para seguir com a gestão do espaço.

Uma volta e ao redor, concentrado, o maquinário revela o mundo. Peças vindas da Escócia, na década de 1880, apresentam-se soberanas. A moenda a vapor, os cozedores, cristalizadores e ensacadores. Ali também, organizados do mesmo jeito, semeadeiras, bombas de abastecimento, barris para beneficiar e purificar o açúcar, recipientes para o transporte de aguardente. Outros dois

objetos emprestam romance ao lugar. O carimbo, que identificava as sacas de açúcar com a marca do Engenho, e o velho relógio, resistentes, simbolizam que, entre o hoje e o ontem, só existem as histórias vividas.

Quando a agricultura vira show

O palco não é só para a cana, mas ninguém pode negar que ela é uma das vedetes da Agrishow, feira internacional de tecnologia agrícola e ação



que acontece anualmente na cidade de Ribeirão Preto, desde 1993. As vinte primeiras edições dessa festa da agricultura já estão impressas em livro comemorativo.¹⁰⁰

Nele, **Maurílio Biagi Filho** assina a apresentação e se coloca como membro nato do agronegócio e não omite sua labuta desde a infância no

¹⁰⁰ *Agrishow - 20 anos de história*. Tudo Certo Produções. 2013

setor canavieiro. Presidente da feira naquele ano de 2013, o empresário narrou a trajetória da incerteza nos primeiros anos, e as convicções firmadas em contrato de concessão do espaço na Fazenda Experimental do IAC até 2042.

A dimensão da feira está em seus números. Ao divulgar a edição de 2018, os organizadores anunciaram tratar-se da maior feira de tecnologia agrícola da América Latina e uma das três maiores do mundo. Quando cada edição termina, a imprensa apresenta os resultados, sempre crescentes. Em 2017,¹⁰¹ a feira movimentou R\$ 2,204 bilhões em negócios, 13% mais do que na edição do ano anterior.

¹⁰¹Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/agrishow/2017/noticia/agrishow-anuncia-r-22-bilhoes-em-volume-de-negocios-e-defende-retomada-do-setor-agricola.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2018.



E se não fosse a cana

a contribuição econômica e social da cana-de-açúcar

ERA PRECISO CONTAR A TODOS O QUE O SETOR SUCROALCOOLEIRO ESTAVA FAZENDO. Havia, naquele momento, um endurecimento em relação aos usineiros. O conceito nunca era proferido sem carregar em si uma variação imensa de sentidos. A experiência midiática vivida no período do Proálcool tinha deixado heranças, nem todas positivas, ao setor. Foram inevitáveis, naquele período, debates fracionados colocando, em alguns momentos, uns contra os outros. Os proprietários de carro a álcool, a indústria automobilista, o governo, a imprensa, os ambientalistas, os empresários produtores, os agricultores. Eram muitos os personagens que protagonizavam a história, originalmente, da cana, e, sequencialmente, de todos os seus derivados. Os embates eram econômicos, sociais e muito claramente políticos.

De outro lado, tinha a queimada da cana-de-açúcar ocupando todas as pautas. Um empasse que os empresários demorariam para resolver. O antagonismo estava posto de todos os lados. Com a queima, ganhavam destaque os problemas ambientais, os eventuais prejuízos com a saúde. Com a mecanização, havia o receio do desemprego. Toda essa fricção exacerbava o campo. Muitas informações eram disponibilizadas. Às vezes, a favor; às vezes, contra o setor sucroalcooleiro.

Uma campanha intitulada “E se não fosse a cana”, assinada pela Associação dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo, ocupou os canais de televisão.¹⁰² Os muitos comerciais produzidos, 52, no total, foram ao ar no período de maio de 1996 a dezembro de 1997. Os vídeos registraram os números, os feitos, os personagens, daquela história que era do Brasil. O apresentador **Ulmir Guimarães** entrava em cena, apresentava o tema, e encerrava perguntando ao expectador: E se não fosse a cana?

Ao revisitar os vídeos, um a um, se vê, nitidamente, uma estratégia de aproximação. Mas, segue aparente o retrato de um momento histórico. Nos dois primeiros boletins da campanha, o anúncio do início da safra. O comerciante **Antonio Belarmino** fala sobre a expectativa do comércio. **Maria José Freitas** compara a época com a do Natal. A cortadora de cana **Ana Nascimento** declara que seu rendimento vem do canavial. **Adilson Reis da Silva** não esconde seu desejo de construir uma nova casa. E o apresentador pergunta: E se não fosse a cana?

Evaristo Eduardo Miranda, então coordenador do Núcleo de Monitoramento Ambiental por Satélite, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), esclarece que *a cana possui uma massa vegetal muito maior do que qualquer outra cultura. Cerca de 200 toneladas de carbono por hectare. Fazendo o cálculo para toda a região do município de Ribeirão Preto, a cana representa, hoje, um milhão de toneladas a mais de carbono na vegetação. No momento em que se preocupa muito com o chamado efeito estufa, nós temos, no caso da cana, um dos exemplos mais expressivos de um anti-efeito-estufa.*

Em uma segunda participação, o coordenador da Embrapa declara que *toda a agricultura causa impacto ambiental. Por que o natural não é a cultura. O natural é a natureza, é a floresta, é o cerrado. O caso da cana é muito interessante, por que é uma das culturas que cria um dos menores impactos ambientais dentro da agricultura. Eu creio que 95% dos casos, as alternativas de substituição da cana causam muito mais impacto ambiental para o meio ambiente, para a fauna e para a saúde humana.*

Com a cidade de São Paulo como cenário, e destaque para o trânsito sempre intenso da capital, o apresentador anuncia que 75% dos motoristas

¹⁰²Pesquisa no acervo em DVD de Adriana Silva com cópias de todos os vídeos produzidos, 54 boletins no total. 1987.

paulistanos sabem que o álcool polui menos. Moradores, como **Érick Paraense**, **Ronaldo da Silva Fernandes**, lamentam a poluição e certificam que, com o carro a álcool, o ar da cidade fica melhor. O consultor de Tecnologia Ambiental, **Gabriel Murgel Branco**, um dos criadores do Programa de Controle de Emissões Veiculares (Proconve), esclarece que *o álcool é um dos combustíveis mais importantes no controle de poluição, especialmente aqui em São Paulo. É um produto químico muito menos agressivo à saúde, porque ele é menos tóxico. Se não existisse o álcool, os carros a gasolina estariam produzindo pelo menos o dobro do que poluem hoje. O álcool é um produto químico muito menos agressivo à saúde e à qualidade do ar, como um todo. Outros produtos, como derivados de petróleo, contêm compostos aromáticos e muitas vezes esses compostos são mutagênicos e cancerígenos. O álcool não tem esse problema.*

Em outro momento da campanha, antes da pergunta: E se não fosse a cana? nova assertiva ocupava a tela da televisão: *Sem agricultura não há riqueza.* Em um dos institucionais, o apresentador partilha dados dos tributos gerados pelo setor. *Vamos mostrar por que a região de Ribeirão Preto é considerada a mais rica do País. Com a contribuição da cana, cada ano de impostos arrecadados daria para manter toda a estrutura física da polícia militar de Ribeirão e região por 160 anos. É segurança para o resto da vida.*

Nessa mesma linha, outros vídeos expuseram os números da tributação gerada pelo setor. Um ano dos impostos gerados pela cana, em Ribeirão Preto, era suficiente para construir 130 mil casas de 60 metros. Outra possibilidade era usar essa arrecadação para cobrir o orçamento do Hospital das Clínicas da cidade, por 15 anos.

Em institucionais sobre a transformação do bagaço em energia, foi informado que *as usinas da região de Ribeirão Preto eram autossuficientes na produção da energia elétrica. Com o bagaço da cana, elas produziam toda a energia para o seu consumo interno e o excedente saía direto para a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL).* Ao final, o apresentador era enfático: *Construir usinas nucleares, ou investir alto em hidrelétricas, colocam em risco a saúde e o bolso de nossa população. Já que a alternativa mais barata é essa aqui: a luz que vem da cana.* **Antonio Luiz Moretti**, então gerente regional da CPFL, certificou que *a conta de excedente de energia elétrica gerada através do bagaço da cana representa uma economia*

equivalente a 100 milhões de dólares e seria o custo para a construção de uma usina hidrelétrica.

Alguns dos vídeos produzidos recorreram a profissionais pesquisadores, como o professor do Departamento de Patologia Clínica da Universidade de São Paulo (USP), **Gyorgy Miklos Bohm**: *Nossos estudos mostraram que a matéria particulada é das mais tóxicas de todas. E esse material é produzido principalmente pelo óleo diesel, um pouco pela gasolina e praticamente nada pelo etanol.* Outro pesquisador foi **Volker J. H. Kirchhoff**, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). *Um dos aspectos mais positivos da cana-de-açúcar é que ela representa um velho sonho da humanidade, de se obter dela a energia renovável. Hoje em dia, utilizamos a energia proveniente do petróleo; essa riqueza vai ser completamente gasta e será necessário que a humanidade procure uma nova fonte de energia. Antes de questionar: E se não fosse a cana? uma outra assertiva: cana é a energia renovável que se planta.*

Com foco na tecnologia, um dos institucionais apresentou o pesquisador científico do IAC, **Marcos G.A. Landell**: *Dentre as lavouras de maior importância, no estado de São Paulo, a cana-de-açúcar é uma das que menos problemas causa para o solo. Estudos indicam que as perdas por erosão são bastante pequenas, principalmente ao longo das colheitas. O que se observou foi a implantação do alto nível tecnológico na lavoura canavieira. A cana-de-açúcar encontra-se a caminho de se tornar uma das lavouras mais naturais que existem. Aproveitando inclusive os resíduos industriais da própria agroindústria, como a vinhaça e a torta de filtro. E essa reciclagem de produtos permitiu que houvesse um aumento da produtividade da cana-de-açúcar.*

A campanha, que ficou no ar por muitos meses, dialogou com as demandas do mercado. Mais próximo do fim da iniciativa, houve um empenho em mostrar para o consumidor que o carro a álcool era muito mais vantajoso do que o movido a gasolina: *As importações de petróleo continuam comprometendo a balança comercial do Brasil. Ajude a diminuir essa dependência, transforme o motor de seu veículo de gasolina para o álcool. Você ganhará sempre mais de 30% na diferença de preços entre os combustíveis. Essa diferença vai para o seu bolso, e você ajuda o Brasil a economizar dólares. Consuma o álcool combustível, mais barato, menos poluente e gera empregos para os brasileiros. O Brasil precisa importar petróleo*

para fazer a gasolina, por isso a gasolina será sempre mais cara. Liberte o Brasil dessa dependência. Transforme o motor do seu carro de gasolina para álcool. O álcool será sempre a economia de dólares para o Brasil. O álcool será sempre mais barato do que a gasolina. O álcool continuará sempre a dar emprego para os brasileiros. Lembre-se: O álcool será sempre mais barato que a gasolina. Bom para o seu bolso e bom para o Brasil.

E se não fosse a cana no século 21

Algumas relações são inevitáveis, como, por exemplo, a estabelecida entre o engenheiro-agrônomo, mestre e doutor em administração, **Marcos Fava Neves**, professor titular do Departamento de Administração da Universidade de São Paulo (USP-RP) e o setor sucroalcooleiro.

Autor do projeto Caminhos da Cana, criado em 2014 e finalizado em sua primeira fase, em 2017, ele coleciona experiências de pesquisa e vivências no campo. Entre as histórias que compartilha, uma é especial.¹⁰³ Distante de Ribeirão Preto, mas significativa para ilustrar o potencial da cana-de-açúcar, a narrativa do pesquisador revela a transformação do município de Quirinópolis, no estado de Goiás, a partir do agroinvestimento.

— *Ao longo do tempo, o agronegócio pode transformar econômica e socialmente uma região.*

A relação de Marcos Fava Neves com o setor ultrapassa 25 anos e a quantidade de dados coletados o coloca no centro da produção do conhecimento sobre o comportamento da agricultura e indústria canavieira no Brasil. Nesse período, muita coisa mudou, em especial, a partir de 2003, quando o setor sucroenergético passou a receber a atenção dos investidores estrangeiros. Algumas explicações para essa interferência podem ser evidenciadas. A primeira delas é que a produção do petróleo nunca deixou de ser uma ameaça. A falta de controle da fixação do preço do produto

¹⁰³Entrevista cedida à jornalista Adriana Silva, em abril de 2018, especialmente para o livro.

deixa as nações vulneráveis e crises nessa área ocupam frequentemente a pauta dos líderes de todo o mundo.

Nesse sentido, o etanol brasileiro mostrou-se muito competitivo, em comparação com outras fontes de energia utilizadas no exterior. Com a perspectiva do Brasil como o grande produtor de etanol, recursos de várias empresas transnacionais foram investidos em parcerias, no formato *Joint Venture*, a junção de companhias com o objetivo de realizar atividades econômicas comuns, por determinado tempo.

Foi o caso, em 2011, de uma *joint venture* entre as usinas São João, da família Ometto, e a multinacional Cargil, no município desde 2005, que se juntaram na SJC Bioenergia, com área de atuação em Quirinópolis. Logo no começo, houve alguns processos decorrentes de denúncia de precarização das condições de trabalho e o pesquisador Marcos Fava foi chamado para colaborar na elaboração de relatórios para mostrar o benefício do modelo econômico e da instalação da empresa na região.

— *O caminho foi levantar dados de desenvolvimento do município, antes e depois das usinas, entrevistando prefeitos, gerentes de bancos, representantes de entidades civis, sindicatos, associações, movimentos sociais, entre outros.*

O documento elaborado reuniu informações abrangentes o suficiente para reverter as denúncias no judiciário brasileiro.

— *A instalação dessas unidades desenvolveu muito a região, com seus produtores integrados de cana e, com isso, quebramos alguns argumentos carregados de uma visão antiquada de mundo e algumas ideologias ainda.*

Os indicadores utilizados pelo pesquisador mostraram ao Brasil e ao mundo, por meio de artigos científicos publicados em vários periódicos das áreas de administração e agronegócio, que a agroindustrialização pode promover a transformação de uma região pobre.

Antes da chegada das usinas, Quirinópolis tinha 800 empresas, pouco tempo depois da instalação das duas usinas, a cidade passou a ter 3.300 empresas, desde hotéis, academias, pastelarias, empresas de material de construção e outras, que se movimentam a partir dos recursos gerados pela agroindústria e seus salários.

— *Muita sorte deu quem comprou terrenos urbanos na cidade e propriedade nas áreas rurais da região de Quirinópolis.*

Um hectare, que valia, antes, aproximados seis mil reais, em 2005 passou a valer 25 mil reais. Quatro vezes mais do que os valores nominais. Um pequeno terreno urbano pulou de 20 mil reais para 120 mil reais. Em relação ao grupo SJC Bioenergia, cinco anos depois, Marcos Fava Neves voltou a conversar com os produtores, na abertura de safra, durante uma palestra para 150 produtores integrados e suas famílias.

— *Fiquei contente em ver como cumpriram os planos de crescimento num momento tão difícil, que o Brasil praticamente retrocedeu na produção de cana, e o grupo foi de quatro para nove milhões de toneladas equivalentes de cana. Eles produziram, nessa safra que está terminando agora no final de março de 2018, 167 milhões de litros de etanol, 375 mil toneladas de açúcar e 273 megawatts/hora de eletricidade onde antes eram pastos. São 3.600 trabalhadores vinculados à SJC, sendo 2.800 na área agrícola e uma massa salarial mensal de 21 milhões de reais, que são gastos na região.*

Dois números chamam a atenção do pesquisador. O grupo recolhe mensalmente 23 milhões de reais para serem gastos em obras públicas, educação, saúde e em outros serviços, pelo governo em suas três esferas e paga 21 milhões em salários que movimentam as empresas de Quirinópolis e da região.

Entre as inovações, houve investimento para o processamento de milho também na usina de cana. As chamadas usinas *flex*. Esse investimento gira em torno de 50 milhões de dólares. São usinas onde entra o milho de um lado e a cana-de-açúcar de outro. A partir do processo de fermentação, elas se juntam e aproveitam a mesma estrutura industrial. O interesse nesse mecanismo é que uma tonelada de milho, quando processada, gera também 400 litros de etanol. A usina passa a ter o etanol originado da cana e do milho, que gera 300 quilos do chamado DTG, um composto proteico parecido com o bagaço utilizado na alimentação animal. Essa operação industrial gera também, outros 70 quilos de um proteinado seco, que pode ser utilizado na alimentação animal e 15 litros de óleo.

— *As vantagens dessa usina é que você usa o mesmo espaço, a mesma equipe gerencial e reduz a ociosidade. O processamento do milho pode funcionar 340 dias por ano enquanto que o da cana é de 260 dias, e você compartilha parte da unidade industrial para as duas entradas diferentes de matéria-prima.*

A SJC Bioenergia moeu 300 mil toneladas de milho em 2017 e tem condições de ampliar para 500 mil toneladas. Com esse processamento, é possível gerar oportunidades de plantio de 60 a 100 mil hectares de milho na região, tirando o peso de transporte.

— *Faz o milho ali, já joga para a usina e ela gera os subprodutos que, dentro dos mais modernos conceitos da economia circular, esse grande volume de material proteico, subprodutos do processamento, serve de ração animal e estimula a pecuária de corte, confinamento e de leite, ao redor da usina, ou no município, usando alimentação do gado produzido localmente. E também todo esse esterco gerado a partir da produção de leite e do confinamento pode ser tratado e volta à cana e ao milho como fertilizante.*

Esse exemplo de economia circular e de sustentabilidade é apontado pelo pesquisador como um dos ganhos mais significativos nessa nova operação utilizada pela usina *flex*.

— *Você produz o milho ali, faz o etanol, gera os subprodutos do processamento do milho, que vai para o gado. Do gado, vai para o esterco. O esterco vai para a fertilização da própria cana e do milho e você exporta produtos de insumos trabalhados na própria região, o que aumenta a saída com menos entrada de insumos, melhorando o saldo.*

Um bom resultado é um excelente elemento para gerar outros bons resultados. O ânimo com a safra de cana e milho, está incentivando novos investimentos em confinamento e produção de leite na região para criar, capturar e gerar renda.

Entretanto, com base nas pesquisas de **Marcos Fava Neves**, no passado, o Brasil chegou a ter quase quinhentas unidades entre engenhos, usinas e destilarias para produção de açúcar, etanol, cachaça e uma série de outros derivados. De grande, médio e pequeno portes. Atualmente (2018), há um número aproximado de trezentas e oitenta unidades industriais.

— *Muitos fecharam porque quebraram. Outros porque era eficiente fechar, já que havia uma outra usina próxima e a cana foi direcionada para essa usina. Houve uma queda do número de unidades no Brasil nos últimos 10, 15 anos.*

Ao analisar a inserção do setor sucroalcooleiro no campo da economia e das questões sociais, no Brasil, o pesquisador alerta para a necessidade de se considerar sempre os empregos diretos e indiretos.

Com dados retirados do relatório de Quirinópolis, duas usinas, que produzem 9 milhões de toneladas de cana, empregam 3.800 pessoas. Ponderando, o setor deve empregar, envolvendo as áreas de produção e agrícolas, que estão diretamente relacionadas ao negócio da cana, aproximado 1 milhão de pessoas. Somando as vagas indiretas, que trabalham para que essas organizações funcionem, é possível contabilizar de 3 a 3,5 milhões de empregos.

Da cana fez-se a luz: plástico, remédio e até diamante

Imagine transformar uma planta chinfrim, como a cana-de-açúcar, na pedra preciosa mais cara e resistente que existe? Essa foi a pergunta da revista *Superinteressante* em edição de outubro de 2016. Da cana, já se fazia caldo, açúcar, rapadura, aguardente, álcool, plástico, remédio, energia elétrica, papel, adubo e tantos outros produtos, mas diamante era novidade. Em Cuba, por exemplo, o aproveitamento da planta é surpreendente, eles anunciam 35 derivados.¹⁰⁴ Entre eles, produzidos a partir do bagaço, estão a madeira, a fralda e o absorvente. Até fuligem é transformada em adubo, na ilha que produz 10% do petróleo que precisa. Um quinto da área agrícola em Cuba é coberta por canaviais, responsáveis pela produção de 10% do açúcar absorvido pelo mercado mundial.

Mas o destaque nos últimos anos tem sido para a produção do PPG, um medicamento utilizado para combater o colesterol, diminuir os riscos de infarto e aumentar a disposição. Exportado para quatorze outros países, esse remédio deu destaque para a ilha, sempre tão controversa em suas questões políticas.

¹⁰⁴Programa Especial produzido pela EPTV Ribeirão: Terra de Engenho, 2006. DVD do acervo da jornalista Adriana Silva sobre o setor sucroalcooleiro.

Mas de volta ao diamante, a resposta é sim. Cientistas da Universidade Estadual de Campinas, do Inpe e da Universidade São Francisco (USF), em São Paulo, descobriram como transformar a cana em diamante.

Com essa pedra preciosa artificial, é possível¹⁰⁵ pensar na permanência de um robô em Marte colhendo substâncias para estudos sobre a probabilidade de vida no planeta. A Agência Espacial Norte-Americana (Nasa) mostrou interesse na patente das brocas feitas de diamante, derivado da cana, em 2000, quando os criadores do processo divulgaram a proeza. A vantagem dessa operação é que não provoca contaminação, nem variação de temperatura.

Segundo um dos criadores da pedra, o químico **Steven Durrant**, o processo que possibilita a criação do diamante é denominado Chemical Vapor Deposition (CVD). Trata-se da aceleração do crescimento por meio da injeção de gases que contém carbono e hidrogênio em um reator com atmosfera rarefeita. Da cana, eles fazem o álcool etílico, depois são extraídos átomos de carbono líquido e, por último, montam esses átomos, unindo um ao outro, na forma de um diamante. O problema ainda é a lenta conclusão do processo e obtenção do diamante.

No campo da produção de energia vinda do bagaço da cana-de-açúcar, não há problema. Os números apontados pelas pesquisas de Marcos Fava Neves são expressivos.¹⁰⁶

— É uma Itaipu ou três Belo Monte, é isso que nós temos condições de produzir hoje. O Brasil pode gerar 13 mil megawatts médios de energia da cana-de-açúcar. Um número realmente impressionante.

A energia da cana é limpa, produzida a partir da queima de uma matéria verde que extraiu carbono para o seu crescimento. Esse produto está sendo exportado para vários lugares do mundo. Empresas no Brasil estão compactando essa biomassa da cana, o bagaço, como se fossem tijolos bem prensados, que são exportados e queimados no Japão, por exemplo, para produzir energia elétrica limpa.

¹⁰⁵Jornal da Unicamp, fevereiro de 2000. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/fev2000/pagina9-Ju149.html. Acesso em: 22 abr. 2018.

¹⁰⁶Entrevista cedida por Marcos Fava Neves à jornalista Adriana Silva, em abril de 2018, especialmente para o livro.

Os produtos derivados da cana-de-açúcar promovem economia significativa, mesmo movimentando menos de 5% do faturamento da usina, que tem o açúcar, o etanol e a eletricidade como as principais fontes de recursos.

O olhar do mundo voltado para o Brasil na área de bioeletricidade tem uma explicação, para o pesquisador, que diz tratar-se dos negócios mais respeitados que o País tem no exterior.

— *Eu tenho tido a chance de viajar muito para falar, e o setor que reúne o etanol, a bioeletricidade e a cana é um dos mais respeitados do Brasil no exterior. Por que vem sobrevivendo há décadas, gerando uma parte importante da energia que o Brasil precisa.*

O meio ambiente não adverte: RenovaBio

Durante um tempo, a queimada da cana-de-açúcar protagonizou impasses em relação ao meio ambiente. Com o fim dessa prática e os resultados de muitas pesquisas realizadas por instituições de vários setores, o papel do canavial assumiu outra posição. Reportagem publicada na revista *Nature*,¹⁰⁷ comparando as condições climáticas entre cidades que têm extensas áreas de canaviais, e aquelas com áreas predominantemente ocupadas pela pastagem, mostra que a temperatura no primeiro caso é mais baixa um grau e meio do que no segundo.

As mudanças climáticas estão na pauta mundial e o setor sucroenergético figura com olhares de atenção. Durante a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, a Coopersucar S.A.¹⁰⁸ foi uma das poucas

¹⁰⁷Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/espanol/author/nature-magazine/>. Acesso em: 22 abr. 2018.

¹⁰⁸Reportagem exibida pelo Jornal Nacional entrevista o então presidente da Coopersucar sobre a participação da entidade na Eco-92. Acervo em DVD da jornalista Adriana Silva sobre o setor. 1992.

empresas convidadas a montar um estande no interior do evento para partilhar seus resultados de pesquisa a favor do meio ambiente.

Naquele ano, 160 líderes de nações assinaram a Convenção Marco sobre Mudanças Climáticas. Também foi incluída meta para que os industrializados mantivessem sua emissão de gases-estufa, em 2000, aos níveis de 1990.¹⁰⁹

Três anos depois, outro documento alertava sobre a emissão dos combustíveis fósseis. A proposta foi o entendimento científico dos impactos da mudança do clima nos sistemas naturais, manejados e humanos e a capacidade de adaptação desses sistemas e sua vulnerabilidade.

O Protocolo de Kyoto (1997) dispôs, pela primeira vez, que os países do Norte deviam reduzir suas emissões. Os detalhes foram discutidos em Haia, entre 13 e 24 de novembro daquele ano, na VI Conferência das Partes. Em 2005, na Alemanha, a Carbon Expo 2005 destacou o compromisso das nações industrializadas em reduzir as emissões em 5,2% — em relação aos níveis de 1990 — para o período de 2008 a 2012. Esse acordo representou uma dilatação de prazo, tendo em vista a não concretização das metas pelos países signatários. Esses deveriam mostrar progresso, no ano de 2005. Depois, a expansão do prazo passou para 2015, indo para 2020 e, agora, para 2030.

Quanto ao Acordo de Paris, aprovado por 195 países que se comprometeram a reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), no contexto do desenvolvimento sustentável, o setor sucroenergético brasileiro foi também um ator ativo. O compromisso macro ocorreu no sentido de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de concentrar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Para alcançar o objetivo do acordo, os governos se envolveram na construção de seus próprios compromissos, a partir das chamadas

¹⁰⁹Os dados apresentados neste texto foram pesquisados em: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). **Relatório sobre mudanças climáticas**, 2007. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Acordo de Paris**. Disponível em : www.mma.gov.br. Acesso em: 2 abr. 2018.

Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDC, na sigla em inglês). Por meio das iNDCs, cada nação apresentou sua contribuição para reduzir as emissões dos GEE, seguindo o que cada governo considera viável a partir dos cenários social e econômico locais.

O processo de ratificação do Acordo de Paris, no Brasil, ocorreu em 12 de setembro de 2016, após a aprovação pelo Congresso Nacional. No dia 21 de setembro, o instrumento foi entregue às Nações Unidas. A iNDC do Brasil tem escopo amplo, que inclui mitigação, adaptação e meios de implementação e corresponde a uma redução estimada em 66%, em termos de emissões de GEE por unidade do Produto Interno Bruto (PIB) (intensidade de emissões), em 2025, e em 75% em termos de intensidade de emissões, em 2030, ambas em relação a 2005. O Brasil, portanto, reduzirá as emissões de GEE no contexto de um aumento contínuo da população e do PIB, bem como da renda *per capita*, o que confere ambição a essas metas.

O pesquisador Marcos Fava Neves,¹¹⁰ por demanda da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), uniu sua equipe da Faculdade de Economia e Administração da USP de Ribeirão Preto e do Markestrat, centro de pesquisa criado em 2004, especialmente para estudar o agronegócio, e elaborou um planejamento estratégico para a cadeia produtiva do setor sucroenergético, projetando as dimensões desse campo para o ano de 2030, sob a perspectiva dos investimentos e da agenda necessária para o cumprimento do Acordo de Paris.

Algumas perguntas nortearam a pesquisa realizada em 2017. Ao buscar respondê-las, foi preciso projetar a dimensão do setor em 2030 para atender aos compromissos de sustentabilidade. Ao fazer isso, a equipe deu um salto histórico.

— *O compromisso assumido pelo Brasil gerou uma meta de produção para 2030. O setor terá que produzir 54 bilhões de litros de etanol para misturar na gasolina e ser usado como hidratado e, com isso, contribuir com a questão do aquecimento global, sequestrando gás carbono do nosso ambiente e se consolidando como fonte renovável.*

¹¹⁰Entrevista cedida por Marcos Fava Neves, em abril de 2018, especialmente para o livro. Mais detalhes sobre o tema, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=D9sKGi9ArRs>. Acesso em: 22 abr. 2018.

Essa não foi a primeira experiência do setor sucroenergético. Planos como esse, para dimensionar a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, já foram realizados em outros momentos. A crença dos pesquisadores e técnicos de que é possível alcançar a demanda está pautada em duas outras experiências históricas. Primeiro, em 1975, com o Proálcool e, depois, em 2003, com a apresentação do carro com motor *flex*, que admite o uso do etanol e da gasolina. A diferença, dessa vez, em relação às anteriores, é a motivação. Se, na primeira iniciativa, o desejo era buscar a soberania do Brasil diante das ameaças de não fornecimento do petróleo, na segunda, era uma estratégia, a partir da tecnologia, para o reaquecimento do uso do etanol como combustível. Nesse terceiro momento, o que motivou a projeção elevada foi o debate global em busca da sustentabilidade.

A meta para a produção do etanol foi demanda do governo e o próprio setor estimou outros objetivos. Aumentar a produção do açúcar para 46,37 milhões de toneladas e gerar 76TWh de bioenergia em 2030.

Com metodologia própria, o grupo organizou os problemas do setor em segmentos relacionados à produção, produtos e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); comunicação; distribuição e logística; coordenação e adequação institucional; e capacitação e recursos humanos. São as equações do método, sustentadas em referenciais teóricos, que permitem a objetividade de Marcos Fava Neves ao expor que, para atingir a meta, serão precisos 942,75 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ciclo em área cultivada de 11,78 milhões de hectares, com renovação anual em torno de 20%.

Passo seguinte, os pesquisadores avaliaram quanto teria que ser investido até 2030, no setor sucroenergético, para atendimento do acordado em Paris. Mais uma vez, seguindo as equações, o valor calculado, com base em números de 2017, foi de 31,4 bilhões de dólares. Desse total, 4,6 bilhões de dólares destinados à formação de canavial e 26,8 bilhões de dólares a serem investidos nas agroindústrias.

Para sustentar essas assertivas, o grupo tomou como base a produção de 100 toneladas de cana por hectare. O que significa projetar, considerando a safra de 2015/2016, que gerou 8,65 milhões de hectares (Companhia Nacional de Abastecimento - Conab), uma expansão, em 2030, para 11,78 milhões de hectares. O Centro de Cana do IAC, situado em Ribeirão

Preto, é um dos principais polos de pesquisa e desenvolvimento na área fitotécnica da cana-de-açúcar, no Brasil e no mundo, ou seja, aquela que trata de tecnologias vinculadas à área agrícola. Ele ressalta a necessidade de acelerar a adoção, pelos produtores de novas tecnologias agrícolas, para que haja uma verticalização da produtividade agrícola e, assim, o volume de cana e seus produtos, destacados por Fava Neves, possam ser alcançados. Tecnologias como novos cultivares e estratégias de redução de exposição dos canaviais a déficit hídrico, são algumas dessas que poderão impactar a produtividade em aproximadamente 35%, em uma década, conforme destaca **Marcos G. A. Landell**, coordenador do Programa Cana IAC.

— *Com essa lógica, a projeção é de novas 80 usinas produzindo cada uma 3,7 milhões de toneladas.*

Os números mais expressivos ressaltados por Marcos Fava Neves são os do PIB e os da geração de tributos. No primeiro caso, ele salta de 43,4 bilhões de dólares, em 2013, para 74,5 bilhões de dólares, em 2030. Quanto à arrecadação de tributo, sai de 8,5 bilhões de dólares, em 2013, e mais do que dobra, em 2030, com 19,2 bilhões de dólares.

— *É importante esclarecer que esse tributo não é decorrente de aumento de alíquotas e sim de produção.*

A partir dos problemas já apresentados, seguindo a metodologia adotada, o grupo montou uma agenda estratégica, sustentada em ciclos de crescimento e organizadas em três pilares: o econômico, o da sustentabilidade e o social.

Em relação ao econômico, o destaque fica para a aceleração do PIB brasileiro; a melhora da balança comercial, já que se exportará mais açúcar e se importará menos gasolina; a melhoria na arrecadação de impostos nas três esferas; e a promoção da interiorização do desenvolvimento do Brasil, movimentos de outras cadeias produtivas.

Abaixo do pilar ambiental da sustentabilidade, o planejamento estratégico da cadeia produtiva da cana-de-açúcar apresenta como possibilidade vantajosa o cumprimento das metas estabelecidas em 2015, na reunião de Paris, destacando o Brasil como país verde e criando possibilidades comerciais *Low Carbon Country*; melhoria na qualidade do ar nas grandes concentrações urbanas, advinda das menores emissões do

etanol; as melhorias já reveladas em pesquisas quanto à saúde pública; a conservação de áreas agrícolas reservadas para outros recursos naturais; a geração de energia no local onde é consumida; e a utilização de fontes de energia renováveis e limpas da biomassa.

Vinculado ao pilar social da sustentabilidade, aparece o benefício com a geração direta de empregos, projetados para novos 80 mil diretos e 240 mil indiretos, com boa remuneração; possibilidade da revolução dos municípios, com o aumento dos impostos advindos do aumento da produção e a inserção social proporcionada pela distribuição de renda; o empoderamento local, e o empreendedorismo a partir do suprimento de cana com produtores integrados.

Renovar é preciso, assim como navegar: de volta ao começo, com Fernando Pessoa

A plateia estava completa. A mesa de autoridades, representativa. Ao lado do presidente da República, **Michel Temer**, estavam o ministro de Minas e Energia, **Fernando Coelho Filho**; o presidente do Fórum Nacional Sucroenergético, **André Rocha**; a presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), **Elisabeth Farina**; o prefeito de Ribeirão Preto, **Duarte Nogueira**; e o presidente da Datagro Consultoria, **Plínio Mário Nastari**.

Aqueles homens e mulher reuniram-se em Ribeirão Preto, no dia 14 de março de 2018, para o evento de abertura da safra de cana-de-açúcar. Na pauta do encontro, as perspectivas para o ano e, com destaque, a assinatura, pelo Presidente da República, do Decreto 9.308, regulamentando a Lei 13.576, sancionada no dia 26 de dezembro de 2017, dispondo sobre a Política Nacional de Biocombustível, chamada pelo setor sucroenergético de **RenovaBio**.

Renovar os compromissos, as metas, os objetivos. Renovar, principalmente, a certeza de que a produção de açúcar, etanol e energia, a partir da cana-de-açúcar, movimentam o País. Os números são do consultor, **Plínio Nastari**.¹¹¹

¹¹¹Entrevista cedida pelo consultor Plínio Mário Nastari, especialmente para este livro, em 29 de abril de 2018.

- *A renda gerada por hectare de cana-de-açúcar é superior a outras culturas, no Brasil. Um hectare por ano ocupado pela pecuária extensiva, no País, gera uma renda entre 800 a 1.100 reais. A renda de milho, nas mesmas condições, é de 2.400 a 2.600 reais. A soja, por sua vez, por hectare/ano, gera 3.500 a 3.600 reais. Quando o agricultor usa o mesmo hectare para duas culturas em um ano, soja na safra do verão e milho na safrinha, pode gerar 6 mil reais por hectare/ano. Já a renda da cana-de-açúcar é de 10.500 a 11 mil reais por hectare/ano.*

Nastari estuda o setor há anos. Tem os números na ponta da língua. Fala de pronto. Por isso, é rápido ao afirmar que a renda gerada pela cana é utilizada para empregar e pagar muita mão de obra, diferente de outras culturas.

— *A renda da cana é distribuída por um contingente de mão de obra muito maior do que as culturas anteriormente citadas. É uma renda que acaba sendo alocada para atividades de comércio e pequenas indústrias. Nas cidades onde se desenvolve o setor sucroenergético, isso gera um efeito multiplicador muito grande, estimado na ordem de 12 a 14 vezes maior do que outras atividades agrícolas.*

Para exemplificar, ele cita localidades desenvolvidas a partir da força do setor. Além de Ribeirão Preto, outras, ainda, como São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e, mais recentemente, o Triângulo Mineiro, sul de Goiás e sul do oeste do Mato Grosso do Sul.

Plínio usa o adjetivo gigante para identificar o Brasil nessa área e contrapõe as realidades brasileira e americana.

— *O Brasil usa o bioetanol de maneira significativa, desde a implementação do Programa Nacional do Álcool, em 1975, a criação da frota flex fuel possibilitou que atingisse a substituição de 41,2% da gasolina, recorde absoluto no mundo. Os Estados Unidos produzem o dobro do etanol do Brasil, a partir do milho, mas eles só substituem 9,9% do produto na gasolina. Isso ocorre pois os americanos consomem dez vezes mais gasolina do que o Brasil, cerca de 541 bilhões de litros por ano enquanto, nós consumimos 56,4 bilhões de litros em 2017.*

Apesar de o Brasil usar o etanol desde 1927, nesta ocasião de forma esporádica; de o país ter aquecido a produção, entre 1975 a 1990, com o

Proálcool; de desfilhar como o campeão na área dos combustíveis renováveis ao substituir quase 50% de etanol na gasolina; de já praticar uma mistura, em nível nacional de 10% de biodiesel fóssil, e de possuir um potencial enorme com biometano e bioquerosene, não havia, até 26 de dezembro de 2017, uma referência de longo prazo para o desenvolvimento dessa atividade no País, um marco regulatório, proposto pela legislação RenovaBio.

— O RenovaBio é uma regulação moderna, inovadora, que não representa um subsídio nem significa a criação de um novo tributo sobre o carbono. É uma regulação com elementos bastante contemporâneos. Se fosse possível resumi-la em duas palavras, seriam: indução e reconhecimento. Indução de ganho e eficiência na produção e no uso de biocombustíveis e reconhecimento na capacidade dos biocombustíveis em promover a descarbonização.

O documento regulatório dialoga diretamente com o Acordo de Paris, de 2015, estando em consonância com as propostas de controle das mudanças climáticas. Conforme o texto legal, há o compromisso em contribuir com a adequada relação de eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e no uso de biocombustíveis, inclusive com mecanismos de avaliação de ciclo de vida.

Como fundamentos da Política Nacional de Biocombustíveis, o marco apresenta (1) a contribuição dos biocombustíveis para a segurança do abastecimento nacional de combustíveis, da preservação ambiental e para promover o desenvolvimento e a inclusão econômica e social; (2) a promoção da livre concorrência no mercado de biocombustíveis; (3) a importância da agregação de valor à biomassa brasileira; e (4) o papel estratégico dos biocombustíveis na matriz energética nacional.

Os instrumentos do RenovaBio evidenciados em lei, são: (1) as metas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na matriz de combustíveis; (2) os Créditos de Descarbonização; (3) a Certificação de Biocombustíveis; (4) as adições compulsórias de biocombustíveis aos combustíveis fósseis; (5) os incentivos fiscais, financeiros e creditícios; e (6) as ações no âmbito do Acordo de Paris sob a Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

— Esse mecanismo de certificação voluntária a ser realizada pelos produtores de biocombustível permitirá o recebimento de uma nota de

eficiência energética ambiental que lhes dará a possibilidade de solicitar a emissão de créditos de descarbonização. Os mesmos poderão ser utilizados pelas empresas distribuidoras de combustíveis que passarão a ser compulsoriamente obrigadas a reduzir um determinado percentual das emissões de carbono geradas pelos combustíveis que distribuem. Essas empresas distribuidoras passarão a ter que cumprir essa obrigação com a aquisição desses créditos de descarbonização.

A legislação define certificação de Biocombustíveis como *um conjunto de procedimentos e critérios em um processo no qual a firma inspetora avalia a conformidade da mensuração de aspectos relativos à produção ou à importação de biocombustíveis, em função da eficiência energética e das emissões de gases do efeito estufa, com base em avaliação do ciclo de vida. Quanto ao Crédito de Descarbonização, (CBIO), trata-se, ainda pela lei, do instrumento registrado sob a forma escritural, para fins de comprovação da meta individual do distribuidor de combustíveis.*

Uma das inovações do RenovaBio, nas palavras de Plínio, é a possibilidade de se criar *uma referência futura*. Ele explica que, *pelo estabelecimento da meta de carbonização, é criado um mercado futuro e uma visão de curto, médio e longo prazos para o setor dos biocombustíveis.*

— *O RenovaBio é uma regulação que vai induzir os produtores a aumentar a eficiência em sua produção e, dessa forma, deverá levar a um aproveitamento cada vez maior da energia contida nas matérias-primas utilizadas para a elaboração de biocombustíveis.*

No caso da cana-de-açúcar há uma gradual intensificação do aproveitamento da energia através da sacarose, do bagaço, da palha e de todos os resíduos e coprodutos gerados no processo agroindustrial para produção de mais energia a partir da mesma base de produção agrícola.

Ao analisar os benefícios dessa iniciativa, Plínio Nastari a identifica como um Plano Nacional de Biocombustíveis criado para promover o aumento da produtividade com redução de custos e, como consequência, também a redução dos preços dos combustíveis ao consumidor.

— *É para isso que está sendo criado o RenovaBio. É nessa direção que se pretende seguir. Para que a proposta evolua, esse é o especial objetivo: a redução de preço ao consumidor em médio e longo prazos. Com esse*

mecanismo de indução premiando quem faz o correto e não punindo quem faz o errado, se permitirá, ao mesmo tempo, que haja uma precificação resultando do mercado e não uma precificação regulada pela caneta. O RenovaBio vai permitir a precificação endógena do carbono e não uma ação exógena, realizada por um agente que determina um valor arbitrário para o carbono. A negociação desses créditos de descarbonização é que vai levar ao estabelecimento de uma referência de preço de carbono.

A inovação está ecoando em outros países, como é o caso do Canadá que adotará legislação semelhante, ou mesmo da Noruega, Reino Unido e Paraguai, que se manifestaram favoravelmente à iniciativa brasileira. Em reunião realizada em Bruxelas, a Agência Internacional de Energia e a Agência Internacional de Energia Renovável, endossaram a legislação.

O programa foi concebido no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética, debatido com a sociedade organizada, apresentado em consultas públicas e aprovado na Câmara e no Senado antes de ser sancionado pelo Presidente.

Responsabilidade Social

dos canaviais para as cidades

JÉSSICA, BRENO, HELOÍSA E VITÓRIA são só alguns dos jovens do município de Guará que participam do projeto Alma – Academia Livre de Música e Arte. Eles estão só começando, mas **Larissa e João Paulo**, de Ribeirão Preto, fazem parte do projeto já há alguns anos. A soma do talento individual deles e a qualificação dos professores que ensinam, viabilizou que ambos passassem no vestibular para cursar Música na USP-RP.

Pedro e Henrique, de São Joaquim da Barra, gostam de visitar a Estação do Saber, onde acessam os livros, trocam informações e rotineiramente participam de outras atividades culturais. Essas são só três iniciativas apoiadas pela Usina Alta Mogiana, entre tantas. A convicção do grupo em incentivar a sociedade por meio de projetos culturais não figura

como retórica. Uma placa, na entrada da unidade industrial, anuncia a importância do livro. Por isso, a marca da usina pode ser vista na Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, que acontece anualmente em maio/junho, e na festa literária de São Joaquim de Barra, sempre em setembro.

Do outro lado, com sede em Serrana, a relação da Usina da Pedra com a cidade onde está instalada vem desde os primeiros anos da indústria



sucroalcooleira. Difícil desassociar uma da outra. Cidade e usina. As relações que se expandem com a atuação das assistentes sociais, alcança as famílias e as comunidades. Algumas vezes, a iniciativa aparece como um suporte às demandas que o poder público apresenta; outras, em ações materializadas em obra, como foi com a recuperação do Cine Teatro da cidade. Saindo dali, também a Usina da Pedra incentiva a Feira do Livro de Ribeirão e grupos culturais que cantam e, pela música, transformam.

Lá em Sertãozinho, Pontal e Barrinha, as Usinas São Francisco e Santo Antônio também amparam experiências que se renovam todos os anos. Meninas e meninos que são atendidos e recebem como contrapartida, oportunidade. Também é possível ver o cuidado com a memória, com o apoio ao Instituto Cultural Engenho Central, instituição mantenedora do Museu da Cana.

A responsabilidade, quando é social, esparrama-se como líquido umedecendo solo seco. Um pouco dela e germina a mais linda das flores. Quando a ação é exitosa, da flor cai o pólen e a multiplicação garante outras e novas flores.

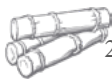


Do canavial sai música, sai livro, saem sonhos. Sai teatro, sai cinema, saem tesouros.



Palavras finais

ELAS SÃO QUASE DESNECESSÁRIAS, porque o que foi escrito o foi com tanta intensidade que, ao concluir, só fica a necessidade de agradecer. A obra não se perdeu, pendurada no fio da história, apenas se diversificou entre um texto e outro. Dançou conforme a música. No começo, repertoriando tempo tão distante, passeou pelo mundo até fincar bandeira no Brasil. Depois, veio de Piracicaba, abraçou os italianos. Noticiou o Proálcool, analisou a Califórnia Brasileira, se deliciou novamente nos dias, em outros tempos, com aqueles que na usina vivem ou viveram. Definiu uma geografia tão recentemente organizada como região metropolitana. Buscou identificar as identidades culturais com olhar específico. Tentou



ver o oculto. Entender o que já foi explicado, mas sob outras e novas perspectivas. Descobriu que nem tudo é diferente, assim como nada é igual. Tudo simplesmente reflete o feito. Se apoiou nos números para apresentar teses. Fez defesas, porque elas desfilam escancaradas sem demandas escondidas.

Ao cumprir sua trajetória, a obra que ficou nas páginas passadas, seguiu fazendo escolhas. Como não fazê-las. Sobre cada tema pincelado, tantos outros escritos, por isso, trouxe de tudo, e deixou espaço para novas buscas. Sobre o que não escreveu, não chora, nem lamenta, só apresenta o seu recorte.

A protagonista seguiu soberana, mesmo quando nos braços dos seus derivados. Da cana-de-açúcar saiu o enredo. De longe, até Ribeirão Preto. De antes do Cristo, até o futuro ainda não vivido, com as metas de 2030. Não se quis concluir. Não era desejo finalizar. O objetivo mesmo era reunir um tema do lado do outro, até formar um livro sobre uma planta verde e poderosa. Ainda que anunciada chinfrin, é, ela, matéria-prima



para um diamante. Artificial, é certo, mas soberbo, pois seu destino é o outro planeta.

E é assim que essa planta verde que voa nos canaviais, corta os mais desavisados, cura até doentes, está quase pronta para viajar para deixar a terra, em forma de pedra preciosa. Ela, que vira bagaço, acende a luz, se deixa escrever, adoça, penaliza quando em excesso, mas salva. Quando briga com o carbono, vence. Quando vence, é a gente que comemora.

No formato líquido, com cheiro forte, antes álcool, hoje etanol, se apresenta poderosa, soberana, ora junto com o petróleo, ora sozinha, pode ser a esperança de quem não acredita que o Brasil é verde.

Sim, os excessos desequilibram. Mas ela não é autônoma. Tem quem planta. Tem quem colhe, quem moi. Um plano, e o que não é bom, bom pode ficar.

Enfim, se as palavras são as últimas, fica aqui um convite. Quem pulou, que volte. Ela, que era estrangeira, hoje está na raiz da vida brasileira.



Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A escravidão no Brasil – quatro milhões de africanos foram a força motriz da nação. **Aventuras na história - para viajar no tempo**. v. 70, p. 30-38, 2009.

AMORIN, Galeno (org.). **Os desbravadores**: Personagens que fizeram história no interior paulista. Ribeirão Preto: Fundação Palavra Mágica, 2002. 176p.

ANDRADE, Catarina Paes de. **Implantação dos engenhos de cana-de-açúcar na cidade de Areia/PB**: Açúcar, cachaça e rapadura no Brejo Paraibano. João Pessoa: Artigo para o Programa de Especialização em Patrimônio Iphan/Unesco, 2008.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **São Paulo nos séculos XVI-XVII**. Imprensa Oficial, Governo do Estado de São Paulo. Organização Social de Cultura Poiesis, v. 1, 2011. 155p.

BACELLAR, Carlos Almeida Prado. **Os senhores da terra** – Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855. 1987. Dissertação (Mestrado)- FFLCH-USP, São Paulo, 1987.

- BALBO, Menezis. **Atilio Balbo**. Pontal, 1990. 60p.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 10. ed. São Paulo: Annablume, 2002. 166p.
- BIAGI, Edilah Lacerda (org.). **Engenho central e fazenda vassoural**. Ribeirão Preto, 2014. 231p.
- BRANDÃO, Adelino. **Cana de açúcar**: Álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil. Horizonte Editora, 1985.
- BROWN, Lester. **Por uma sociedade viável**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983. 436p.
- CABRAL, Mário da Veiga. **História do Brasil**. Jacinto Ed., 1944.
- CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela história do Brasil**. 1997.
- CALABRESE (org.). **Companhia energética Santa Elisa 70 anos**. Ribeirão Preto, 2006. 120p.
- CASTRO, Moacyr. **Menezes Balbo**. Instituto de Pesquisa e Estudos de Ribeirão Preto (Iperp). Ribeirão Preto, 2006, p.133.
- CHIARELLO, Flávia; FERREIRA, Chico; REGISTRO, Tânia. **Serrana**: Um olhar sobre a história do município. Ribeirão Preto: Origem Produções, 2012, p. 219.
- D'ALÉSSIO, Vitor. **Cana**: Doces memórias: *sweet memories*. Dialeto American Documentary, 2011.
- DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. Zahar, 1977.
- EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ESPÍRITO SANTO, Benedito Rosa do. **Os caminhos da agricultura brasileira**. Bib. Orton II CA/Catie, 2001.
- FALCÃO, Lula. **As guerreiras de Tejuco**. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar, séculos XVI a XVIII**. Brasiliense, 1984.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. **A flor do café e do caldo da cana** – Os caminhos de Sinhá e Quito Junqueira. Ribeirão Preto: Fundação Sinhá Junqueira, 1997. 100p.

GORDINHO, Margarida Cintra. **João Ometto, uma trajetória de vida**. São Paulo: Marca d'Água, 2001. 127p.

HARVESON, M. R. **History of sugarbeet production and use**. University of Nebraska CropWatch: Sugarbeets, 2014.

HASSE, Geraldo. **Filhos do fogo** – Memória industrial de Sertãozinho 1896 – 1996. Ribeirão Preto: Céu e Terra, , 1996. 246 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos**: História indígena brasileira contada por um índio. Ed. Peirópolis, 1998.

LE GOFF, Jacques; GOLDWASSER, M. J. **Os intelectuais na idade média**. Lisboa: Estúdios Cor, 1973.

LESNAU, Marcilene Carmem da Silva. **Influência portuguesa na doçaria brasileira**. 2009.

LEVY, Daniela Tonello. **Judeus e marranos no Brasil holandês**: Pioneiros na colonização de Nova York (século XVII). 2008. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo (USP), 2008.

LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil**. 1976.

LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo no século XVIII**. Imprensa Oficial, Governo do Estado de São Paulo. Organização Social de Cultura Poiesis, 2011. v.2. 116 p.

MAALOUF, Amin. **As cruzadas vistas pelos árabes**. Brasiliense, 1994.

MACÊDO, Tania. **Angola e Brasil**: Estudos comparados. Arte & Ciência, 2002.

MARCHESI, Ida Pizzoli. **João Marcheso**: História de um imigrante. Ribeirão Preto: Colégio, 1987, p. 178.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos - Cebrap**, n. 74, p. 107-123, 2006.

MARTINS, José de Souza. **São Paulo no século XX, primeira metade**. Imprensa Oficial, Governo do Estado de São Paulo. Organização Social de Cultura Poiesis, 2011, v.4, 120 p.

MATTOS, José Américo Junqueira de. **Família Junqueira**: Sua história e genealogia. Rio de Janeiro, 2004. 4.

MELLO, V. de. **Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo**. 1991.

MENEZES, Ivo Porto de. Os palácios dos governadores em Ouro Preto. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 12, n. 13, p. 39-58, 2009.

MENEZES, Tobias José Barretto. **Etanol, o combustível do Brasil**. Editora Agronômica Ceres, 1980.

MIRANDA, José Roberto; JOHNSTON, Glenn C. **História da cana-de-açúcar**. Komed, 2008.

NASCIMENTO, José Leonardo. **São Paulo no Século XIX**. Imprensa Oficial, Governo do Estado de São Paulo. Organização Social de Cultura Poesis, 2011, v. 3, 136p.

PARANHOS, Paulo. **O açúcar no norte fluminense**. São João da Barra, apogeu e crise do porto do açúcar do norte fluminense. Rio de Janeiro, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1970. 132p.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda., 2015.

RODRIGUES, Délcio; ORTIZ, Lúcia. **Em direção à sustentabilidade da produção de etanol de cana de açúcar no Brasil**. Porto Alegre, RS: Amigos da Terra Brasil, 2006.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna. **Dicionário histórico das Minas Gerais: Período colonial**. Autêntica Editora, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma biografia**. Editora Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 2001.

SOBOUL, Albert. **A revolução francesa**. 9. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

SETUBAL, Maria Alice (coord.). **A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra**. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. São Paulo: Cenpec, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. Coleção Terra Paulista, História, Arte, Costumes, v.1. 208 p.

SILVA, Adriana. **Memória italiana**. Série de documentários sobre as famílias italianas. Disponível em: www.casadamemoriaitaliana.com.br. Ribeirão Preto, 2017.

TOLEDO, Vera Vilhena de; GANCHO, Cândida Vilares. **Verdes canaviais**. 2. ed./7, 1996.

TORNATORE, Nicola. **A cidade 100 anos fazendo história**. Ribeirão Preto, 2005. 131p.

TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade o interior paulista** – Percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). São Paulo: Unesp, 2016. 137 p.

UNIÃO DAS INDÚSTRIAS CANAVIEIRAS. **Açúcar e álcool do Brasil: Commodities da energia e do meio ambiente**. 2004.

VIDAL, Laurent; RUAS, Manuel. **Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: De Marrocos para a Amazônia, 1769-1783**. Martins Editora Livraria Ltda., 2008.

VIEIRA, Alberto. **As ilhas, a cana de açúcar e a história do meio ambiente**. Working Paper. Funchal, Portugal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2009.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Editora Companhia das Letras, 2012.

WIZNITZER, Arnold. **Os judeus no Brasil colonial**. Livraria Pioneira Editora, 1966.

WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. **Fatos históricos e mitos da história dos judeus no Brasil: Ensaio, conferências, artigos**. Xenon Editora e Produtora Cultural, 1978.

YERGIN, Daniel. **A busca** – Energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 829p.

Referências Fotográficas

Pág. 6: MK photograp55/shutterstock.com

Pág. 22: A Gren-skinned Warrior. *In*: Vitoria and Albert Collections. Londres. Inglaterra: Autor desconhecido, 1825. Disponível em: http://media.vam.ac.uk/collections/img/2011/EN/2011EN6913_2500.jpg. Acesso em: 18 abr. 2018.

Pág. 26: Egyptian Village Scene. *In*: Vitoria and Albert Collections. Londres. Inglaterra: Henry Pilleau, 1869. Disponível em: http://media.vam.ac.uk/collections/img/2008/BV/2008BV6275_2500.jpg. Acesso em: 18 abr. 2018.

Pág. 30 superior: Nau de Pedro Álvares Cabral. *In*: Livro das Armadas, pormenor [Academia das Ciências de Lisboa – ACIENL]. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki>. Acesso em: 28 abr. 2018.

Pág. 30 inferior: Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500. *In*: Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: Oscar Pereira da Silva, 1922. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki>. Acesso em: 28 abr. 2018.

Pág. 32: Detail of Map of Brasil (1550). Giacomo Gastaldi, 1556. Acervo do Instituto Cultural Banco Santos.

Pág. 40: Batalha dos Guararapes. *In*: Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro: Victor Meirelle, 1875-1879. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Victor_Meirelles. Acesso em: 29 abr. 2018.

Pág. 42 superior esquerda: O derrubador brasileiro. *In*: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra984/o-derrubador-brasileiro>. Acesso em: 29 abr. 2018. Verbete da Enciclopédia.

Pág. 42 superior direita: Ciclo do ouro. *In*: Biblioteca Municipal Mario de Andrade. São Paulo: Johann Moritz Rugendas, 1820-1825. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_do_ouro. Acesso em: 29 abr. 2018.

Pág. 42 inferior: Chafariz de Marília [Ouro Preto]. *In*: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra12808/chafariz-de-marilia>. Acesso em: 03 maio 2018. Verbete da Enciclopédia.

Pág. 48: Embarque do Príncipe Regente, D. João VI, de Portugal e toda a família real para o Brasil. *In*: Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: Francesco Bartolozzi. 1812. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Transfer%C3%Aancia_da_corte_portuguesa_para_o_Brasil. Acesso em: 29 abr. 2018.

Pág. 58: Engenho central. *In*: Arquivo Histórico da Câmara. Piracicaba. Disponível em: <http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/producao-do-engenho-central-17271>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Pág. 65: Esalq em construção, início do século XX. *In*: Arquivo Histórico da Câmara. Piracicaba. Disponível em: <http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/fazenda-sao-joao-da-montanha-esalq-16552>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Pág. 72: Mario Dedini. *In*: Museu Unicamp. Disponível em: <http://fotoeahistoria.blogspot.com.br/2013/03/grande-oficial-mario-dedini.html>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Pág. 87 superior: Fazenda Martinho, 1926. Disponível em: <http://www.saomartinho.com.br/>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Pág. 87 inferior: Cana-de-açúcar, 1926. Disponível em: <http://www.saomartinho.com.br/>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Pág. 98 superior: Colheita de cana, 2017. Fotografia: Antonio Bernardo Torres

Pág.98 central: Transporte de cana, 2017. Fotografia: Antonio Bernardo Torres

Pág. 98 inferior: Usina, 2017. Fotografia: Antonio Bernardo Torres

Pág. 128: Foto aérea de unidade industrial, 2017. Fotografia: Antonio Bernardo Torres

Pág. 136 horizontal superior: Vista parcial de Ribeirão Preto, 2016. Acervo Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais.

Pág. 136 horizontal central: Curupira vista do alto. Leandro Maranghetti Lourenço, 2008. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki>. Acesso em: 1º maio 2018

Pág. 136 horizontal inferior: Detalhe do Theatro Pedro II, 2016. Acervo Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais.

Pág. 136 vertical: Detalhe da Catedral Metropolitana de Ribeirão Preto, 2016. Acervo Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais.

Pág. 138: Mapa da região metropolitana de Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMRP> . Acesso em: 10 fev. 2018.

Pág. 148: MK photograp55/shutterstock.com

Pág. 171: Museu da Cana. Pontal. Marco Aurélio Esparza. Disponível em: Wikipédia.org. Acesso em: 30 abr. 2018.

Pág. 173: Agrishow, 2016. Acervo Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais.

Pág. 174 superior esquerda: Barril de cachaça. Eric Gaba, 2010. Disponível em: Wikipédia.org . Acesso em: 1º maio 2018

Pág. 174 superior direita: Cana, 2017. Fotografia: Antonio Bernardo Torres.

Pág. 174 central direita: Bomba de combustível, 2017. Fotografia: Antonio Bernardo Torres.

Pág. 174 inferior esquerda: Rapadura. Torcedor mateense, 2015. Disponível em: Wikipédia.org. Acesso em: 1º maio 2018

Pág. 174 inferior direita: MaxPixel.freegreatpicture.com-Spoon-Sweeteners-Sweet-Cutlery-Sugar-485057

Pág. 198 vertical: Totem do Projeto Social em São Joaquim da Barra. Fonte: Acervo do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais.

Pág. 198 horizontal superior: Estação do Saber do projeto social em São Joaquim da Barra. Fonte: Acervo do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais.

Pág. 198 horizontal inferior: Feira Nacional do Livro e Leitura de Ribeirão Preto. Fonte: Acervo do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais.

Pág. 193 horizontal superior: Projeto Alma em Ribeirão Preto. Fonte: Acervo do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais.

Pág. 193 horizontal inferior: Crianças tocando no projeto Alma. Fonte: Acervo do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais.

Pág. 194: Katerina Morozova/shutterstock.com.

Págs. 196/197: MaxPixel.freegreatpicture.com-Drone-Farm-Spraying-Sugar-Cane-Spray-Sugar-Cane-2746350.

João Marchesi João Ometto João Ramalho João Tobin
Joelmir Betting José de Moraes Barros José de Souza
Lins do Rego José Marcos Lorenzetti José Sarney Jo
Costa Júlio Gallo Lamartine Navarro Júnior Laudo Na
Lester Brown Ludwig Van Wittengenstein Luis Rufi
Lula da Silva Luiz Lacerda Biagi Luiz Octavio Junque
Vicente de Souza Queiroz Maílson da Nóbrega Mar
Marcos Fava Neves Marcos G. A. Landell Margaux J
Gaeta Junqueira Maria Biagi Maria Camarão Maria
Rosa de Oliveira Maria José Freitas Maria Luísa Tit
Mário Bighetti Mário Covas Mário Dedini Mario Tit
Marta Benedini Vechi Martim Afonso de Souza M
Maurílio Biagi Filho Mauro Sponchiado Menezes Bal
Tavares Moacyr Castro Napoleão Bonaparte Natale
Orlando Ometto Oswaldo Truzzi Otacílio de Almeid
Antônio Cardoso Pedro Biagi Pedro Biagi Neto Pe
Coração de Leão Ricardo Ernesto Ferreira de Carv
Roberto Cardoso Alves Roberto da Matta Roberto D
Martins Rosa Roberto Rodrigues Rogério César Cerqu
Carnot Santos Dumont Sebastião Martins Rosa Sérgio
Schoppe Simone Titoto Sissi Verri Sônia Sarti Steven
Roosevelt Thomas Holloway Thomazo Rossete Tomé
Victor André de Argollo Ferrão Neto Wagner Ma
Annichino Willian Beresford Wolker J. H. Kirchhof

as de Aguiar e Castro Joaquim José da Silva Xavier
Martins José Goldemberg José Henrique Turner José
José Sergio Gabrielli José Walter Batista Vidal Judite
atel Leonel Brisola Leontino Balbo Leopoldo Titoto
no de Souza Luís XVI Luiz da Silva Prado Luiz Inácio
ira Figueiredo Luiz Ometto Luiz Pereira Barreto Luiz
celo Cacchionni Marcelo Ometto Marcelo Pelegrini
ourdain Maria Antonieta Maria Aparecida da Veiga
Camarão Maria Gabriela Serra Gallo Maria Joaquina
to Maria Rita Titoto Maria Zeferina Marilene Felinto
oto Mário Zan Mariúza Martins Rosa Marley Balbo
artinho Lutero Maurício de Nassau Maurílio Biagi
bo Michael Bakhtin Michel Temer Mirtes de Oliveira
Biagi Nelson Araújo Norbert Rillius Odila Ometto
a Junqueira Papa Gregório VIII Paulo Martins Pedro
dro Verri Plínio Mário Nastari Raul Lloyd Ricardo
alho Ricardo Kotscho Ricardo Leão Ricardo Titoto
omingues Roberto Gusmão Roberto Marinho Roberto
eira Leite Ronaldo da Silva Fernandes Rugendas Sadi
o Rossete Shigeaki Ueki Sidney Smith Sigemundt von
n Durrant Tancredo Neves Tânia Marchesi Theodore
de Souza Ulysses Guimarães Urbano Ernesto Stumpf
rchesi Waldemar Balbo Weimar Marchesi Wheter
f Woodrow Wilson Zaira Benedini Zé Batata Zumbi

Patrocínio



Realização



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-54168-01-8



9 788554 168018